



**Participação do
Setor Privado
na Segurança Pública
no Brasil**



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

Sumário

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	5
Iniciativas voltadas para apontar e reconhecer caminhos para o aprimoramento das instituições e políticas de segurança pública, em geral	6
✎ Prêmio Polícia Cidadã	7
✎ Instituto Minas Pela Paz	8
✎ Instituto São Paulo Contra a Violência	9
Iniciativas voltadas para prover serviços ou recursos complementares para as instituições de segurança pública	10
✎ Pátio Legal.....	11
✎ Dique-Denúncia Rio de Janeiro	12
✎ Produção e Análise de Informações sobre o Roubo de Carga.....	13
Iniciativas voltadas para apoiar ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz.....	14
✎ Praças da Paz SulAmérica.....	15
✎ Programa Juventude e Polícia.....	16
✎ Londrina Pazeando	17
✎ Programa Jovem de Expressão.....	18
Arranjos Locais para apoio às políticas de segurança e prevenção da violência nas áreas em que a empresa está localizada ou atua	19
✎ Ação na Linha.....	20
✎ Programa Ser Parte.....	21
✎ Associação Comunitária Chácara Santo Antônio	22
✎ Fica Vivo!	23
✎ Viva o Centro	24
✎ Associação Paulista Viva.....	25
CONCLUSÕES DA OFICINA “O PAPEL DO SETOR PRIVADO NA SEGURANÇA PÚBLICA”	26
✎ Como diferentes atores podem ajudar a aumentar o investimento em prevenção da violência?.....	27
✎ De que forma o setor privado pode se envolver em iniciativas relativas à prevenção da violência e à segurança pública?	27
✎ Quais são os motivos que podem fazer com que empresas aumentem seus investimentos em segurança pública?.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXOS.....	30

A segurança pública é uma responsabilidade compartilhada

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública vem, desde 2006, desenvolvendo um trabalho pioneiro que constitui, atualmente, um dos principais espaços nacionais de referência e cooperação técnica sobre a gestão da segurança pública no Brasil.

Além da excelência e do ineditismo das análises e publicações lançadas periodicamente, uma das grandes contribuições do Fórum é a capacidade de integrar diversos atores para discutir uma questão tão complexa como a segurança pública.

Entre esses atores, encontram-se também as empresas que, paulatinamente, vêm se envolvendo nesse processo. As organizações privadas são grandes agentes econômicos – algumas empresas apresentam faturamentos anuais superiores a PIBs de países inteiros. Nesse sentido, o poder e a responsabilidade das empresas nunca foram tão grandes.

As empresas têm a capacidade de implementar transformações em um ritmo muito mais acelerado que os governos. Por isso, têm um papel fundamental na indução de mudanças que contribuam para o desenvolvimento da sociedade – o que requer, muitas vezes, a extrapolação das responsabilidades inerentes aos negócios que desenvolvem.

O reconhecimento dessa responsabilidade mais ampla só é possível se as empresas exercerem uma visão integrada, inclusiva e interdependente. E, ao mesmo tempo, disponibilizarem-se a compartilhar competências e conhecimentos e a aproveitar as oportunidades colocadas pela sociedade.

Acreditamos que a segurança pública é um assunto que interessa a todos. E que apoiar essa publicação significa contribuir para o fortalecimento do diálogo e intercâmbio de experiências que possam inspirar ações futuras.

Augusto Rodrigues

Diretor de Comunicação Empresarial da CPFL Energia

INTRODUÇÃO

O setor privado e a segurança pública

O aumento constante nos índices de violência e criminalidade no Brasil é, há vários anos, uma das principais preocupações da população; e com fundamento. Em 2007, o país registrou uma taxa média de 25 homicídios por 100 mil habitantes, o que equivale a 47.707 mortes por ano, cerca de três vezes superior à média mundial (7,6 por 100 mil). Em alguns Estados, como Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro, a taxa média de homicídios ultrapassa 40 por 100 mil habitantes. Na faixa jovem, de 15 a 24 anos, os números são ainda mais significativos: embora representassem apenas 18,6% da população brasileira em 2007, os jovens concentravam 36,6% dos homicídios daquele ano (WAISELFISZ, 2010).

A violência não só tem efeitos prejudiciais e destrutivos sobre a vida das pessoas, como também paralisa o crescimento econômico e obstaculiza o desenvolvimento social. De fato, o impacto econômico e social da violência no Brasil é significativo, atingindo outros setores formais e informais da economia.

Além dos danos diretos sobre as vítimas e familiares, o custo mais evidente gerado pela violência é o valor dos recursos utilizados para controlar, conter e tratar as suas consequências. Isto inclui gastos com a polícia, sistemas de segurança pública, saúde, justiça, previdência social, segurança privada, seguros, etc. Ao mesmo tempo, a violência importa grandes custos para determinados setores da economia, como o turismo, envolvendo perda de produtividade e afetando a vida cotidiana, a liberdade de locomoção e o direito de usufruir dos bens públicos. Segundo uma pesquisa elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

– Ipea (CERQUEIRA; CARVALHO; LOBÃO; RODRIGUES, 2007), em 2004, o custo da violência no Brasil foi de R\$ 92,2 bilhões, o que equivale a 5,09% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 519,40 *per capita*. Deste total, R\$ 28,7 bilhões correspondem a gastos realizados setor público e R\$ 60,3 bilhões são custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado.

A violência é um fenômeno altamente complexo e dinâmico, que tem suas raízes na interação de diversos fatores – alguns biológicos, sociais e culturais. Por isso, seu enfrentamento demanda um grande esforço integrado e multissetorial, envolvendo não só as diferentes agências de governo, mas também a sociedade em geral na busca de soluções efetivas e sustentáveis. Isto implica a necessidade de conscientização de que todos os setores da sociedade são responsáveis e devem colaborar nos programas de segurança pública e prevenção da violência.

Não há dúvidas de que, para prevenir e controlar efetivamente a violência e a criminalidade, é necessário um sistema de segurança pública e justiça criminal¹ legítimo e eficiente, que respeite o Estado Democrático de Direito. Efetivamente, o bom funcionamento do sistema de justiça criminal aumenta a confiança pública e a percepção de segurança e proteção da população.

Contudo, intervenções baseadas exclusivamente nas instituições policiais ou na justiça criminal não oferecem resultados duradouros no tempo, principalmente porque elas têm um impacto limitado nas possíveis causas que originam a violência. Assim, a participação da comunidade nas iniciativas de prevenção da violência constitui ferra-

1. O sistema inclui as instituições de segurança pública, Ministério Público, Defensoria Pública, tribunais de justiça e sistema penitenciário.

menta fundamental para lhes dar legitimidade, mudar atitudes e mobilizar os diferentes setores e agentes de governo no longo prazo.

Em artigo publicado pelo Vera Institute of Justice, em 2003, Bahnu e Stone já destacavam a necessidade fundamental do apoio da comunidade para implementar reformas exitosas do sistema de segurança pública, enfatizando que “a mais promissora e menos estudada fonte de apoio externo para a reforma policial é a comunidade empresarial privada. As companhias do setor privado não só comandam a atenção dos políticos, mas também têm talento, dinamismo, criatividade e riqueza de recursos que podem ser úteis para os reformadores dentro das instituições policiais.”

O mencionado artigo foi elaborado a partir de um encontro organizado pelo Vera Institute e a Fundação Ford, no Kenya, com participantes de vários países, justamente para conhecer e explorar as diferentes possibilidades de intercâmbio público-privado no setor de segurança pública. No texto, verificam-se duas alternativas típicas de parceria. A forma mais comum é a que persegue interesses pontuais, por meio da contratação de empresas de segurança privada para proteção do patrimônio e de funcionários. Sem embargo, o artigo também constatou a existência de um incipiente grupo de empresas que apoiam a reforma e o desenvolvimento do sistema de justiça criminal no longo prazo, com impacto para a toda a sociedade (MATTOS RICARDO; DIAS NETO; LIMA, s/d).

No Brasil, historicamente, o setor empresarial optou por manter-se afastado dos programas de prevenção e controle da violência, focando seus investimentos na proteção dos seus próprios interesses, principalmente por meio da contratação de empresas de segurança privada e de sistemas de vigilância cada vez mais sofisticados, ou procurando ter acesso privilegiado às agências policiais para solicitar proteção especial. Alguns autores acreditam que o setor privado não só se absteve de

participar das reformas, como também se opôs a elas, uma vez que se beneficiava, tolerava e até mesmo contribuía com a corrupção e a violência policial (MESQUITA NETO, 2003).

Nas últimas décadas, com o incremento generalizado do crime e da violência, diversos empresários começaram a perceber que o mero investimento em segurança privada, além de implicar custos cada vez mais altos, já não era suficiente para garantir a segurança dos funcionários e das empresas. A magnitude do problema demandava um esforço maior, conjunto e articulado, que pudesse ser sustentável no longo prazo. Surgiram assim diversas iniciativas do setor privado voltadas para o enfrentamento dos desafios impostos pela violência. Desde então, a participação do setor privado em ações, programas e projetos de prevenção do crime e da violência vem crescendo gradualmente no Brasil, mas ainda de forma tímida e pulverizada.

Com o intuito de conhecer melhor os diferentes projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo setor privado na área de segurança pública e prevenção da violência, no país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a CPFL Energia, realizou uma pesquisa que identificou 16 casos de sucesso, que incluem: experiências voltadas para o aprimoramento das instituições e políticas de segurança pública; ações destinadas a prover para essas instituições serviços ou recursos complementares; iniciativas de apoio a ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz; e arranjos locais para apoiar políticas de segurança e prevenção da violência nas áreas em que a empresa está localizada ou em que atua.

O presente texto traz um resumo da pesquisa² e pretende servir como guia para orientar os investimentos privados no setor e dar maior dinamismo e eficiência na aplicação dos recursos humanos e materiais.

2. A pesquisa completa está disponível nos sites <www.ethos.org.br> e <www.forumseguranca.org.br>.

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Iniciativas voltadas para apontar e reconhecer caminhos para o aprimoramento das instituições e políticas de segurança pública em geral

Prêmio Polícia Cidadã³



✧ **Objetivo:** O prêmio foi criado em 2003, pelo Instituto Sou da Paz,⁴ com o objetivo de identificar, premiar e divulgar práticas policiais exemplares que contribuíram para melhorar a segurança pública. Trata-se de iniciativa inédita de avaliação e premiação do trabalho da polícia, realizada por uma organização externa à corporação.

✧ **Motivação:** A percepção de que existem policiais preocupados em melhorar o desempenho das instituições de segurança pública, tornando-as mais democráticas, eficientes e próximas dos cidadãos foi a principal razão para criação desse prêmio. No entanto, muitas vezes, essas práticas positivas são ofuscadas pelas denúncias de policiais que cometem abusos, agem com truculência e desrespeitam a lei. Isso, além de afetar a autoestima e a motivação daqueles policiais para seguirem com seu trabalho, contribui para consolidar uma imagem generalizada de que a Polícia é corrupta, violenta e discriminatória. Portanto, o prêmio procura incentivar e fortalecer o bom trabalho policial.

✧ **Parceiros:** Os principais parceiros do projeto são o Instituto Sou da Paz e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. O prêmio é viabilizado com apoio de diferentes parceiros privados, que podem variar entre uma edição e outra. No caso da IV edição do projeto, a iniciativa contou com o apoio da Nossa Caixa, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e das Faculdades IBTA.

✧ **Iniciativa:** Para concorrer ao prêmio, o policial (ou um grupo de policiais) inscreve uma ação desenvolvida por ele, que contribuiu para reduzir a criminalidade. Pode ser uma atividade em uma região específica ou algo que tenha melhorado a capacidade de gestão ou de investigação das polícias. As ações são avaliadas por especialistas em segurança de dentro e fora da Polícia, a partir de critérios desenvolvidos pelo Instituto Sou da Paz e a Secretaria de Segurança Pública. Os policiais vencedores recebem um prêmio em dinheiro, em uma cerimônia onde suas famílias, as autoridades da área de segurança pública e representantes de todos os setores da sociedade civil conhecem e aplaudem as boas experiências de policiamento. Até a presente data, aconteceram quatro edições do prêmio. Atualmente, o evento também é realizado no Rio de Janeiro em parceria com o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania.

3. Para outras informações, consultar <www.soudapaz.org/premiopoliciacidade>.

4. O Instituto Sou da Paz é uma ONG sediada em São Paulo e há mais de dez anos trabalha pela prevenção da violência no Brasil, procurando influenciar políticas públicas nessa área. Atua com cinco temas – controle de armas, gestão local da segurança pública, culturas e valores, adolescência e juventude e polícia –, focando seus projetos nos públicos e locais mais atingidos pela violência.

Instituto Minas Pela Paz⁵



✧ **Objetivo:** O Instituto Minas Pela Paz (IMPP) foi criado em 2005 pelo Conselho Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com o objetivo de estudar e propor ao poder público, com uma abordagem empresarial, ações preventivas contra a escalada da violência, por meio de projetos consistentes e viáveis.

✧ **Motivação:** Os empresários acreditavam que a questão da segurança pública podia ter efeitos devastadores ou extremamente positivos no desenvolvimento econômico local e nacional e, conseqüentemente, na sobrevivência das suas empresas. Porém, perceberam que a obtenção de resultados efetivos na área dependia de um trabalho integrado entre vários atores: governo, empresas e sociedade.

✧ **Parceiros:** O IMPP é uma organização não-governamental criada pelas dez maiores empresas do Estado de Minas Gerais⁶ e capitaneada pela FIEMG. Atualmente, o Instituto conta com as 35 maiores organizações do Estado como sócias fundadoras, contribuintes e parceiras.

✧ **Iniciativas:** O Instituto desenvolve diversos projetos, sempre norteado pela viabilidade social e sustentabilidade econômico-financeira. Os mais importantes são:

Disque-Denúncia Unificado: O 181 Disque-Denúncia Unificado é uma parceria do IMPP com o governo de Minas Gerais, que ofereceu a estrutura física necessária à implementação da Central, cabendo ao IMPP a divulgação do serviço

no Estado, a gestão do *software* utilizado e a preparação dos boletins e relatórios de desempenho. O programa funciona com uma central de atendimento unificada. As denúncias registradas são encaminhadas para uma equipe de analistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, sendo classificadas de acordo com a unidade operacional das três corporações, que adotam as providências necessárias para resolver cada caso. As ligações são gratuitas e criptografadas, que impedem a identificação da origem da chamada. Os usuários recebem uma senha que possibilita o acompanhamento dos resultados das denúncias. Com esse projeto, houve um crescimento exponencial na produtividade das corporações.

Projeto Regresso: Com a finalidade de reduzir a reincidência criminal, o IMPP elaborou e sugeriu ao governo de Minas Gerais o Projeto Regresso, que visa criar condições para que o cidadão egresso do sistema prisional seja reinserido no mercado profissional. O IMPP promove, por meio das organizações parceiras, qualificação e oportunidades efetivas no mercado de trabalho para esses egressos, através de cursos educacionais e profissionais e da contratação formal pelas empresas credenciadas pelo Instituto. Neste contexto, o IMPP propôs um projeto de Lei que foi aprovado pela legislatura (a Lei 18.401/09), que prevê a concessão, por parte do Estado, de subvenção econômica às empresas que empregarem egressos. A Secretaria de Estado de Defesa Social e o IMPP são responsáveis pela cogestão estratégica do projeto. Atualmente, 31 egressos estão contratados no âmbito do projeto.

5. Para outras informações, consultar www.fiemg.org.br/minaspelapaz.

6. Algar, AngloGold, Arcelor, Cedro Cachoeira, Cenibra, Fiat, Gerdau, Samarco Mineração, Usiminas e V&M.

Instituto São Paulo Contra a Violência⁷

✧ **Objetivo:** O Instituto São Paulo Contra a Violência (ISPCV) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997 com o objetivo de promover a justiça social, a paz, a cidadania e os direitos humanos, por meio da realização de ações de combate e prevenção da violência e da criminalidade, inclusive com implantação de projetos culturais e sociais que visem estes objetivos. Atua em quatro áreas estratégicas: segurança pública, justiça criminal, sistemas correcionais (adultos e jovens) e políticas sociais e urbanas.

✧ **Motivação:** O ISPCV surgiu como resultado do seminário “São Paulo Sem Medo”, realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e Rede Globo de Televisão. No seminário, foi enfatizada a importância da criação de uma organização da sociedade civil para colaborar com os governantes na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de programas de combate e prevenção da violência. A partir do estímulo oferecido pelo seminário, lideranças do setor privado, sociedade civil, instituições financeiras e meios de comunicação criaram o Instituto para desenvolver projetos de redução da violência no Estado de São Paulo.

✧ **Parceiros:** O ISPCV não divulga quais são as instituições que mantêm a entidade, mas mais de 90% do orçamento é proveniente do setor privado.

✧ **Iniciativa:** O Instituto desenvolve quatro grandes projetos,⁸ sempre tendo como foco as quatro áreas estratégicas de atuação. O projeto mais conhecido da instituição é o Disque-Denúncia, considerado pioneiro em todo o país. Em 2000, uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o ISPCV criou o Disque-Denúncia, um serviço composto por atendentes civis, sob a responsabilidade do Instituto, os quais encaminham as denúncias aos analistas das Polícias Civil e Militar para providências. Qualquer pessoa pode ligar para o serviço e fazer uma denúncia anônima, não sendo necessário fornecer nenhum dado pessoal. Os usuários recebem uma senha que permite acompanhar a denúncia ou fornecer novos dados que ajudem na investigação. As ligações são gratuitas e podem ser realizadas de qualquer lugar do estado de São Paulo, 24 horas por dia, inclusive nos feriados. Uma equipe de policiais civis e militares faz a triagem dos casos e incrementa as denúncias com dados sobre foragidos, placas de veículos e outras informações contidas em boletins de ocorrência. As ocorrências são encaminhadas ao delegado da polícia e ao oficial da PM que coordenam o Disque-Denúncia. Quando não se trata de um caso de polícia, a denúncia é encaminhada a outros órgãos. Em 2003, o Disque-Denúncia contabilizou mais de 100 mil denúncias recebidas, com resolução de cerca de 3 mil casos. Segundo pesquisa feita pelo governo de São Paulo, trata-se de um dos órgãos de maior credibilidade em São Paulo.

7. Para outras informações, consultar <www.ispcv.org.br/>.

8. Os quatro grandes projetos são o Disque-Denúncia, a implantação da Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, a coordenação do Fórum da Cidadania contra a Violência e a realização de diagnósticos locais de segurança pública e planos de ação.

Iniciativas voltadas para prover serviços ou recursos complementares para as instituições de segurança pública

Pátio Legal

✎ **Objetivo:** O Pátio Legal foi inaugurado em julho de 2005, com o objetivo de abrigar os veículos roubados ou furtados recuperados pela Polícia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, oferecendo aos cidadãos mais conforto, tecnologia e velocidade na busca por seu veículo roubado ou furtado, independente de ser ou não segurado.

✎ **Motivação:** Anteriormente, veículos roubados e recuperados pela Polícia permaneciam estacionados nas calçadas próximas às Delegacias, que ficavam lotadas. Como não existia um serviço centralizado e informatizado de registro de veículos recuperados, o proprietário do veículo não era informado de sua recuperação e geralmente procurava por ele na Delegacia errada. Por meio do projeto, o Estado oferece uma melhor prestação de serviços na recuperação dos veículos roubados, liberando os policiais para outras tarefas, eliminando custos de remoção e guarda dos veículos recuperados e desobstruindo os pátios das delegacias. As seguradoras se beneficiam na medida em que há redução no custo dos sinistros e elevação dos salvados, tornando o valor dos seguros mais acessíveis de maneira geral. Já o cidadão pode contar com um sistema de informação por telefone e Internet sobre os veículos recuperados, com instruções de como retirá-los.

✎ **Parceiros:** O Pátio Legal é resultado de uma parceria entre o Sindicato das Seguradoras do Rio, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Detran. A ideia do Pátio surgiu no Mercado Segurador (Federação e Sindicato das Seguradoras do Rio) e foi sugerida ao governo do Estado, que encampou o projeto.

✎ **Iniciativa:** Por meio de um convênio não oneroso para o Estado entre a Secretaria de Segurança Pública, o Detran e o Mercado Segurador, cabem às forças policiais a recuperação e adequada identificação dos veículos, bem como a permissão de acesso dos funcionários do Pátio aos dados cadastrais da Polícia e do Detran. Há também uma extensão da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos dentro do Pátio. Já o Mercado Segurador fica responsável por remover, guardar e restituir ao proprietário o veículo recuperado, custeando reboques, instalações, computadores e funcionários. Uma vez concluído o recolhimento do veículo, o Pátio expede comunicação protocolada para o proprietário, informando o procedimento para a sua retirada, que pode ser feita em três dias úteis sem nenhum pagamento de taxa de permanência, nem mesmo as despesas de reboque. No processo de entrega do veículo, é realizada uma nova vistoria do seu estado, para comparação com o laudo do recebimento. Caso a permanência do veículo ultrapasse três dias úteis no Pátio, é cobrada uma taxa pela permanência do mesmo. Desde sua criação, o Pátio já devolveu aos seus proprietários mais de 75 mil veículos, o que representa uma média de 51 veículos por dia. Em 2008 foi inaugurado, em Belo Horizonte, o projeto Pátio Seguro nos moldes do Pátio Legal.

Disque-Denúncia Rio de Janeiro⁹

✧ **Objetivo:** O Disque-Denúncia foi criado, em 1995, pela organização não-governamental Movimento Rio de Combate ao Crime (MovRio), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rio de Janeiro, baseado no modelo *Crime Stoppers*, que se trata de um conceito de combate ao crime por meio do fornecimento de informações pela população, com base no *anonymous* e no pagamento de recompensas.

✧ **Motivação:** Na primeira metade da década de 1990, o Rio de Janeiro vivenciou um aumento histórico dos índices de criminalidade, particularmente dos casos de extorsão mediante sequestros. Paralelamente, o constante envolvimento de autoridades em situações de corrupção gerava descrédito nas instituições de segurança pública. Este panorama estava provocando a mudança de empresas para outras regiões. A elite empresarial do Estado então se mobilizou e se articulou em torno do problema, contribuindo para a orientação dada à política governamental de combate aos sequestros, com a implantação do Disque-Denúncia.

✧ **Parceiros:** O Disque-Denúncia desenvolve parcerias¹⁰ com entidades públicas e privadas para atendimento/operacionalização das denúncias, execução de programas e projetos e financiamento. Suas parcerias se dividem em operacionais e mantenedoras. As primeiras são aquelas consolidadas com instituições que operacionalizam o atendimento das denúncias – Polícias, Ministério

Público e órgãos do Poder Executivo –, enquanto as mantenedoras são as que patrocinam o MovRio.

✧ **Iniciativa:** O Disque-Denúncia é uma Central Telefônica de atendimento comunitário que funciona 24 horas, com base no anonimato e oferecimento de recompensas. O denunciante recebe uma senha que lhe permite acompanhar o andamento do caso. As ações do Disque-Denúncia são voltadas para o Estado do Rio de Janeiro. Seu funcionamento é dinâmico e ocorre por meio de três agentes-chave: população, mídia e polícia. O Disque-Denúncia mobiliza a população para a realização de denúncias e as transmite à Polícia. Os resultados gerados na ação policial são divulgados pela mídia que, o que dá credibilidade ao serviço. O Disque-Denúncia possui 99 funcionários, dos quais 15 são cedidos pela Subsecretaria de Inteligência. A gestão do serviço é feita pelo MovRio, cabendo ao Governo o pagamento da folha de funcionários. O MovRio faz a manutenção de o todo parque tecnológico, peças publicitárias, programas específicos, pagamento de recompensas e a gestão do teleatendimento. Desde a sua criação, o projeto ajudou a resolver cerca de 90 mil casos, registrando mais de um milhão de denúncias.

9. Para outras informações, consultar <www.disquedenuncia.org.br>.

10. Alguns parceiros do Disque-Denúncia: Secretaria de Segurança Pública RJ; Secretaria de Administração Penitenciária RJ; Conselho Tutelar; Vigilância Sanitária Municipal; Vigilância Sanitária Estadual; Polícia Civil RJ; Batalhão de Polícia Militar RJ; Detran; BNDES; Petrobrás; CNSEG; Fundação Getúlio Vargas; Secretaria do Ambiente; Secretaria Estadual de Saúde.

Produção e Análise de Informações sobre o Roubo de Carga¹¹

✎ **Objetivo:** O projeto Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga foi iniciado na segunda metade de 2005, seguindo a ideia de que o uso da inteligência nas ações de controle e prevenção do roubo de cargas e o trabalho conjunto, estrategicamente planejado, unindo os órgãos públicos e as empresas do setor podem ajudar a melhorar este quadro.

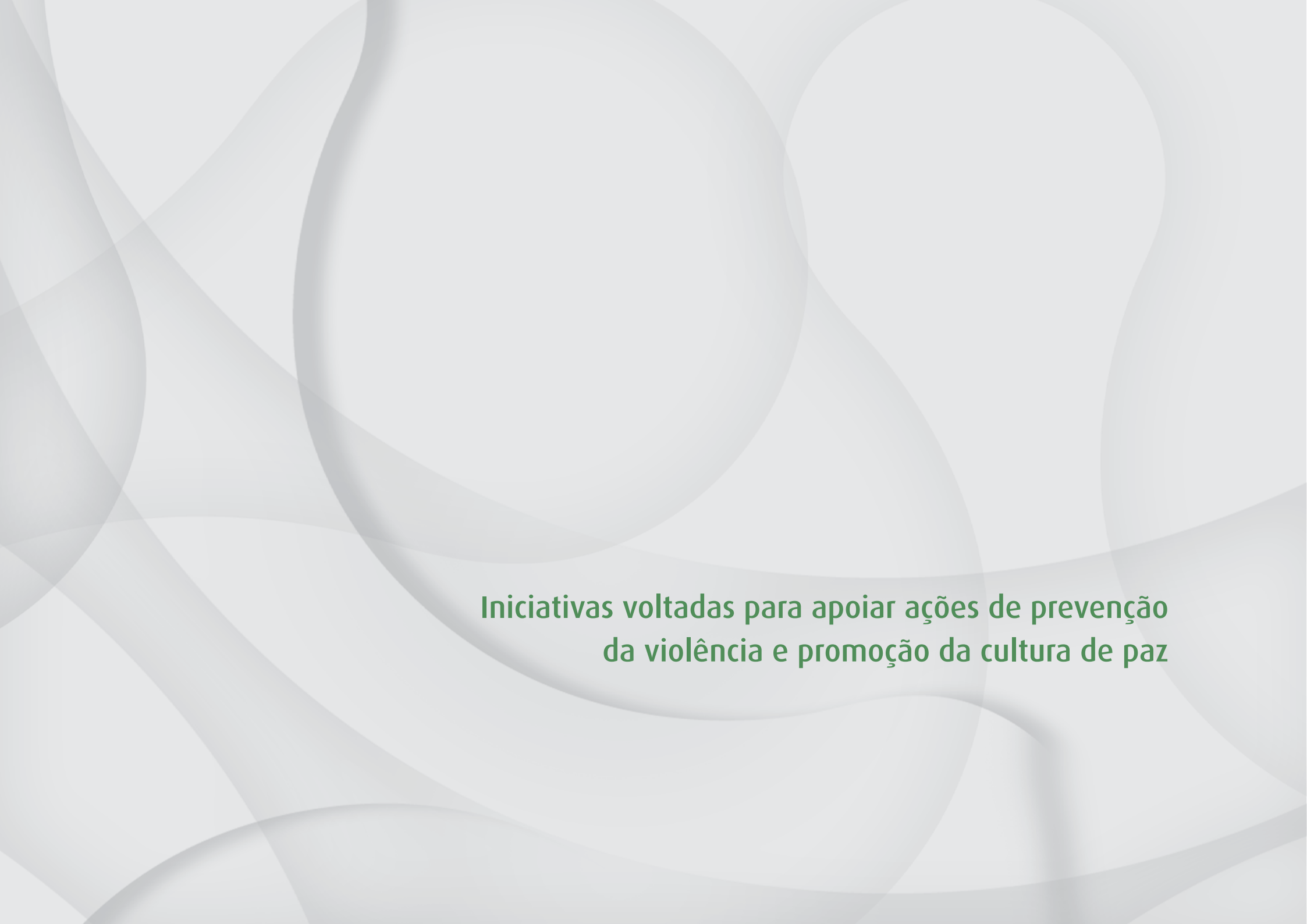
✎ **Motivação:** Nos últimos anos, os crimes envolvendo a subtração de cargas têm figurado entre aqueles com maior crescimento no país. Esta modalidade de roubo tem sido praticada por grupos cada vez mais especializados, no que diz respeito tanto à parte operacional quanto à parte organizacional. O impacto dos delitos de carga em São Paulo é significativo: o Estado responde atualmente por cerca de 50% dos crimes de carga no Brasil (aproximadamente 6,2 mil casos por ano). Os crimes de carga do Estado chegam a atingir, em um ano, valores próximos a R\$ 300 milhões – sendo o impacto financeiro nacional estimado em cerca de 700 milhões. Assim, tornam-se nítidas as razões para a preocupação com o crime das empresas diretamente atingidas, bem como dos órgãos responsáveis por sua prevenção e controle.

✎ **Parceiros:** O projeto é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) e a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo (Fetcesp).

✎ **Iniciativa:** Apesar de existirem importantes fontes de organização e tratamento das informações sobre os crimes de carga, as diferenças de metodologia difi-

cultavam o conhecimento sobre as tendências das ocorrências e a otimização dos dados. Com o objetivo de padronizar as informações, o projeto procurou inicialmente unificar os dados provenientes das duas principais fontes disponíveis sobre o crime de carga – a SSP-SP e o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo e Região (Setcesp). O resultado foi a criação de uma base de dados unificada com apuração detalhada de cada um dos eventos, que permite aferir informações sobre os tipos de carga mais visados, impacto financeiro dos crimes, modo de operação dos criminosos, locais e estradas com maior incidência do crime. A partir da padronização dos dados, pôde ser elaborado um quadro das dinâmicas do roubo de carga e a criação de um segundo produto – um aplicativo específico para coleta de informações relevantes para planejamento e gestão de ações preventivas sobre os crimes de carga e análise desses dados através de metodologia estatística e georreferenciamento. O projeto tem como estrutura física a Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da SSP-SP, cabendo à Fetcesp financiar os profissionais que trabalham nesta atividade. Esse serviço possibilitou um grande aprendizado sobre o perfil dos crimes de carga de São Paulo, por meio do monitoramento dos fatores que aumentam ou diminuem o risco de crime de carga, dos locais em que a incidência é maior e das formas que o crime tem tomado durante o período.

11. Para outras informações, consultar <http://www.fetcesp.com.br/estatisticas_roubocargas.htm>.



**Iniciativas voltadas para apoiar ações de prevenção
da violência e promoção da cultura de paz**

Praças da Paz SulAmérica¹²

✎ **Objetivo:** O Praças da Paz SulAmérica constitui um projeto de revitalização participativa de praças públicas em locais de alta vulnerabilidade social na cidade de São Paulo, com vistas à redução dos fatores de risco relacionados à violência nestes espaços.

✎ **Motivação:** O projeto foi elaborado a partir do diagnóstico segundo o qual o medo e a violência têm esvaziado os espaços públicos da cidade, especialmente na periferia, onde estes espaços são escassos e precários e, paradoxalmente, figuram entre os poucos locais de interação entre os membros da comunidade. Por outro lado, sabe-se que o convívio cria laços comunitários necessários à prevenção da violência. Assim, é preciso ocupar os espaços públicos e estimular a participação da comunidade, fomentando a criação de relações de confiança entre os moradores e favorecendo a organização entre eles. Além disso a insegurança tem reflexos importantes nos negócios da Seguradora e, apesar de o projeto não ter um retorno direto sobre os lucros da empresa, a SulAmérica considerava importante investir em projetos que sirvam de exemplo para outras empresas e organizações.

✎ **Parceiros:** O projeto é fruto de parceria entre o Instituto Sou da Paz¹³ e a SulAmérica Seguros e Previdência.

✎ **Iniciativa:** O projeto foi implementado em três praças públicas – na Brasilândia (zona norte), no Lajeado (zona leste) e no Jardim Ângela (zona sul) – escolhidas

segundo critérios como índices de violência elevados, ausência de espaços de convivência e proximidade de outros equipamentos públicos. Estas praças constituíam espaços precários, mas que já possuíam um histórico de ocupação na região, o que facilitou o processo de mobilização dos moradores em torno da reforma. A partir da escolha do espaço, o educador do projeto passou a ser presença constante na praça. A comunidade foi convidada para participar das reuniões com os arquitetos encarregados de projetar a nova praça, dando opiniões e sugestões sobre o desenho do espaço, bem como para acompanhar e fiscalizar o trabalho de reforma, realizado pela construtora que apresentou o melhor orçamento para execução da obra. Em 2008, a SulAmérica Seguros e Previdência entregou as três praças revitalizadas, com festas de inauguração. O projeto também contempla um plano de ocupação esportivo e cultural, de modo a mobilizar os moradores, sobretudo os jovens, além de procurar aproximar os funcionários da SulAmérica às comunidades do entorno das praças, por meio de ações voluntárias. Em pesquisas realizadas com a comunidade após a entrega das praças, os números mostram que praticamente todos os moradores ficaram satisfeitos com o novo local. Além disso, os moradores entendem que o espaço está mais ocupado, mais bonito e mais seguro – a sensação de segurança aumentou inclusive nas áreas do entorno das praças.

12. Para outras informações, consultar <www.soudapaz.org/pracasdapazsulamerica>.

13. Ver nota 9.

Programa Juventude e Polícia¹⁴

✧ **Objetivo:** O objetivo do projeto Juventude e Polícia é reduzir a distância, diminuir barreiras e enfrentar os estereótipos dominantes na relação entre jovens e policiais. A iniciativa procura estabelecer um diálogo entre a cultura policial e a dos jovens, rompendo um círculo vicioso de estigmatização mútua que só tem efeitos catastróficos, tanto para o Estado quanto para a sociedade.

✧ **Motivação:** Conflitos entre jovens e policiais são frequentes em favelas e bairros de periferia, que são os mais afetados pelos efeitos nocivos do tráfico de drogas. Os jovens que residem nestas comunidades passam a infância e a adolescência presenciando as ações da polícia nestes espaços. Independente da legitimidade das ações, esses jovens podem desenvolver um sentimento de ódio, revolta e preconceito contra as instituições policiais. Foi pensando nisso que, em 2003, o Grupo Cultural AfroReggae procurou o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, para, em vez de divulgar o repertório “antiPM”, pedir ajuda para aproximar jovens e policiais por meio de atividades culturais.

✧ **Parceiros:** Os principais parceiros são o Grupo Cultural AfroReggae, o CESeC, a Secretaria de Defesa Social e a Polícia Militar de Minas Gerais. O projeto, que inicialmente contou com o apoio da Fundação Ford e do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), foi ainda aprovado na Lei de Incentivo à Cultura e recebe patrocínio da Cemig, que dobrou o investimento recentemente.

✧ **Iniciativa:** O projeto conta com um núcleo sociocultural com capacidade para atender 700 jovens por mês, oferecendo atividades culturais de percussão, dança, basquete, teatro, grafite, vídeo, foto, DJ e atividades educativas (palestras, dinâmicas de prevenção às drogas, educação sexual, higiene pessoal, entre outras). Todos instrutores são policiais militares e as atividades são desenvolvidas em turnos. O AfroReggae desenvolve capacitações pontuais durante o ano com policiais, que, depois de treinados, ficam 15 dias por mês à disposição do projeto, ministrando oficinas em escolas públicas, comunidades e esporadicamente em Centros de Internações. Os jovens fazem parte das oficinas de percussão e dança e hoje já multiplicam os conhecimentos adquiridos no projeto. Recebem uma bolsa-auxílio por meio do projeto e alguns já foram contratados pelas escolas onde estudaram. São jovens oriundos dos aglomerados da Ventosa, Morro das Pedras e Vila Acaba Mundo, com idade entre 13 e 19 anos. A maioria deles já foi apreendida e é comum que sejam filhos(as) ou parentes de pessoas envolvidas com o crime. O programa já capacitou 513 militares e atendeu 5.020 jovens de 34 comunidades de Minas Gerais. Pesquisa feita pelo CESeC mostra que 80,8% dos jovens que passaram pelo Projeto Juventude e Polícia criaram uma imagem positiva dos PMs e vários deles criaram laços estreitos de amizade com policiais.

14. Para outras informações, consultar <www.afroreggae.org.br/categoria/projetos-especiais/juventude-e-policia-projetos-especiais/> e <www.ucamcesec.com.br/at_proj_and_texto.php?cod_proj=11>.

Londrina Pazeando¹⁵

✧ **Objetivo:** O Movimento Pela Paz e Não-Violência (MovPaz), que ficou mais conhecido como Londrina Pazeando, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, criada para desenvolver uma cultura de paz e não-violência, através de ações práticas que venham a permitir a concretização desse ideal, com a mobilização das pessoas ligadas às organizações do terceiro setor, às empresas e ao Estado. Tem como focos a valorização dos direitos humanos, o respeito e amor ao próximo, a cultura da não-violência ativa, o diálogo, a educação para valores humanos, ética e transparência nas ações.

✧ **Motivação:** Preocupados com a violência e a descrença nos valores humanos de solidariedade e colaboração, um grupo de pessoas em Londrina, Paraná, decidiu criar, em 2000, um movimento na cidade que entendesse e estudasse caminhos para Paz, procurando disseminar novas formas de convivência, na qual o único conflito possível seria o saudável conflito de ideias.

✧ **Parceiros:** O *site* da organização é bancado por uma série de instituições privadas locais, a maior parte de comércio londrinense, cuja logomarca aparece juntamente com a mensagem: “seja uma organização empresarial amiga da Cultura de Paz”.

✧ **Iniciativa:** Em 2000, o grupo MovPaz propôs à Câmara Municipal de Londrina um projeto de lei que institua a Semana da Paz em Londrina. A ideia foi bem-sucedida e a proposta virou Lei – a Semana da Paz passou a fazer parte do calendário

de comemorações oficiais do Município de Londrina. Desde então o grupo, hoje a ONG Londrina Pazeando, vem realizando várias atividades na cidade voltadas para a construção de uma cultura de paz e não-violência, tais como organização da Semana da Paz, coletânea anual de textos para produção de livro com o tema “Ideias dos estudantes de Londrina para Construção de uma Cultura de Paz” e participação na campanha nacional de desarmamento. A instituição também divulga, em seu *site*, informações sobre ações governamentais e de outras ONGs para a cultura de paz.

15. Para mais informações, consultar <www.londrinapazeando.org.br>.

Programa Jovem de Expressão¹⁶

✧ **Objetivo:** O principal objetivo do Programa Jovem de Expressão é promover a saúde dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos, com foco na redução da mortalidade por violência, especialmente aquela causada por armas de fogo. O programa procura criar condições que reduzam a exposição desses jovens a situações que geram violência, por meio do desenvolvimento pessoal em um momento decisivo de sua vida: a escolha pela violência ou pelo caminho do estudo/trabalho.

✧ **Motivação:** Com o objetivo de subsidiar a criação de um programa social da Companhia, o Grupo Caixa Seguros encomendou um diagnóstico dos fatores que influenciam jovens do Distrito Federal a cometer, sofrer ou testemunhar atos de violência física.¹⁷ O estudo revelou que as escolhas pessoais, como uso de drogas, consumo de bebidas alcoólicas e porte de armas, constituem os fatores que mais expõem o jovem da capital à violência. Os resultados evidenciaram que a melhor maneira de diminuir a exposição dos jovens à violência era incentivando-os a tomar boas decisões no dia-a-dia, identificando – por meio da terapia – quais experiências os transformavam em pessoas especiais e capazes de fazer a diferença na vida de outras pessoas.

✧ **Parceiros:** O programa é fruto de uma parceria entre o Grupo Caixa Seguros, o Grupo Cultural Azulim, o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal (MISMEC-DF) e John Snow Brasil Consultoria.

✧ **Iniciativa:** Atendendo 300 jovens de Sobradinho II e Ceilândia, desde outubro de 2007, o programa procura a transformação social do jovem pela adoção de novos conhecimentos, atitudes e práticas (CAPs), que convirjam para o fortalecimento de sua saúde integral. Os jovens que ingressam no programa são atraídos pelas oficinas de cultura e comunicação: música, dança, artes plásticas, audiovisual, *webdesign*, fotografia, produção de eventos e capoeira. As atividades são disponibilizadas por duas das três organizações não-governamentais que firmaram parceria com a seguradora. Ainda são realizadas capacitações em empreendedorismo no mercado cultural, especialmente de serviços e produtos de eventos. Os jovens contam também com um espaço para partilhar problemas, angústias e conflitos pessoais, com apoio de terapeutas comunitários, que utilizam uma metodologia chamada “Fala Jovem”. Uma vez integrados nesses grupos, eles descobrem que ali também há espaço para resolverem problemas, angústias e conflitos pessoais. Estudo realizado em três cidades do Distrito Federal, para verificar se a exposição de jovens ao programa gera riqueza econômica, mostrou relações estatisticamente significativas em uma das cidades: para cada R\$ 1,00 investido, gerou-se R\$ 1,87 de riqueza econômica. O investimento demonstrou ter retorno garantido, beneficiando tanto o cidadão quanto a cadeia econômica da qual ele faz parte.

16. Mais informações no site <www.caixaseguros.com.br/portal/site/CaixaSeguros/menuitem.9b0da7952f61a59b6cd4ac1230e001ca/?vgnnextoid=ec4e1cf28d916110VgnVCM1000009200640aRCRD>.

17. “Fatores determinantes da violência interpessoal entre os jovens do DF”, Brasília, 6 de dezembro de 2006. Disponível em <www.caixaseguros.com.br/CaixaSeguros/arquivos/revista_atuacao_social.pdf>.

Arranjos Locais para apoio às políticas de segurança e prevenção da violência nas áreas em que a empresa está localizada ou atua

Ação na Linha¹⁸

✧ **Objetivo:** O Ação na Linha foi elaborado em 2007 com o objetivo de prevenir a violência, em especial o furto de cabos, no município de Itaquaquecetuba, desenvolvendo um conjunto de intervenções com foco no fortalecimento comunitário.

✧ **Motivação:** O programa nasceu da busca de uma solução para o problema de furto de cabos de cobre, que é generalizado no Estado de São Paulo e gera diversos prejuízos sociais. Escolas, delegacias, hospitais, creches, entre outros locais, ficam horas sem telefone e energia elétrica por conta desta modalidade de delito. Segundo a Telefônica, em 2007 foram furtados 4.694.859 metros de fio, com prejuízo estimado em quase R\$ 100 milhões. Diante do problema e da percepção de que as estratégias adotadas para tentar coibir esse crime não eram eficazes, a empresa Telefônica resolveu investir numa abordagem diferenciada para lidar com a questão.

✧ **Parceiros:** A Telefônica buscou auxílio de seu braço social, a Fundação Telefônica, para o desenvolvimento da concepção do projeto, que envolveu discussões sobre que tipo de ação social poderia ser aplicado nos locais com alto índice de furto de cabos. A Fundação Telefônica procurou então o Instituto Sou da Paz para elaborar uma metodologia alternativa e inovadora para lidar com este problema. Para elaboração do diagnóstico, foi estabelecida uma parceria entre a Fundação Telefônica e a Prefeitura Itaquaquecetuba, envolvendo secretarias estratégicas para a coleta de dados, além das Polícias Civil e Militar e a sociedade civil. Por último, para a implementação do projeto, em 2008, a Fundação estabeleceu também

uma parceria com o Instituto Papel Solidário, que possui expertise na área de meio ambiente e geração de renda.

✧ **Iniciativa:** Em julho de 2007 teve início a primeira fase da edição-piloto do Ação na Linha, com a elaboração do Diagnóstico da Violência e Criminalidade de Itaquaquecetuba, município escolhido por figurar no topo da lista das cidades com maior índice de furto de cabos de cobre no Estado de São Paulo. O estudo possibilitou compreender a dinâmica da violência no município e também do furto de cabos. Com base nas informações coletadas, foi elaborado um plano de ações, dividido em três eixos de atuação: 1) *Fortalecimento do segmento de catadores e sucateiros (ferro-velho)*, por meio do estímulo à regularização dos depósitos de materiais ferrosos e sucatas do município e do incentivo ao fortalecimento de grupos formais de catadores, pois, muitas vezes, o ferro-velho é um ator relevante na cadeia do furto de cobre; 2) *Fortalecimento da segurança e prevenção da violência*, com a criação da Rede Técnica de Prevenção ao Furto de Cobre, apoio ao Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) e sensibilização dos técnicos de manutenção telefônica sobre os impactos do furto de cabos; e 3) *Desenvolvimento comunitário*, por meio da implementação de ações de cultura, educação, promoção de direitos, trabalho e geração de renda. O Projeto Ação na Linha obteve diversas conquistas importantes nos três eixos de atuação e hoje está sendo replicado no município de Suzano.

18. Informações adicionais podem ser encontradas em <www.soudapaz.org/acaonalinha>.

Programa Ser Parte¹⁹

✎ **Objetivo:** O programa social Ser Parte atende a crianças, adolescentes e adultos das comunidades que ficam no entorno da fábrica Vilma Alimentos, em Contagem-MG. Seu principal objetivo é formar cidadãos protagonistas, por meio do ensinamento de valores úteis para toda a vida, de forma que os participantes possam perceber-se como agentes de transformação social, responsáveis e conscientes dos seus próprios limites e possibilidades.

✎ **Motivação:** O programa nasceu do desejo da Vilma Alimentos de devolver à sociedade o que ela fez pela empresa. Para o presidente da empresa e idealizador do Ser Parte, Domingos Costa, o projeto não é uma obrigação social, sendo concebido a partir da certeza de que construir uma sociedade melhor, ajudar as pessoas a crescerem e sermos solidários são as formas adequadas de contribuir para um mundo mais humano e melhor para todos.

✎ **Parceiros:** Para fortalecer suas ações, o programa firmou parceria com algumas instituições, como a Prefeitura de Contagem, a PUC Minas Contagem e a Rede Cidadã.

✎ **Iniciativa:** O Ser Parte, composto por dez projetos que beneficiam cerca de 4.000 pessoas das comunidades que ficam no entorno da fábrica, além de funcionários e seus familiares, oferece atividades artísticas, esportivas, apoio escolar, inclusão digital e profissionalização. Conta com uma equipe multidisciplinar, formada por assistente social, psicólogos, professor de educação física, professores especializados em diversas

áreas (panificação, informática, música, dança, professores de português e matemática, artesanato e artes plásticas) e estagiários de Psicologia e Educação Física, totalizando uma equipe de 20 profissionais. A empresa investiu cerca de R\$ 600 mil na reforma e ampliação do prédio que abriga o projeto. A metodologia utilizada é focada no desenvolvimento das potencialidades dos alunos através de vivências participativas e valorização das experiências pessoais, buscando a construção de novos saberes e a promoção de mudanças. Parte-se do pressuposto de que o aumento da autoestima e o sentimento de pertencimento levam o indivíduo a ter condutas baseadas no bem-estar da comunidade, na solidariedade. O programa atua em quatro frentes, contemplando todas as faixas etárias dos moradores das comunidades, com especial atenção à criança e ao jovem:

- 1) *Criar canais de comunicação e expressão através da arte e do esporte;*
- 2) *Reforçar conhecimentos e preparar para o futuro;*
- 3) *Iniciação profissional;*
- 4) *Desenvolvimento pessoal e social dos participantes.*

Pesquisas realizadas indicam redução da agressividade dos alunos com relação às figuras parentais, crescimento do interesse pelas atividades escolares, aumento da socialização e do senso de responsabilidade, projeto de vida e visão de futuro.

19. Para outras informações, consultar <www.serparte.com.br>.

Associação Comunitária Chácara Santo Antônio²⁰

✧ **Objetivo:** A Associação Comunitária Chácara Santo Antônio, conhecida como Ação Comunitária, foi criada em 2000 pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo – Amcham, com o objetivo de articular seus associados para desenvolver um projeto de segurança para o bairro, que considerasse não somente um conceito de segurança intramuros, mas também o fato de que as empresas deviam zelar pelo bem-estar daqueles que circulavam pela região. Ou seja, um projeto de segurança “extramuros” que, em parceria com as Polícias Militar e Civil e a Guarda Municipal, contribuisse para reduzir a criminalidade na região.

✧ **Motivação:** O projeto nasceu a partir do consenso de um grupo de empresas na região da Chácara Santo Antônio²¹ sobre a necessidade de se organizar para enfrentar os problemas de criminalidade que assolavam a área. Sendo uma região que sedia muitas corporações nacionais e internacionais, o trânsito de veículos e valores é intenso, o que provocava elevados índices de roubo e furto de carros e pastas, bem como de sequestros-relâmpago. Tanto funcionários como fornecedores e clientes se sentiam inseguros ao caminhar ou dirigir pela localidade.

✧ **Parceiros:** A Câmara de Comércio Americana tomou a iniciativa de articular, entre seus associados instalados na região, um grupo de empresários que tivessem interesse em financiar o projeto,²² que é desenvolvido em parceria com as Polícias Militar e Civil e a Guarda Municipal.

✧ **Iniciativa:** O projeto consiste na criação de uma equipe de vigilância privada ostensiva, uniformizada, bem equipada e treinada, que trabalha em estreita parceria com os porteiros e vigilantes das empresas e condomínios da região, reportando-se à Polícia Militar. O monitoramento ocorre durante as 24 horas do dia. Além disso, há uma coordenação executiva, que organiza as informações coletadas, as dissemina entre as polícias e as empresas e monitora os dados de segurança na região. Os custos do projeto são cobertos pela contribuição das empresas participantes. A Amcham coordenou os processos de elaboração e implementação do projeto, integrando as informações de segurança das empresas, escolas, associações comunitárias e comércio da região com a segurança privada das ruas e a segurança pública desenvolvida pela PM e pela Polícia Civil. A partir de um pedido da Amcham, tanto o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo como a Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado de São Paulo indicaram participantes. Ao mesmo tempo, solicitou-se às empresas parceiras que otimizassem seus sistemas de segurança e compartilhassem as informações coletadas com a equipe da Ação Comunitária. A partir da implementação do projeto, surgiu na região um novo conceito de segurança, no qual toda a comunidade deve se integrar na proteção das pessoas e na prevenção e controle da criminalidade.

20. Para obter mais informações, consultar < www.vivasp.com.br >.

21. A Ação Comunitária abrange a área circundada pelas seguintes ruas e avenidas: Roque Petroni Jr, Santo Amaro, Verbo Divino, Alfredo Egídio de Souza Aranha e Nações Unidas (até a Roque Petroni Jr).

22. Para uma lista dos parceiros, ver < www.vivasp.com.br/sobre/parceiros_html >.

Fica Vivo!²³

✎ **Objetivo:** O projeto Fica Vivo!, inicialmente denominado Programa de Controle de Homicídios, foi criado em 2002 com o objetivo de diminuir o alto índice de homicídios na cidade de Belo Horizonte e melhorar a qualidade de vida da população, por meio de ações que combinam repressão qualificada ao crime com prevenção em áreas que concentram indicadores elevados de homicídio.

✎ **Motivação:** Na década de 1990, Belo Horizonte experimentou um grande crescimento do número de homicídios. O aumento das mortes violentas colocou esta temática no centro da agenda política brasileira, exigindo dos gestores públicos e pesquisadores a busca de novas alternativas para enfrentar o problema. O diagnóstico da situação no município mostrou uma elevação de 100% no número de homicídios, entre 1997 e 2001, bem como o crescimento da participação dos jovens com menos de 24 anos em mortes violentas (como autores ou vítimas) e a concentração destes eventos nos aglomerados de vilas e favelas.

✎ **Parceiros:** O projeto foi elaborado pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Crisp) e implementado conjuntamente com as Polícias Militar e Civil de Minas, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Minas Gerais, o Sebrae, a Câmara de Dirigentes Lojistas, Correios, organizações não-governamentais, movimentos sociais e a comunidade local.

✎ **Iniciativa:** O Aglomerado Morro das Pedras foi o local selecionado como objeto de ação não apenas pelo elevado número de ocorrências de homicídios, mas também pelas possibilidades que aquela localidade representava para a atuação dos grupos implicados no projeto. O plano de intervenção para redução do número de homicídios foi estrategicamente dividido em duas frentes de trabalho. A primeira é voltada para as ações de natureza repressiva ao crime, por meio do Grupo de Intervenções Estratégicas, que age no sentido de reprimir o crime com ação rápida na prisão e condenação dos criminosos e apreensão constante e eficiente de armas e drogas. Já a segunda contempla ações de mobilização social, com o Grupo de Proteção Social, que atua principalmente através dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPCs), que contam com estrutura própria no local para o atendimento aos jovens. As instituições e líderes comunitários são convidados para participarem do curso gestores locais de segurança, importante instrumento de diálogo entre as instituições e a comunidade. Os NPCs atuam ainda na seleção dos oficinairos – selecionados na comunidade para articulação e mobilização comunitária – e na organização de atividades de lazer e ensino para os adolescentes, tais como dança, esporte, reforço escolar e cursos profissionalizantes. A primeira avaliação dos resultados do programa demonstrou que, após seis meses de sua implantação, o número de homicídios na região-piloto foi reduzido em 47%. Em 2003, o governo de Minas decidiu institucionalizar o Fica Vivo!, tornando-o um programa para todo o Estado.

23. Mais informações, consultar <www.seds.mg.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=283>.

Viva o Centro²⁴

✧ **Objetivo:** A Associação Viva o Centro foi criada em 1991 com o objetivo de requalificar e desenvolver o Centro de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-lo num centro metropolitano que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar de toda a população.

✧ **Motivação:** No fim dos anos 1980, o Centro de São Paulo encontrava-se em franco processo de deterioração. Apesar da imensa infraestrutura montada pelo poder público, da presença dos mais importantes equipamentos culturais, da convergência de todo o sistema público de transporte e do trânsito diário de milhões de pessoas, o Centro perdia vitalidade dia a dia, estava cada vez mais inseguro e atraía um número cada vez menor de pessoas. Ou seja, o Centro havia se tornado um lugar de passagem, dos menos bonitos e dos mais desagradáveis. A subutilização da infraestrutura e dos espaços mais democráticos da cidade precisava ser revertida. Assim, a Associação Viva o Centro nasceu como resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo, em relação ao seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano.

✧ **Parceiros:** A organização conta com um número importante de associados e mantenedores,²⁴ que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

✧ **Iniciativa:** A Viva o Centro dividiu o Centro de São Paulo em 111 microrregiões, que reúnem empresas, instituições e moradores ali estabelecidos. Em cada microrregião é estimulada a constituição de uma Ação Local, que funciona como canal de negociação entre a comunidade e o poder público, ajudando a melhorar a qualidade de vida das pessoas e as condições de operação das empresas e organizações instaladas em sua área de atuação. Podem participar pessoas físicas ou jurídicas (estas últimas por meio de representantes) estabelecidas na área de atuação de uma Ação Local. Esta participação é gratuita e voluntária, não havendo qualquer contribuição obrigatória. Cada Ação Local articula e representa a comunidade local junto aos poderes públicos e à Associação Viva o Centro, estimulando parcerias entre a iniciativa privada e o setor público em benefício da comunidade, fiscalizando a atuação do poder público e apoiando a Associação em suas ações em prol do Centro de São Paulo. A Viva o Centro provê toda a estrutura para o desenvolvimento e manutenção das Ações Locais, elabora manuais para participação e organiza as eleições nas microrregiões, cuidando de todo o processo logístico envolvido. Por último, a entidade também dispõe de banco de dados informatizado e biblioteca especializada, que atende a estudiosos, pesquisadores e demais interessados na história do Centro de São Paulo. Atualmente, a Viva o Centro já estruturou cerca de 50 Ações Locais, envolvendo milhares de participantes e tendo promovido uma série de melhorias em suas áreas de atuação.

24. Para mais detalhes, consultar <www.vivaocentro.org.br>.

25. Para ver a lista completa, consultar <www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/associados.htm>.

Associação Paulista Viva²⁶

✧ **Objetivo:** A Associação Paulista Viva tem por objetivo trabalhar pela valorização da região da Av. Paulista, de forma a assegurar uma melhor qualidade de vida aos que frequentam ou trabalham na região e im.ua degradação ambiental.

✧ **Motivação:** A Associação Paulista Viva surgiu no final dos anos 1980, de um movimento integrado por empresários da região preocupados em preservar a avenida mais famosa de São Paulo – e principal símbolo da cidade.

✧ **Parceiros:** Lideradas pelo empresário e ex-prefeito de São Paulo, Dr. Olavo Setúbal, numerosas empresas resolveram se unir à iniciativa. Em 2001, o Dr. Olavo Setúbal resolveu deixar a presidência da Associação, transferindo-a para um grupo de executivos liderados pelo hoteleiro Nelson Baeta Neves. A partir daí, novas empresas e condomínios também aderiram ao movimento. Em 2003, a ONG foi certificada como Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Atualmente conta com mais de 100 entidades associadas.²⁷

✧ **Iniciativa:** Inicialmente, a Associação dedicou-se a várias ações na área de reurbanização e meio ambiente, com projetos de revitalização da área verde do entorno, despoluição visual, paisagismo e reforma das calçadas. Porém, em 2001, uma pesquisa informal realizada junto à comunidade apontou a segurança como o principal problema enfrentado na região da avenida, o que levou a Associação a desenvolver um projeto de segurança para a localidade. Assim, na primeira etapa

deste projeto, a pedido da organização, a Polícia Militar instalou uma Companhia nas proximidades da Av. Paulista, ocupando um imóvel cedido em regime de comodato pela Associação Paulista Viva, que custeia ainda outras despesas, tais como curso de inglês e informática para os policiais, além de eventual necessidade de conserto de viatura. A segunda etapa consistiu na implantação, pela Polícia Militar, do Policiamento Comunitário Ostensivo na região, com a cooperação da entidade e participação de empresas patrocinadoras. Para realizar o policiamento, a Polícia Militar recrutou policiais que falassem mais de um idioma, os quais foram especialmente treinados para se integrarem com a comunidade e os turistas. Ainda foram instalados 33 supedâneos (cabines móveis que ficam em pontos estratégicos da Avenida Paulista com um policial em cada cabine) para contribuir para a vigilância ostensiva da região. As cabines foram totalmente pagas e equipadas pela Associação Paulista Viva, com o apoio da Prefeitura do Município de São Paulo e do governo do Estado. A 3ª etapa do projeto de segurança da instituição prevê a instalação de câmeras de circuito fechado de TV, para vigilância 24 horas, em toda a extensão da Paulista. O sucesso do projeto foi medido pela redução da criminalidade, pela sensação de segurança e pela alegria da população que circula diariamente na região.

26. Mais informações, consultar <www.associacaopaulistaviva.org.br/>.

27. Para conhecer a lista completa de associados, consultar <www.associacaopaulistaviva.org.br/quemsomos_associados.asp>.

**CONCLUSÕES DA OFICINA “O PAPEL DO
SETOR PRIVADO NA SEGURANÇA PÚBLICA”**

No começo de 2010, foi celebrada, em São Paulo, a oficina “O Papel do Setor Privado na Segurança Pública”, no marco do IV Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o objetivo de estimular o diálogo e a troca de experiência entre os coordenadores dos projetos selecionados para a presente publicação. O encontro contou com a participação de nove representantes das iniciativas estudadas, além do público inscrito na oficina.

Num primeiro momento, os representantes expuseram seus respectivos projetos e, posteriormente, os participantes foram divididos em grupos com a intenção de discutir as oportunidades e desafios para o investimento privado na área de segurança pública.

A seguir, apresentam-se as principais conclusões do encontro.

Como diferentes atores podem ajudar a aumentar o investimento em prevenção da violência?

As Organizações Não-Governamentais que trabalham na área podem atrair mais investimento, desenvolvendo e aperfeiçoando sua capacidade de gerenciamento de projetos, por meio da incorporação de metodologia e linguagem utilizada pelas empresas privadas, assim como de transparência nas ações, apresentação de resultados e de prestação de contas.

Por sua vez, o setor público pode ajudar a incentivar o investimento privado com redução da burocracia das certificações e simplificação da legislação para esse tipo de investimento, podendo, ainda, criar mecanismos de incentivo para atrair o investimento em prevenção da violência, por meio de leis favoráveis, selos de reconhecimento, isenção fiscal, prêmios, etc. Ao mesmo tempo, Fundos de Segurança Pública podem ser estabelecidos para captar contribuições privadas. Também é importante que empresas de todos os portes sejam incentivadas, sendo que as estratégias de sensibilização e incentivo devem ser diferenciadas para empresas pequenas e grandes.

Ao investirem em projetos de prevenção da violência, as empresas precisam ver seus interesses contemplados, ou seja, perceberem que é positiva a relação custo-benefício do investimento (valorização da imagem da empresa, aumento dos lucros, diminuição dos prejuízos, etc.). Por isso, ao buscar incentivar esses investimentos, devem ser apontados seus benefícios tanto públicos como os privados. Nesse sentido, é necessário vencer a desconfiança do setor público quanto aos interesses do setor privado em projetos de segurança pública. Além disso, o setor público deve reconhecer a necessidade e a eficácia das parcerias com o setor privado para alcançar alguns objetivos.

Já as empresas privadas podem aportar credibilidade às iniciativas de prevenção da violência, assim como melhorias na gestão dos projetos e garantia de continuidade.

Por último, a sociedade precisa ser mais proativa e propositiva e menos reativa com relação à prevenção da violência. Deve-se, também, ampliar a visão da sociedade sobre o significado de segurança pública, para que ela possa se apropriar do tema e aprimorar a sua participação.

De que formas o setor privado pode se envolver em iniciativas relativas à prevenção da violência e à segurança pública?

Em primeiro lugar, as empresas precisam ter consciência de que a segurança pública é pública, ou seja, é um direito fundamental de todos, sendo que muitas vezes as empresas trazem problemas para as comunidades em que se inserem. Por isso, na hora de investir em projetos ligados à segurança pública, as empresas podem até ter um retorno direto, mas os benefícios primários devem ser para a sociedade.

Portanto, é fundamental que as empresas se envolvam diretamente (e não com financiamento) em projetos relacionados à prevenção da violência. Seus conhecimentos em planejamento estratégico e gestão estratégica, bem como seu apreço por escolhas

técnicas em detrimento das indicações políticas, por exemplo, podem ser aplicados ao projeto, melhorando e ampliando seus resultados.

Quais são os motivos que podem fazer com que empresas aumentem seus investimentos em segurança pública?

Uma boa forma de aumentar os investimentos empresariais é identificando e detalhando os benefícios que retornariam com o investimento (valorização da imagem em decorrência da ação, incentivo fiscal, etc.). Outra maneira é por meio da conscientização de que investir em projetos na comunidade valoriza não só seu local de atuação, mas também seus profissionais e a própria empresa e seus produtos.

Também a existência de indicadores claros de resultados, que mostrem que o investimento feito está gerando retornos positivos, públicos e privados, contribui para a continuidade da empresa nos projetos.

Outros fatores motivadores podem ser a perspectiva de diminuir prejuízos e gerar mais lucros, o reconhecimento, por meio de prêmios, de que a empresa é socialmente responsável e uma legislação adequada para que empresas possam de fato investir em instituições que trabalhem com segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi apresentar diferentes experiências do setor privado no desenho e na implementação de programas de prevenção e controle da violência no Brasil. Ainda que a maior parte das iniciativas surge para proteger interesses particulares da empresa, todas elas têm como denominador comum o fato de se encontrarem comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da população de uma forma mais ampla.

Do mesmo modo, as ações demonstram que o setor privado pode contribuir de maneira exitosa e inovadora para a segurança pública. As empresas podem aportar poder político, criatividade, dinamismo, capacidade de gestão e execução, recursos econômicos, acesso a tecnologia de ponta, continuidade, etc., trazendo uma visão diferenciada para o setor e aumentando a qualidade e a eficiência das políticas públicas de segurança.

Contudo, embora o país tenha avançado muito no tema nos últimos anos, ainda resta muito caminho a percorrer. Nas palavras do Caio Magri, coordenador da área de políticas públicas do Instituto Ethos, é preciso enfrentar o desafio de incluir a segurança na agenda da responsabilidade empresarial. Apesar de o empresário considerar importante o tema de segurança pública, a questão ainda não faz parte das estratégias corporativas. “As empresas têm capacidade política e econômica de oferecer ótimas contribuições para a construção de políticas públicas, por isso é importante colocar o assunto na pauta e apontar caminhos para trabalhá-lo no meio empresarial”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WASELFSZ, J. J. **O mapa da violência 2010** – Anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari, 2010. Disponível em <www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia>.

CERQUEIRA, D.; CARVALHO, A. X.; LOBÃO, W.; RODRIGUES, R. I. **Análise dos custos e conseqüências da violência no Brasil**. Brasília: Ipea, 2007 (Texto para discussão, 1284). Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/brazil/documents/ipea.pdf>>.

BAHNU, C.; STONE, C. **Public private partnerships for police reform**. Vera Institute of Justice. 2003. Disponível em: <www.vera.org/project/project1_3.asp?section_id=2&project_id=31&sub_section_id=38>.

MATTOS RICARDO, C. de; DIAS NETO, T.; LIMA, R. S. de. Contribuições do setor privado para a segurança pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Texto para debate). Disponível em: <www.forumseguranca.org.br/.../1212461528_setor_privado_e_seguranca_publica.pdf>.

MESQUITA NETO, P. **Asociaciones públicas-privadas para la reforma policial em Brasil**: Instituto São Paulo Contra la Violência. Paper apresentado no VI Research and Education in Defense and Security Studies Seminar (Redes), Santiago de Chile, 2003.

ANEXOS

Ação Comunitária Chácara Santo Antônio

A Associação Comunitária Chácara Santo Antônio foi criada em 2000, a partir de consenso de um grupo de empresas na região da Chácara Santo Antônio sobre a necessidade de organização para enfrentar os problemas de criminalidade que assolavam a região. Sendo esta uma região que sedia muitas corporações nacionais e internacionais, o trânsito de veículos e valores é intenso, acarretando elevados índices de roubo e furto de carros e pastas, bem como de sequestros-relâmpago. Tanto funcionários como fornecedores e clientes se sentiam inseguros ao caminhar ou dirigir pela região e o deslocamento para aquela área da cidade passou a ser vista como um martírio para muitas pessoas.

Foi então que a Câmara de Comércio Americana – Amcham tomou a iniciativa de articular, entre seus associados instalados na região, um grupo de empresários que tivessem interesse em financiar um ousado projeto de segurança para o bairro, em que as empresas considerassem não somente o conceito de segurança intramuros, mas também o bem-estar daqueles que circulavam pela região e que, de uma maneira ou de outra, estavam contribuindo para o desenvolvimento econômico da área. Ou seja, era preciso pensar num projeto de segurança “extramuros”.

O projeto vislumbra a participação não apenas de empresários, mas também do poder público e da comunidade. Além de apoiar, a Amcham coordenou os processos de elaboração e implementação do projeto, integrando as informações de segurança das empresas, escolas, associações comunitárias e comércio da região com a segurança privada das ruas e a segurança pública desenvolvida pelas Polícias Civil e Militar.

Esta coligação de empresas implica que um proteja o outro, há uma comunicação de perigos latentes e, de outra maneira, não seria possível. Precisamos ter uma visão mais global dos problemas e esta coligação permite isso.

Jorge Muller

Presidente do Conselho da Ação Comunitária

O Projeto consistia na criação de uma equipe de vigilância privada ostensiva, uniformizada, bem equipada e treinada, que trabalharia em estreita parceria com os porteiros e vigilantes das empresas e condomínios da região, reportando-se sempre à Polícia Militar, que também se comprometeria a ceder policiais para auxiliar no policiamento ostensivo. Além disso, haveria uma coordenação executiva, que organizaria as informações coletadas, disseminando-as para as polícias e as empresas, e monitoraria os dados de segurança na região. Os custos do projeto seriam compartilhados pelas empresas participantes, mediante aprovação da proposta de orçamento.

A partir de um pedido da Amcham, tanto o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo como a Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado de São Paulo indicaram seus representantes, que forneceram subsídios para adoção de procedimentos, possibilitando a melhoria da atuação da polícia na região e sua integração com os outros segmentos da segurança comunitária. De acordo com os idealizadores do projeto, a partir de então começou a surgir na região um novo conceito de segurança, no qual toda uma comunidade deve se integrar na proteção das pessoas e na prevenção e controle da criminalidade.

De início, o projeto tinha o objetivo de alcançar índice zero de criminalidade nos cinco anos subsequentes à sua implementação, bem como previa que os processos e resultados dessa redução dos crimes pudessem servir de modelo para os demais bairros da cidade. Houve um processo de conscientização de funcionários e empresários da região quanto ao projeto, que contou com divulgação por meio de *workshops* voltados para empresas, comerciantes e

instituições estabelecidas na Chácara Santo Antônio, com o objetivo de sensibilizar e conseguir a adesão de novos membros.

As empresas foram convidadas a apresentar uma proposta corporativa de plano de ação, adotando procedimentos e práticas para a melhoria da sua segurança perimetral, com o foco de vigilância de rua. Àquelas que decidiram pela adesão ao projeto, recomendou-se que otimizassem recursos existentes, como iluminação externa, emprego dos vigilantes e sistema de segurança através de câmeras de fotografia e vídeo, e compartilhassem as informações coletadas com a equipe da Ação Comunitária.

Uma rede de informações contra o crime

O trabalho da Ação Comunitária Chácara Santo Antônio consolidou-se durante estes dez anos. Algumas empresas saíram da região e deixaram de contribuir, outras se instalaram na região e passaram a contribuir. De maneira geral, as próprias empresas, quando se instalam, procuram a Ação Comunitária com vistas a colaborar com o projeto de segurança pactuado entre os empresários da região, ou, se não o fizerem, são convidadas a participar.

Para se ter uma ideia de como funciona o trabalho da Ação Comunitária, talvez seja mais útil citar um exemplo. Supondo-se que a câmera de vigilância de uma das empresas instaladas no bairro tenha filmado um sequestro-relâmpago, esta filmagem é enviada imediatamente à equipe da Ação Comunitária, que registra o local, hora, carro e dados dos criminosos, como vestimentas e traços físicos. Estas informações são repassadas para a vigilância privada, Polícias Militar e Civil e sistemas de segurança das empresas da região. Ou seja, o crime e os criminosos são mapeados em seus detalhes. A partir disso, é possível não apenas pensar em formas de melhorar a segurança no local do crime – melhorar a iluminação ou o policiamento ou realizar a poda de árvores, para tornar o local mais visível –, mas também alertar os participantes quanto à presença daqueles criminosos. De acordo com o coordenador executivo da Ação Comunitária, este tipo de ação conjunta já ajudou na apreensão de diversos criminosos que atuavam na área.

Como o monitoramento ocorre durante as 24 horas do dia, a Ação Comunitária sabe exatamente quais são os ofensores que mais “atuam” e mais preocupam o bairro, podendo implementar ações estratégicas orientadas ao problema. Além disso, a Ação Comunitária procura se aproximar das pessoas que foram vítimas de ações criminosas, não apenas para poder coletar detalhes sobre o crime, mas também para orientá-las sobre a importância de se prestar queixa na Delegacia e reconhecer os agressores no caso de serem chamadas para isso – mesmo quando se trata de um crime de menor gravidade, como o furto de um relógio ou de um celular, casos em que a vítima nem sempre registra Boletim de Ocorrência. Para a Ação Comunitária, o registro destes crimes é de suma importância, pois constitui subsídio relevante para o monitoramento das ações criminosas na região.

Atualmente, as escolas e universidades instaladas na Chácara Santo Antônio constituem também fontes fundamentais de informações sobre a segurança na área. Alunos que sofreram ou presenciaram situações de assalto ou furto no entorno destes estabelecimentos relatam tais casos aos vigilantes, que, por sua vez, repassam as informações à equipe da Ação Comunitária. Trata-se de dados não oficiais, mas que também são considerados no planejamento de segurança da região, sendo disseminados entre os parceiros para que o alerta seja dado. Associações de moradores e representantes de Conselhos Comunitários de Segurança também podem procurar a Ação Comunitária para expressar suas preocupações no tocante à segurança. Muito embora não haja pessoas físicas entre os contribuintes, todas as queixas e sugestões são bem-vindas e qualificam o trabalho dos agentes da Ação Comunitária.

Os membros do Conselho Diretor da Ação Comunitária se reúnem, rigorosamente, uma vez por mês, quando são apresentadas as estatísticas de criminalidade da região e comentadas por representantes das Polícias Civil e Militar atuantes na área. Também participam membros do poder público, como representantes da Subprefeitura de Santo Amaro, da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Dependendo do tema abordado na reunião, podem estar presentes também representantes de secretarias municipais ou estaduais. Todos os participantes são convidados a comentar os dados apresentados e, de acordo com o caso, aproveitam para cobrar providências sobre outros assuntos. Com isso, foi se construindo uma relação de confiança entre as atividades desenvolvidas pela Ação Comunitária e os empresários e trabalhadores da região.

Pensando na segurança para além das empresas

A região da Chácara Santo Antônio passou por uma série de mudanças desde que a Ação Comunitária iniciou seus trabalhos. Atualmente, muitas universidades se instalaram no bairro, trazendo para a área uma população flutuante que, geralmente, utiliza automóveis para o deslocamento casa-faculdade ou trabalho-faculdade. Esta população acaba se constituindo em “chamariz” tanto para assaltantes que agem isoladamente quanto para quadrilhas, sobretudo quando o assunto é sequestro-relâmpago.

De acordo com o presidente do Conselho da Ação Comunitária, trata-se de uma população jovem que vem ocupando positivamente a região e movimentando o comércio local, sendo necessário, portanto, oferecer segurança a estes jovens, protegê-los, para que não se tornem vítimas de criminosos e acabem estampados nas páginas dos jornais, o que denegrir a imagem da região, afugentando a população da área. O que se nota é uma visão de segurança que leva em consideração a interdependência entre os atores e a necessidade, portanto, de se preocupar com a segurança de todos que frequentam a região.

O crime que mais preocupa a equipe da Ação Comunitária hoje, bem como o Conselho, é o roubo e furto de *laptops* – tanto por parte dos trabalhadores como dos estudantes da região. O golpe do cartão de crédito clonado também é freqüente. Mas há ainda a criminalidade relacionada à atividade dos bares da região. Como ficam abertos até tarde para contemplar a público universitário, acabam sendo alvo de muitas críticas da vizinhança, tanto por conta do barulho como também pelas confusões que não raras vezes terminam na delegacia. Por isso, o trabalho da Ação Comunitária tem se voltado também para a atividade destes estabelecimentos, orientando para seu fechamento em horário conveniente e traçando planos de contenção, com policiamento ostensivo nas regiões dos bares durante a noite.

Recentemente, a representante da Subprefeitura de Santo Amaro sugeriu que fossem chamados a participar das reuniões representantes do Cras (Centro de Referência e Assistência Social) – Santo Amaro, uma vez que muitos membros se queixavam dos perigos a que estavam expostas as crianças que vendiam balas nos semáforos da região. Seria preciso, então, pensar também na dimensão social das questões relacionadas à segurança. Isso demonstra a abertura

do Conselho às novas idéias, à participação e à integração de diversas áreas em prol de um objetivo comum – a prevenção e o controle da criminalidade.

Organização e ação coletiva no enfrentamento da criminalidade

A Ação Comunitária pode ser considerada um exemplo de parceria bem-sucedida entre empresariado e poder público, que gera benefícios para toda a comunidade. Mais do que simplesmente uma doação abnegada, o que os empresários desta região vêm fazendo é monitorar, juntamente com representantes das polícias e de outros órgãos públicos, os dados de criminalidade da região, visto que têm interesse direto nestes resultados e deles dependem o bem-estar e o conforto de seus colaboradores.

Todos os participantes do projeto, contribuintes ou não, o veem de forma muito positiva. Os policiais entendem que a ação conjunta proporcionada pelas atividades da Ação Comunitária promovem a colaboração, a solidariedade entre as polícias e, em última instância, o bem comum. Os membros do poder público se sentem partícipes do projeto, pois notam que, ao colaborarem, também colhem os frutos da ação. Os empresários, por sua vez, sabem bem que escolheram o caminho mais lento para empreender mudanças, que é o da organização e ação coletiva, mas reconhecem que se trata do caminho mais eficiente para obtenção de resultados. Por isso, é mantido o canal de diálogos sempre aberto com a comunidade, até porque é ela quem identifica mais rapidamente as zonas de perigo.

Mais do que simplesmente melhorar os dados de criminalidade no bairro, o que os empresários participantes da Ação Comunitária desejam é a mudança de mentalidade acerca da maneira como resolver questões relacionadas à segurança, ou seja, replicar a ideia de que todos são responsáveis pelo que ocorre na vizinhança e de que a ação não depende somente do poder público. A sociedade pode se organizar, como ocorreu na Chácara Santo Antônio, e chamar o poder público para ser parceiro nas ações. Ao que tudo indica, a comunidade e o próprio poder público agradecem, já que parece estarmos falando de um jogo em que só há ganhadores.




**Contato**

Carlos do Carmo Milaré – Economista com atuação na área de administração e vendas, coordenador executivo da Ação Comunitária desde 2000 (carlos.milare@amchambrasil.com.br). Tel.: (11) 5182 8856.

Ação na Linha

O Ação na Linha nasceu a partir da busca de uma solução para o problema de furto de cabos de cobre, que é generalizado no Estado de São Paulo e gera diversos prejuízos sociais. Escolas, delegacias, hospitais, creches, entre outros locais, ficam horas sem telefone e energia elétrica por conta desta modalidade de delito. Segundo a Telefônica, em 2007, foram furtados 4.694.859 metros de fio, com prejuízo estimado em quase R\$ 100 milhões. Os locais em que ocorrem os furtos são, em geral, ermos e degradados, o que aumenta a sensação de insegurança e limita o direito à convivência e ocupação dos espaços públicos por parte da população. Diante do problema e da percepção de que as estratégias adotadas para tentar coibir esse crime não eram eficazes, a empresa resolveu investir numa abordagem diferenciada para lidar com a questão.

A Telefônica procurou auxílio de seu braço social, a Fundação Telefônica, para o desenvolvimento da concepção do projeto, que envolveu discussões sobre que tipo de ação social poderia ser aplicado nos locais com alto índice de furto de cabos. A Fundação Telefônica contatou, então, a ONG Instituto Sou da Paz, para elaborar uma metodologia alternativa e inovadora para lidar com este problema. O Ação na Linha foi concebido com o objetivo de prevenir a violência, em especial o furto de cabos, por meio de um conjunto de intervenções com foco no fortalecimento comunitário. O projeto estrutura-se em três grandes fases de intervenção.

-  Fase 1 – Diagnóstico, mobilização e elaboração das estratégias de intervenção
-  Fase 2 – Implementação.
-  Fase 3 – Consolidação, sustentabilidade e expansão

A intenção do projeto é contribuir para a melhoria de indicadores sociais e de criminalidade do município, o que converge com o objetivo da empresa de obter uma diminuição no índice de furtos de cabos

Gabriella Bighetti
Gerente de Projetos da Fundação Telefônica.

Em julho de 2007, teve início a fase 1 da edição-piloto do Ação na Linha, com a elaboração do Diagnóstico da Violência e Criminalidade de Itaquaquecetuba, município da Região Metropolitana de São Paulo, escolhido por figurar no topo da lista das cidades com maior índice de furto de cabos de cobre no Estado de São Paulo. A metodologia de construção do diagnóstico é pautada na participação e no mapeamento de desafios e potencialidades do município. Para sua realização, foi estabelecida uma parceria entre a Fundação Telefônica e a Prefeitura, envolvendo secretarias estratégicas para a coleta de dados sobre vulnerabilidade social, criminalidade e violência, além das Polícias Civil e Militar e a sociedade civil.

Ações voltadas para o fortalecimento comunitário e desenvolvimento local

O diagnóstico de Itaquaquecetuba possibilitou compreender a dinâmica da violência no município e também do furto de cabos, permitindo detectar fatores que contribuem para a ocorrência do furto (fatores de risco), territórios de risco, assim como segmentos populacionais mais vulneráveis. Com base nas informações coletadas, foi elaborado um plano de ações voltadas para minimizar os fatores de risco, com potencial de impacto positivo e significativo na redução dos furtos de cabos em Itaquaquecetuba.

Para a implementação deste plano, em 2008, a Fundação Telefônica estabeleceu, também, uma parceria com o Instituto Papel Solidário, que possui expertise na área de meio ambiente e geração de renda. As ações realizadas pelo projeto Ação na Linha foram organizadas em três eixos de atuação.

Eixo 1. Fortalecimento do segmento de catadores e sucateiros (ferro-velho)

Considerando-se que, muitas vezes, o comércio de ferro-velho é um ator relevante na cadeia do furto de cobre, o projeto fomentou a regularização dos depósitos de materiais ferrosos e sucatas do município e incentivou o fortalecimento de grupos formais de catadores.

Eixo 2. Fortalecimento da segurança e prevenção da violência

Visando discutir e propor ações de prevenção e combate ao furto de cabos, foi criada a Rede Técnica de Prevenção ao Furto de Cobre, que reúne a área de Segurança Patrimonial da Telefônica, Fundação Telefônica, Instituto Sou da Paz, Instituto Papel Solidário, Polícias Civil e Militar, Guarda Municipal, Conseg, organizações da iniciativa privada e secretarias municipais. Outro objetivo é o fortalecimento e apoio ao Conselho Comunitário de Segurança (Conseg), importante espaço de diálogo comunitário sobre segurança. Também são empreendidas ações com empresas terceirizadas, para sensibilização dos técnicos de manutenção telefônica sobre os impactos do furto de cabos.

Eixo 3. Desenvolvimento Comunitário

Nas ações de cultura, o projeto promoveu a formação de jovens da comunidade em oficinas de audiovisual, além de instalar o primeiro cinema gratuito da cidade para a população. Na área da educação, foram desenvolvidas oficinas de sensibilização sobre meio ambiente e reciclagem, bem como implantados pontos de coleta voluntária, denominados “Muros Conscientes”. Em promoção de direitos, realizaram-se oficinas de capacitação sobre os direitos da criança e adolescente e apoio à Rede Irradiar Itaquá, de Cuidados à Pessoa em Situação de Violência Doméstica e Sexual. Na questão de trabalho e geração de renda, ocorreram oficinas de artesanato com utilização, como matéria-prima básica, de materiais recicláveis, agregando valor aos produtos e aumento de renda para catadores e familiares.

O investimento social nas comunidades com maior incidência de furto de cabos possibilita a cooperação entre a comunidade e a empresa, por meio do fortalecimento comunitário e do desenvolvimento local. O projeto realiza atividades de sensibilização, para que todos entendam que o problema do furto de cabos telefônicos tem impactos públicos e só pode ser resolvido com o apoio, a mobilização e o envolvimento de todos.

Resultados

Os resultados do Projeto Ação na Linha em Itaquaquecetuba envolvem diversas conquistas importantes, entre as quais destacam-se: diversidade de segmentos discutindo o tema da violência e criminalidade, principalmente o furto de cabos; aproximação e maior interesse das polícias em relação ao Conseg, possibilitando maior integração entre estes órgãos e a comunidade; maior articulação entre diversos atores de diferentes grupos, que antes atuavam de forma segmentada no município, entre outras. Também se ressaltam os resultados quantitativos, apresentados a seguir por eixos de atuação.

Eixo 1. Fortalecimento do segmento de sucateiros e carrieiros

Contribuição para regularização, profissionalização e organização dos ferros velhos, de forma a evitar o comércio de cobre ilegal, por meio do cadastro de 13 depósitos de materiais ferrosos e 11 catadores do recorte do projeto, além de identificação de 12 prováveis compradores dos materiais ferrosos dos depósitos cadastrados.

Contribuição para geração alternativa de renda do segmento de ferros velhos e comunidade do recorte territorial do projeto, por meio da capacitação de 58 pessoas da comunidade em atividades de reaproveitamento e produção de materiais ecológicos, com foco na criação de um Empreendimento Solidário, além de 1.500 alunos formados em oficinas de marcador de página de papel reciclado e 75 funcionários de escolas municipais sensibilizados para a coleta seletiva e para o trabalho com os catadores.

Inauguração do primeiro Muro Consciente no município para ponto de entrega voluntária de materiais recicláveis.

Eixo 2. Fortalecimento da segurança e prevenção da violência

✧ *Rede Técnica de Prevenção ao Furto de Cobre*, com 20 participantes fixos e integrados, contribuindo para a eficiência e agilidade dos processos ligados ao tema: quatro Operações Integradas de Fiscalização de ferros-velhos, obtendo um total de 23 ferros-velhos fiscalizados, sete fechados e um indiciado por flagrante com material da Telefônica, da Sabesp e parte de um carro roubado; cinco formações técnicas sobre o furto de cabos para policiais militares, guardas municipais e profissionais das Secretarias de Obras e Educação; divulgação da Lei n. 2.477/06 (que proíbe a venda de cobre sem origem definida no município) para cerca de 1.500 pessoas por meio de teatros realizados pelos Cras (Centros de Referência em Assistência Social); Fórum de Cooperação Técnica em Controle e Prevenção ao Furto de Cabos para intercâmbio de informações entre membros das Redes de Mogi das Cruzes e Santos; apresentação do Projeto na Associação de Municípios do Alto Tietê, com a participação de 11 prefeitos da região.

✧ *Conseg Itaquaquetuba*: reativação do Conselho junto à Coordenadoria; inserção do tema do furto de cabos nos encontros; aumento de participantes por encontro, que passaram de uma média de dez, em 2008, para 30, em 2009; incentivo à aproximação do Conseg com a Prefeitura e início da participação de membros das secretarias nas reuniões; mobilização local por meio da sensibilização de associações; aproximação com a Coordenadoria Estadual dos Consegs para parcerias; capacitação dos Consegs do Alto Tietê para 27 representantes de oito Consegs dos municípios de Suzano, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes e Poá.

✧ *Empresas terceirizadas*: 210 técnicos sensibilizados e formados para multiplicar o tema do furto de cabos e elaboração, pelos próprios técnicos, de um conjunto de sugestões para prevenir esse furto; Cartilha Ação na Linha, sobre os impactos do furto de cabos, produzida a partir das oficinas de sensibilização.

Eixo 3. Desenvolvimento comunitário

✧ *Cine Tela Brasil*: 23 jovens atendidos nas oficinas de audiovisual, com três curtas-metragens elaborados pelos participantes; público recorde nas sessões de cinema e nas inscrições para as oficinas; criação de uma ONG composta pelos jovens participantes das oficinas, que replicam os ensinamentos em audiovisual para outros jovens de associações do município.

✧ *Pró-menino*: 60 lideranças locais e profissionais da educação capacitados sobre violência escolar, ECA e violência doméstica. *CPA/OIT*: 30 jovens munícipes capacitados profissionalmente para a função de atendente de *telemarketing*.

✧ *Rede Irradiar Itaqué de Cuidados à Pessoa em Situação de Violência Doméstica e Sexual*: sensibilização de 500 atendidos nas reuniões socioeducativas dos Cras e aumento dos casos nestes espaços; tema inserido nas reuniões da Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de escolas estaduais; sensibilização de 100 gestores no tema (áreas de educação, promoção social, saúde, segurança sociedade civil organizada); capacitações sobre violência doméstica para 180 profissionais; elaboração de Guia de Atendimento à Pessoa em Situação de Violência Doméstica, com distribuição de 500 exemplares, que orienta o profissional no encaminhamento dos casos de violência doméstica.

Replicabilidade

Em 2009, as ações em Itaquaquetuba tiveram continuidade e algumas delas foram finalizadas. Houve ainda a expansão do projeto para Suzano, município que, desde 2007, lidera o *ranking* estadual de furto de cabos produzidos pela Telefônica. Em 2009, foi realizado o Diagnóstico da Violência em Criminalidade em Suzano e, em 2010, o município entra na fase de implementação do projeto, com realização das ações do plano de propostas, elaborado com a finalização do diagnóstico. A intenção é futuramente ampliar o projeto para outras cidades



do Alto Tietê e poder contribuir para a melhoria de indicadores sociais e de criminalidade dos municípios, o que converge com o objetivo da empresa de obter uma diminuição no índice de furto de cabos.

Contato

Lara Nacht – Socióloga, pós-graduada em Gestão de Organizações do Terceiro Setor pela PUC/SP e coordenadora do Projeto Ação na Linha, no Instituto Sou da Paz (lara@soudapaz.org). Tel: (11) 3812-1333

Vanessa Porto Macieri – Graduada em Direito e pós-graduanda em Administração de Empresas pela FGV, coordenadora de Segurança na Telefônica e gestora do Projeto Ação na Linha (vmacieri@telefonica.com.br). Tel.: (11) 3548-6152. Fax: (11) 3548-6137

Viva o Centro

O Programa de Ações Locais tem reunido localmente moradores, empresários e comerciantes para discutir e tentar solucionar problemas de seus bairros, chamando a atenção para uma questão que parece simples, mas que tem grande importância: a qualidade urbana

Henrique de Campos Meirelles
Presidente Fundador da Associação Viva o Centro

No fim dos anos 1980, o Centro de São Paulo encontrava-se em franco processo de deterioração. Apesar da imensa infraestrutura montada pelo poder público, da presença dos mais importantes equipamentos culturais, da convergência de todo o sistema público de transporte, do trânsito diário de milhões de pessoas, o Centro perdia vitalidade dia a dia, estava cada vez mais inseguro e atraía um número cada vez menor de pessoas – excetuando-se aquelas que, obrigatoriamente, passavam pelo Centro para irem ao trabalho. Ou seja, o Centro havia se tornado um lugar de passagem, dos menos bonitos e dos mais desagradáveis. A subutilização da infraestrutura e dos espaços mais democráticos da cidade precisava ser revertida.

O movimento que iniciou a Viva o Centro teve origem entre o fim da década de 1980 e início dos anos 1990, quando estava sendo finalizada, na gestão Luiza Erundina, a construção dos túneis sob o Vale do Anhangabaú, com fechamento do acesso de veículos particulares aos edifícios da região. A Prefeitura estava interessada em obter apoio da iniciativa privada para um projeto denominado Eixo Sé-Arouche, de requalificação do espaço público e despoluição visual dos imóveis dos logradouros que ficavam ao longo deste eixo. De um lado, a Prefeitura queria ajuda da iniciativa privada para realizar seu projeto e, de outro, empresas e organizações estabelecidas em torno do Vale do Anhangabaú precisavam viabilizar o acesso e a circulação de veículos na área. A necessidade de uma mediação entre iniciativa privada e poder público, fundada em propostas viáveis e tecnicamente adequadas,

tornava-se clara e era preciso que fosse eficiente. Neste contexto surgiu, em 1991, a Associação Viva o Centro.

A Associação Viva o Centro é uma organização não-governamental, que trabalha para a requalificação e o desenvolvimento do Centro em seus aspectos urbanístico, cultural, turístico, funcional, social e econômico. O trabalho da Viva o Centro tem sido vital para garantir o processo de recuperação da região – fator importante para a sustentabilidade do crescimento e inserção de São Paulo no conjunto das cidades globais. A Associação parte do pressuposto de que o Centro é o espaço emblemático mais importante da metrópole – é nele que se encontra a maior e a melhor infraestrutura para comércio, serviços, lazer, turismo e cultura. O Centro de São Paulo tem importância histórica, arquitetônica, estrutural e abriga atualmente a maior parte das administrações públicas federal, estadual e municipal da cidade.

Articular e estabelecer parcerias entre a iniciativa privada e o poder público é uma das formas de atuação da Viva o Centro, que colabora na organização da comunidade e a representa, assim como a seus associados, em entidades públicas e privadas. Além disso, a Associação gera e difunde conhecimento por meio de suas publicações, eventos, pesquisas, estudos e projetos. A entidade tem sede própria e dispõe de banco de dados informatizado e biblioteca especializada, que atende estudiosos, pesquisadores e demais interessados na história do Centro de São Paulo. O portal da Viva o Centro constitui-se numa excelente fonte de consulta: notícias, roteiros turísticos e culturais, mapas, informações institucionais da Viva o Centro e do Programa Ações Locais.

O empenho da Associação para incentivar governos e empresas a investirem nas obras de requalificação dos espaços públicos da região central não visa resultados localizados. O objetivo é beneficiar toda a metrópole com o surgimento de novos empreendimentos em uma parte da cidade que está mais do que pronta para recebê-los. A expansão para bairros mais afastados e com pouca infraestrutura prejudica São Paulo, criando pressão sobre os sistemas de transporte, saneamento, coleta de lixo, segurança, além de muitos outros serviços. Em vez de São Paulo se espalhar como uma mancha urbana de baixa densidade de ocupação, a Associação sugere concentrar e tornar mais eficiente o funcionamento da metrópole, aproveitando ao máximo os grandes investimentos públicos e privados já presentes na região central.

A recuperação do patrimônio histórico, longe de ser mero saudosismo, faz parte de um enorme trabalho de recuperação da identidade e da autoestima do público que frequenta aquela área. Uma vez identificado com o ambiente, o cidadão se apropria daquele espaço e passa a vigiá-lo e protegê-lo, tornando-o, com isso, mais seguro, mais limpo, mais adequado ao convívio social. A Associação acredita que ambientes bem cuidados e ocupados evitam o mau uso do espaço urbano. Tendo isso em mente, a Associação aposta em planos turísticos para a região central, a fim de atrair paulistanos e não paulistanos para esta área durante os finais de semana, bem como no monitoramento dos pontos críticos de furtos e roubos no Centro, na revisão e recuperação dos calçadões e fachadas dos prédios públicos e na constante melhoria da zeladoria urbana.

Programa de Ações Locais: a zeladoria enquanto dever de todos

A Viva o Centro dividiu o Centro de São Paulo em 111 microrregiões, que reúnem empresas, instituições e moradores ali estabelecidos. Em cada microrregião, a entidade estimula a constituição de uma Ação Local, que funciona como canal de negociação entre a comunidade ali instalada e o poder público, ajudando a melhorar a qualidade de vida das pessoas e as condições de operação das empresas e organizações estabelecidas em sua área de atuação. Atualmente, a Viva o Centro já estruturou cerca de 50 Ações Locais, envolvendo milhares de participantes.

Podem participar pessoas físicas ou jurídicas (estas últimas por meio de representantes) estabelecidas na área de atuação de uma Ação Local. Esta participação é gratuita e voluntária, não havendo qualquer contribuição obrigatória. Cada Ação Local é dirigida por uma diretoria não remunerada, eleita anualmente por seus participantes. Cada diretoria é composta por presidente, vice-presidente, diretor secretário, diretor social, diretor cultural, diretor esportivo, diretor de comunicação e divulgação, diretor setorial de assuntos de defesa civil, diretor setorial de assuntos de proteção ao meio ambiente urbano, diretor setorial de assuntos de promoção social e direitos humanos e diretor setorial de assuntos de segurança. O órgão máximo da Ação Local é a Assembleia da Comunidade, que reúne todos os seus participantes.

Cada Ação Local articula e representa a comunidade junto aos poderes públicos e à Associação Viva o Centro, estimula parcerias entre a iniciativa privada e o poder público em benefício da comunidade que representa, fiscaliza a atuação do poder público em sua área e apoia a Associação Viva o Centro em suas ações, programas e projetos em benefício de todo o Centro de São Paulo. As Ações Locais não podem promover qualquer manifestação de conotação político-partidária ou religiosa, nem propor projetos que desfigurem a paisagem central ou extrapolem sua área de atuação. Também não é permitido que a Ação Local represente ou fale em nome da Associação Viva o Centro ou em nome de outras Ações Locais.

A Viva o Centro provê toda a estrutura para o desenvolvimento e manutenção das Ações Locais: elabora o calendário geral de atividades ao longo do ano; fornece suporte para que os dirigentes de cada Ação Local elaborem seus planos de ação para o ano, que são posteriormente validados pela comunidade; confecciona manuais para a participação nas Ações Locais; e organiza as eleições nas microrregiões, cuidando de todo o processo logístico envolvido.

Durante as eleições anuais, os participantes e seus representantes podem candidatar-se a diretor de sua Ação Local, de acordo com o Regulamento Eleitoral publicado anualmente pela Associação. Os diretores de cada Ação Local são eleitos sem cargos definidos. Depois da eleição, os diretores distribuem entre si os cargos da diretoria. A qualquer tempo, a Assembleia da Comunidade da Ação Local, devidamente convocada, pode substituir diretores que não estejam

trabalhando a contento. Quando conveniente, os diretores também podem remanejar seus cargos entre si. Em caso de vacância da diretoria, os diretores remanescentes podem escolher novos integrantes para completá-la.

Ocorrem ainda, de forma regular, as reuniões setoriais, nas quais todos os diretores de um mesmo setor (todos os diretores sociais ou todos os diretores para assuntos de segurança) de todas as Ações Locais discutem seus problemas e compartilham soluções.

Em 2008, por exemplo, os diretores setoriais de segurança das Ações Locais realizaram várias reuniões ao longo do ano, às quais compareceram representantes dos Consegs Centro e Sé/Arcadas e também das Polícias Militar e Civil para tratar de questões referentes à segurança. Solicitaram, ainda, divulgação dos mapas das áreas de atuação dos Consegs estabelecidos no Centro e pediram orientações de que Conseg frequentar.

A Associação Viva o Centro conta com o patrocínio da BM&F Bovespa para o Programa Ações Locais.

Preservação e melhorias do espaço urbano

As Ações Locais têm promovido uma série de melhorias em suas áreas de atuação. As preocupações mais recorrentes recaem sobre questões de qualidade do calçamento e segurança do pedestre (faixas e semáforos), aproximação com a Polícia Militar, a partir da solicitação de bases móveis ou de representantes nas reuniões das Ações Locais, reurbanização de áreas abandonadas e degradadas, descarte ilegal de lixo, melhoria da iluminação, coleta seletiva e restauração de monumentos e patrimônio histórico.

Há Ações Locais muito ativas, que acumulam conquistas e são muito queridas pela comunidade. A Ação Local Maria Paula, por exemplo, que mantém um programa de coleta seletiva destinado a cooperativas de catadores que coletam recicláveis no Centro, promoveu eventos culturais, educativos e esportivos na região, visando a integração da comunidade, realizou atendimento médico voluntário para prevenção de doenças e conseguiu o remanejamento do albergue que funcionava de maneira desumana nos baixos do Viaduto

Jacareí. Pesquisa informal revelou melhora sensível na qualidade de vida dos moradores depois do surgimento da Ação Local na região.

A Ação Local Santa Isabel, área de grande circulação de estudantes do Mackenzie, Santa Casa e Escola de Sociologia e Política, trabalhou por melhorias na iluminação, na limpeza das calçadas e na coleta de lixo. Recentemente, foram realizadas ações para aproximação entre a comunidade e a Base Comunitária da PM instalada na Praça do Rotary, onde fica a Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato – esta base está trabalhando com a comunidade para colocar em prática o policiamento comunitário nesta microrregião.

A Ação Local Paissandu também tem empenhado esforços nesta linha: aproximou a polícia da comunidade para reduzir a criminalidade na microrregião – sobretudo furtos; conseguiu que o comando da 2ª Cia. da PM, que atende o local, envie sempre um representante às reuniões realizadas pelo núcleo, para ouvir suas reivindicações, além de obter melhorias na limpeza e lavagem diária do Largo do Paissandu.

Os participantes avaliam que o maior desafio das Ações Locais é mobilizar os empresários da região, no sentido de fazê-los entender que estão realizando um investimento que trará retornos positivos ao seu estabelecimento, pois, se a área torna-se mais cuidada e segura, o público frequenta com menos pressa e mais prazer, podendo desfrutar sem medo da enorme diversidade comercial da região. Não é fácil convencê-los a participar da construção de um espaço, pois acreditam que se trata de uma tarefa de responsabilidade do Estado. Esta é uma ideia já bastante trabalhada pela Associação Viva o Centro, que conta com uma série de apoiadores privados na região central, mas que agora está ganhando capilaridade, por meio das Ações Locais, chegando ao pequeno comerciante para envolvê-lo nesse processo.

A mentalidade segundo a qual o Estado deve se responsabilizar por toda e qualquer ação que venha a ter impacto no cotidiano do cidadão vem sendo retrabalhada pelas Ações Locais, dando lugar à ideia de que o trabalho de zeladoria do espaço urbano é responsabilidade de todos os atores envolvidos na utilização deste mesmo espaço, que podem, inclusive, colaborar com o poder público na busca por melhorias que impactem na qualidade de vida da comunidade.



Atualmente, existem 50 Ações Locais, com 550 dirigentes e 4.063 participantes, sendo que 3.121 são pessoas jurídicas e 942 pessoas físicas. A Viva o Centro tem 115 empresas associadas.

Contato

Teresinha Santana – Socióloga, graduada em Ciências Sociais e licenciada em Ciências Sociais e História, na Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, pós-graduada em Política Internacional, na Escola de Sociologia e Política – ESPSP, especializada em Terceiro Setor, na Área de Pós-Graduação, da Fundação Getúlio Vargas, coordenadora da Área de Apoio ao Programa Ações Locais da Associação Viva o Centro (teresinha@vivaocentro.org.br).

Disque-Denúncia Rio de Janeiro

Na década de 1990, houve uma propagação da sensação de medo e impunidade na população carioca, em face da elevação dos índices de criminalidade, notadamente nos cinco primeiros anos da década. Nesse período, aconteceram no Rio de Janeiro as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, fatos que marcaram negativamente sua história. No quinquênio 1990-95, a taxa de homicídios dolosos era a maior já registrada no Estado. O constante envolvimento de autoridades em situações de corrupção gerava descrédito nas instituições de segurança pública.

Neste mesmo período, o Estado do Rio de Janeiro vivenciava constantes casos de extorsão mediante sequestros, que foram identificados, sobretudo pela mídia, como a “indústria de sequestros”, uma das atividades de narcotraficantes através do “crime organizado”. Em 1995, chegou-se à marca de 122 sequestros, o que estava provocando a mudança de empresas para outras regiões. Esta modalidade criminal converteu-se em um desafio para as autoridades policiais e a segurança pública do Rio de Janeiro.

A elite empresarial do Estado, então, mobilizou-se e articulou-se em torno do problema, contribuindo para a política governamental de combate aos sequestros, com a criação, entre outras iniciativas, da organização não-governamental Associação Rio Contra o Crime, que possibilitou a implantação do Disque-Denúncia em 1995. O serviço, pioneiro no país, foi baseado no modelo *Crime Stoppers*, que se trata de um conceito de combate ao crime por meio do fornecimento de informações pela população, com base no *anonymous* e

no pagamento de recompensas. É identificado como produto de uma parceria entre a comunidade, a polícia e os meios de comunicação.

Poucos meses após a criação do Disque-Denúncia, em novembro de 1995, denúncias recebidas levaram à libertação de dois estudantes: Carolina Dias Leite e Marcos Fernando Chiesa, que marcaram a “história de sucesso” da política antissequestros do Rio de Janeiro e do Disque-Denúncia. Nos anos subsequentes, a queda nos índices de sequestros tornou-se uma tendência e o Disque-Denúncia, ainda que tivesse sido criado para atender a esta demanda específica, foi imediatamente apropriado por diferentes segmentos da população, de maneira que, mesmo após a estabilização dos registros de extorsão mediante sequestros, suas atividades não cessaram – ao contrário, foram ampliadas.

Voltado inicialmente para sequestros e drogas/entorpecentes, o serviço, já em seu primeiro ano de atividade, expandiu seu escopo, institucionalizando o atendimento a 19 tipos de assuntos e, atualmente, são mais de 170. A participação popular, por meio do Disque-Denúncia, para além da resolução de crimes específicos, como a localização de cativos, fundou uma experiência de controle social, uma vez que o *denunciante* acompanha, anonimamente, a ação policial – a qualquer tempo pode exigir respostas e expor falhas e acertos em uma operação. Enquanto isso, esta mesma denúncia intervinha diretamente na quebra do monopólio da informação por parte dos policiais – a partir daquele momento, seus chefes também estavam inteirados.

Manter e otimizar o funcionamento do Disque-Denúncia, que é reconhecidamente uma das principais ferramentas de inteligência da Polícia do Estado.

Sistema Firjan/DCO. Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015. Rio de Janeiro, 2006. 47 p.

A divulgação do retrato do criminoso e a oferta de recompensas também serviram para desestabilização do ambiente do criminoso, tornando a prática de sequestros mais arriscada do que lucrativa. O Disque-Denúncia, desde sua criação, aumentou a capacidade investigativa da polícia, além de influenciar e estimular a diminuição da letalidade de suas ações.

A população mobilizada contra o crime

O Disque-Denúncia é uma central telefônica de atendimento comunitário, que funciona 24 horas, com base no anonimato e oferecimento de recompensas, e suas ações são voltadas para o Estado do Rio de Janeiro. O serviço tem como objetivo mobilizar a população para colaborar com as autoridades no enfrentamento da criminalidade, por meio de denúncias, que são transmitidas à Polícia. Seu funcionamento é dinâmico e se dá por três agentes-chave: população, mídia e polícia. Os resultados gerados na ação policial são divulgados pela mídia que, dando credibilidade ao serviço. Somam-se, a estes três pilares, outros órgãos públicos e privados, como os Conselhos Tutelares, em face da expansão da intervenção do Disque-Denúncia, que passa a primar pela perspectiva de atenção às vítimas, tanto quanto priorizou a responsabilização de criminosos. A gestão do serviço é feita pela ONG Movimento Rio de Combate ao Crime (MovRio).

Três leis elaboradas pelo Legislativo foram importantes para a divulgação do serviço no município do Rio de Janeiro: a de obrigatoriedade da fixação do número do telefone do Disque-Denúncia nos vidros traseiros de todos os ônibus que circulam na cidade; a lei que garante a divulgação desse número em todas as sacolas de supermercados, boutiques e demais estabelecimentos comerciais do município; e a que obriga a fixação do número em todas as agências bancárias e estabelecimentos comerciais da cidade. A última lei criada, n. 4.358 de 21 de junho de 2004, obriga bares e hotéis a fixarem placa estimulando a denúncia de práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Disque-Denúncia possui 99 funcionários, dos quais 15 são policiais que integram o setor de Difusão de Denúncias, cedidos pela Subsecretaria de Inteligência (SSINTE). Dos 84

funcionários civis, 26 possuem ensino superior completo, 28 têm superior incompleto e 30 concluíram ensino médio. Dos formados, seis possuem ou cursam pós-graduação. Dos 15 funcionários da SSINTE, seis possuem ensino superior completo, sendo um com pós-graduação, e nove têm ensino médio.

Todos os integrantes da Gerência de Análise fizeram o Curso de Inteligência (Cisp) promovido pela SSINTE. Os funcionários possuem multiplicidade de cursos, tais como: o de Segurança Pública, realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Curso de Introdução ao Geoprocessamento/Sistema de Informações Geográficas, organizado exclusivamente para o Disque-Denúncia pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ; Curso Treinando os Treinadores – Projeto “Fala Criança” – Child Line Brasil, organizado pelo Instituto NOOS e Child Helpline International. Esses funcionários participam de palestras, seminários, congressos e fóruns e estão inseridos nos espaços de interlocução da Rede de Atendimento.

O MovRio dispõe de dois escritórios, ambos cedidos: um abriga o setor administrativo da entidade; e o outro a sede do Disque-Denúncia, com estrutura mobiliária e tecnológica (servidor, computadores, impressoras, telefones). O registro das denúncias é feito em software próprio. Ao governo cabe o pagamento da folha de funcionários, que é realizado diretamente pelo Detran, por meio de contrato com o Centro Nacional de Estudos e Projetos (CNEP), no valor de R\$ 2.251.741,70 anuais. Ao Movimento Rio de Combate ao Crime cabe a manutenção de todo o parque tecnológico, peças publicitárias, programas como o Gol e Procurados, pagamento de recompensas e a gestão do teleatendimento. Também são promovidos cursos de reciclagem, palestras, estudos para a equipe. O recurso empregado é de R\$ 2.652.630,00 anuais.

Programas e projetos – ampliação dos serviços

Ao longo de sua existência, o Disque-Denúncia implementou alguns programas em função da necessidade: Disque-Balão; Disque-Roubo e Furto de Veículos; Gol; Desarme o

Bandido; Procurados e Desaparecidos. Estes programas foram consolidados e permanecem em funcionamento, sendo apenas um deles de caráter sazonal – o Disque-Balão.

Entre maio e setembro, o Disque-Denúncia lança a campanha Disque-Balão, cujo objetivo é mobilizar a população a denunciar a prática de confecção, comercialização e soltura de balões. Está prevista para o segundo semestre deste ano sua incorporação ao Projeto Disque-Meio Ambiente, que será mais amplo e terá o objetivo de mobilizar a população em torno da defesa do meio ambiente.

O Programa Disque-Roubo e Furto de Veículos, por sua vez, funciona desde o início das atividades do Disque-Denúncia. Trata-se de um serviço oferecido para pessoas que tiveram seu carro roubado ou furtado. Assim, quando um roubo ou furto de veículos é comunicado ao Disque-Denúncia, a informação é incluída no sistema PRODERJ, gerando um alerta para as viaturas da Polícia Militar.

As polícias são as principais receptoras das denúncias e, por conta disso, foi criado o Programa Gol, que consiste na premiação de unidades da Polícia Civil e Militar ou de seus respectivos policiais, que obtenham êxito na apuração de informações captadas pelo Disque-Denúncia. Para serem contemplados, não pode haver o emprego de violência na ação. Ao mesmo tempo, a operação deverá ser divulgada na mídia, ressaltando que a informação que gerou o resultado foi oriunda do Disque-Denúncia. O Programa vem sendo estendido a outros órgãos.

Outro projeto realizado em parceria com as polícias é o Desarme o Bandido, estimulando, por meio de matérias de jornal e publicidade, denúncias que versem sobre esconderijos de arsenais. Tem como subprojeto o Programa de Fuzis, no qual o policial que apreende um fuzil recebe prêmio de R\$ 1.000 (independente da existência de denúncia) e, quando a apreensão se dá através de uma denúncia do Disque-Denúncia, o policial recebe mais R\$ 1.000, mesmo valor pago a quem fez a denúncia.

O Programa Procurados consiste na divulgação de nomes e fotos de criminosos com mandados de prisão e pode ser acessado pelo site <www.procurados.org.br>. A recompensa pela informação poderá variar de R\$ 2.000 a R\$ 50.000.

Por último, no Programa Desaparecidos, divulgam-se a foto da pessoa desaparecida, um resumo das condições de seu desaparecimento e, em alguns casos, recompensas. Nos

dois últimos programas, cartazes são confeccionados com o telefone do Disque-Denúncia e distribuídos em locais estratégicos.

Parcerias

O Disque-Denúncia desenvolve parcerias com entidades públicas e privadas para atendimento/operacionalização das denúncias, execução de programas e projetos e financiamento. Dessa forma, suas parcerias podem ser divididas em operacionais e mantenedoras. As primeiras são aquelas consolidadas com instituições que operacionalizam, irão operacionalizar ou fomentam o atendimento das denúncias: Polícias, Ministério Público, órgãos do Poder Executivo. A parceria operacional mais antiga da instituição é com a Secretaria de Segurança Pública, co-responsável por alguns dos projetos citados anteriormente. Acrescentam-se parcerias que geram demandas para o Disque-Denúncia, como aquelas voltadas para expansão do serviço no país.

As instituições que patrocinam o MovRio constituem as parcerias mantenedoras, cujos investimentos se dão de duas formas: patrocínios específicos e tradicionais. Alguns parceiros do Disque-Denúncia: Secretaria de Segurança Pública RJ, Secretaria de Administração Penitenciária RJ, Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária Municipal, Vigilância Sanitária Estadual, Polícia Civil RJ, Batalhão de Polícia Militar RJ, Detran, BNDES, Petrobrás, CNSEG, Fundação Getúlio Vargas, Secretaria do Ambiente, Secretaria Estadual de Saúde.

Dificuldades e desafios

A principal dificuldade do serviço é garantir o retorno das respostas. Não existe instrumento legal que “obrigue” os órgãos a encaminhar as respostas das denúncias. Assim, o compromisso devolutivo, ou seja, oferecer ao usuário o resultado da denúncia é o principal desafio para a instituição e depende, entre outros, de que as instituições compartilhem a

importância da resposta, como um atributo de transparência, compromisso e respeito com o cidadão.

Resultados

A implantação do Disque-Denúncia, como uma das ferramentas de combate ao crime de extorsão mediante sequestro, possibilitou inserir a população fluminense no contexto da segurança pública não apenas como espectadores de sua política, mas também como sujeitos diretamente ligados à solução de seus problemas. A queda do índice de sequestros no Estado do Rio de Janeiro, que permanece muito baixo até hoje, demonstra que esta é uma política que deu certo. Todavia, os resultados aplicados ao programa são mensurados por diferentes instrumentos:

- ✧ número de ligações para o serviço (credibilidade);
- ✧ índice de respostas (aumento);
- ✧ elogios e reclamações (satisfação do usuário);
- ✧ demanda espontânea dos órgãos públicos (busca ativa por informações do Disque-Denúncia/credibilidade);
- ✧ quantidade e qualidade das apreensões;
- ✧ demanda por implantação do serviço.

A denúncia comporta duas dimensões: a reativa e a preventiva. A primeira possibilita a identificação de uma série de resultados, como os apresentados a seguir, de ampla cobertura dos meios de comunicação:

- ✧ prisão do traficante “Dão da Providência” (maior suspeito do desaparecimento de Priscila Belfort, irmã do lutador Vítor Belfort);
- ✧ prisão dos assassinos do menino João Hélio (arrastado por cerca de 7 km na fuga dos criminosos);
- ✧ prisão do traficante “Neguinho Dan” – assassino da estudante Ana Carolina Dias Leite;

- ✧ descoberta de túnel com 83 metros (túnel que daria fuga aos detentos do complexo de presídios de segurança máxima de Bangu);
- ✧ recuperação dos fuzis do Exército (dez fuzis roubados do Estabelecimento Central de Transportes do Exército);
- ✧ prisão do “Elias Maluco” (traficante responsável pelo homicídio do jornalista Tim Lopes);
- ✧ prisão dos responsáveis pela “chacina da Baixada Fluminense” (29 pessoas foram mortas em uma noite);
- ✧ prisão do traficante “Facão”;
- ✧ prisão do traficante “Joca” (chefe do tráfico na Favela da Rocinha, localizado no Estado do Ceará).
- ✧ prisão do Maníaco de Niterói (foragido do manicômio Judiciário, ele matou e depois violentou 15 meninos);
- ✧ prisão dos sequestradores: “Caveirinha”, “Josa”, “Tulá”, “Miguelzinho” e diversos integrantes de quadrilhas de sequestros.

Já a dimensão preventiva da denúncia assinala uma face importante do serviço prestado: a prevenção do crime, embora seus resultados sejam de difícil mensuração. É comum, por exemplo, serem registradas várias denúncias alertando sobre planejamento de guerras entre quadrilhas rivais, sobre fugas de presos e sobre atentados contra autoridades e cidadãos em geral. Nestes casos, a polícia, tendo a informação antecipadamente, pode trabalhar na prevenção, evitando muitas vezes a ocorrência destes crimes. À medida que o crime deixa de ocorrer, nem sempre há como definir se a intervenção determinou a não-realização do crime ou violação de direitos.

Por fim, a eficiência e eficácia do serviço são testadas em casos de comoção pública, cabendo ao Disque-Denúncia mobilizar a população e motivá-la a ligar para o serviço. Nestas situações, geralmente a identificação do êxito das ações é mensurada por meio do número de ligações e da qualidade delas, após uma intervenção de mídia. Quando o Disque-Denúncia promove uma campanha, o aumento de ligações chega a superar, até em muitas vezes, o índice de 100%.

O Disque-Denúncia trabalha estatisticamente e divulga os dados de suas denúncias, dispondo de uma base de dados com mais de um milhão de denúncias, cujas informações remetem a índices e tendências que são divulgados tanto pela transparência, quanto pelo crédito na possibilidade de serem consideradas no planejamento da política de segurança pública – um meio de encontrar soluções adequadas ao anseio popular. O serviço atende à produção técnica e acadêmica de conhecimento. Pesquisas, dissertações e teses da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), entre outras, refletem sobre o universo das denúncias.

Soma-se, ainda, a inserção da instituição em espaços de diálogo da rede e da sociedade civil, como Cafés Comunitários, Fóruns, Conselhos e Comissões. Ainda existem dimensões do Disque-Denúncia pouco divulgadas ou exploradas, como o polo de irradiação e fortalecimento dos serviços existentes. A instituição, mesmo que não formalmente, realiza encaminhamentos diários, conduzindo demandas, (re)encaminhando-as, em face das políticas existentes (ou ausentes). Os atendentes precisam adequar as respostas às necessidades e, sobretudo, à possibilidade do usuário de acessar o serviço. Divulgar os resultados, por conseguinte, aproxima o cidadão das instituições que atenderam a denúncia – valoriza a ação.

Por fim, o Disque-Denúncia não é política de segurança de um governo, nem pretende resumir-se nela. É parte da solução e da dinâmica do enfrentamento qualificado ao crime, faz parte do somatório de iniciativas que podem construir uma política de Estado no enfrentamento dos problemas da segurança pública. Esta característica de gestão própria possibilitou que o serviço não apenas sobrevivesse, mas se desenvolvesse nestes quase 15 anos, passando por cinco governantes e 12 secretários de segurança.

Contato

Michelle Jorge – Assistente social, gerente de Projetos Instituto Brasileiro de Combate ao Crime. Formada em Gerenciamento de Projetos, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, fundou e coordenou o Núcleo de Violência Doméstica do Disque Denúncia, coordenou as entrevistas do primeiro processo de avaliação e monitoramento do Pronasci (IBCC/FGV). Responsável pela implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (Pair), da Secretaria Especial de Direitos Humanos no município de São Gonçalo, por meio do Movimento de Mulheres de São Gonçalo (MMSG) (misiji@gmail.com). Tel. (21) 2334-9343 / 9347-2080 / 7813-9067.

José Antônio Borges Fortes – Executivo financeiro, atuou no mercado de capitais e financeiro durante 28 anos. Criou o Disque-Denúncia Rio de Janeiro e lançou os Disque-Denúncias de Pernambuco, Espírito Santo, Campinas e Maranhão. Assessorou organizações privadas na criação desse programa em Goiás e São Paulo. Gerencia as Centrais do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.

Fica Vivo!

Na década de 1990, Belo Horizonte, assim como outras capitais brasileiras, experimentou um grande crescimento do número de homicídios. O aumento das mortes violentas colocou esta temática no centro da agenda política brasileira, exigindo dos gestores públicos e pesquisadores a busca de novas alternativas para enfrentar o problema. O diagnóstico da situação no município revelou uma elevação de 100% no número de homicídios entre 1997 e 2001, bem como crescimento da participação dos jovens com menos de 24 anos envolvidos em mortes violentas (como autores ou vítimas) e concentração destes eventos nos aglomerados de vilas e favelas, áreas desorganizadas espacial e socialmente, além de muito vulneráveis. Os conflitos consistiam, em geral, em desavenças entre os próprios moradores.

Entre 1998 e 2002, Belo Horizonte apresentou crescimento de 67% nas ocorrências de homicídio, que passaram de 494 para 825 mortes, respectivamente, nestes dois anos. No mesmo período, o aumento de favelas foi superior a 80%. De 1998 a 2002, foram registrados 3.256 homicídios em Belo Horizonte, dos quais 19,7% ocorreram em apenas seis aglomerados urbanos (Cafezal, Morro das Pedras, Morro do Papagaio, Taquaril e Cabana do Pai Tomás), confirmando a alta concentração de crimes em poucas áreas da cidade.

Foi a partir desse diagnóstico que o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública – Crisp, da UFMG, em 2002, elaborou – juntamente com Polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Universidade

O que me motivou a bolar voluntariamente um nome e uma logomarca para o programa foi não apenas a crença na prevenção, mas o desafio criativo de pensar numa comunicação eficaz e adequada para os propósitos da segurança pública – a comunicação atual dá medo, não convence, não atrai.

Evilázio Gonzaga

Criador da logomarca e do nome Fica Vivo!

Atualmente é diretor de Planejamento da Casablanca Comunicação e Marketing

Federal de Minas Gerais, Sebrae, Câmara de Dirigentes Lojistas, Correios, organizações não-governamentais, movimentos sociais e a comunidade local – um plano de intervenção para redução do número de homicídios, estrategicamente dividido em duas frentes de trabalho. A primeira voltada para as ações de natureza repressiva ao crime e a segunda para ações de mobilização social. A metodologia foi intensamente discutida entre estes atores antes da aplicação da experiência-piloto.

O projeto, inicialmente denominado Programa de Controle de Homicídios, foi posteriormente batizado de Fica Vivo!, graças à parceria de uma empresa de comunicação, que acabou se envolvendo com o projeto e desenhou, gratuitamente, a logomarca, assim como criou o novo nome, mais forte e chamativo. A participação dos profissionais de comunicação possibilitou a difusão de uma imagem e nome tão apropriados que, a partir de então, o nome Fica Vivo! passou a ser a marca do programa. Essa mudança foi muito importante – de acordo com o criador do nome e da logomarca do programa, o propósito da propaganda é sensibilizar, seduzir, conquistar, mudar. Sem essa visão, não é possível compreender o processo como o que gerou a construção de um conceito como o do Fica Vivo. A construção de uma marca é um procedimento científico e criativo, que tem grande potencial para mudar comportamentos e maneiras de ver o mundo.

O Fica Vivo! buscava superar os métodos tradicionais das políticas de segurança, ao combinar ações repressivas com ações de prevenção, o que o torna, em certa medida, inovador.

Outro aspecto singular, considerando-se os programas voltados para a questão da prevenção à violência, é a sua proposta de estruturação em rede, na qual vários atores sociais agem de forma integrada e articulada, visando um objetivo coletivo. A busca do envolvimento da comunidade, tanto na elaboração de estratégias como na sua implementação, é outra diretriz. Em 2002, o Morro das Pedras foi o aglomerado escolhido para a cuidadosa implantação da metodologia. Já no primeiro ano de aplicação, houve redução de mais 50% no número de homicídios neste local.

Ações para melhoria das relações familiares e comunitárias e de controle da criminalidade

O Fica Vivo! é baseado na metodologia de solução de problemas, que consiste em quatro etapas distintas. A primeira – “identificação” – tem como objetivo a identificação dos problemas associados aos incidentes de homicídio, a seleção de prioridades e a definição de responsabilidades. A segunda fase, de “análise”, consiste na compreensão mais profunda do problema, por meio do seu estudo de forma detalhada. Conhecimento minucioso das ocorrências dos delitos, sua distribuição espacial e temporal, suas possíveis causas são de grande importância para a elaboração da etapa de “resposta”, ou a intervenção propriamente dita, cujo objetivo é selecionar uma solução, um plano de ação estratégico e implementá-lo. Por fim, a fase de “avaliação” procura criar critérios objetivos para avaliar o funcionamento e a efetividade do projeto.

O Aglomerado Morro das Pedras foi selecionado como objeto de ação não apenas pelo elevado número de ocorrências de homicídios, mas também pelas possibilidades que aquela localidade representava para a atuação dos grupos implicados no projeto.

Para atingir sua finalidade, o programa realiza ações que visam melhoria das relações familiares e comunitárias e ações imediatas no controle da criminalidade, que estão estruturadas nos Grupos de Intervenções Estratégicas (GIE) e de Proteção Social (GPS). O primeiro age no sentido de reprimir o crime por meio da ação rápida na prisão e condenação dos criminosos e apreensão constante e eficiente de armas e drogas. Um dos pontos-chave

do programa no que tange à repressão qualificada era a forma de tomada de decisão entre os atores: a Mesa de Negócios e Gerenciamento de Crises. Quando havia situação limite envolvendo algum jovem da comunidade, por exemplo (tráfico, lesão corporal, briga, conflito com a família, etc.), a situação era discutida em reuniões semanais entre as polícias, o poder público e os pesquisadores do Crisp. Informações sigilosas eram tratadas nestas reuniões, com vistas ao melhor encaminhamento do problema.

O segundo grupo age principalmente através dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPCs), que contam com estrutura própria no local para o atendimento aos jovens. Durante a implantação do programa, os profissionais dos Núcleos procuram conhecer os jovens, a comunidade e as instituições, construindo um diagnóstico sobre a dinâmica da violência local. Feito isso, as instituições e líderes comunitários são convidados para participarem do curso Gestores Locais de Segurança, importante instrumento de diálogo entre as instituições e a comunidade. A capacitação visa a sensibilização dos atores para a complexidade da questão e para uma nova concepção de segurança, segundo a qual ela é direito e responsabilidade de todos e não somente caso de polícia.

Os NPCs atuam ainda na seleção dosicineiros – selecionados na comunidade para articulação e mobilização comunitária – e na organização de atividades de lazer e ensino para os adolescentes, tais como dança, esporte, reforço escolar e cursos profissionalizantes que visam a melhor inserção no mercado de trabalho. Estas oficinas procuram envolver lideranças da comunidade e comprometê-las com a vida dos jovens e das famílias. Os técnicos dos NPCs procuram ainda fomentar o surgimento de capital social na comunidade, estimulando e apoiando a organização de reuniões e fóruns para a discussão de problemas e elaboração de reivindicações.

Todas as ações do programa estão baseadas na ideia de que não é possível trabalhar com o jovem separadamente, destacado de seu contexto sociocultural – é preciso pensar o jovem no ambiente de sua família e da comunidade da qual ele faz parte, da escola onde ele estuda, dos amigos que têm, dos lugares que frequenta. Todos estes atores devem ser chamados ao diálogo. É necessário criar o entendimento, por parte da comunidade, de que ela tem enorme influência sobre seus jovens e deve se responsabilizar mais por eles, pois a forma como ela acolhe estes indivíduos pode determinar as escolhas que farão no futuro.

Apenas para se ter uma ideia da importância do envolvimento de todos os atores locais, cita-se o caso de uma escola que não aceitou o convite para participar do curso de formação de gestores locais de segurança.¹ Parece não ter sido coincidência o fato de que esta instituição foi muito mencionada pela comunidade e pelos jovens por apresentar vários relatos de violência. Um trabalho mais apurado na escola demonstrou que os professores, frequentemente, culpavam os alunos ou a falta de estrutura local pelos conflitos ocorridos no interior da unidade de ensino. E mais: qualquer ato de agressividade entre alunos configurava uma razão para que a polícia fosse chamada – o que demonstra claramente que tanto a escola como os professores não se viam enquanto atores responsáveis e capazes de colaborar para a solução dos problemas relacionados à violência.

Uma das preocupações dos coordenadores do Fica Vivo! foi mostrar que programas de segurança devem envolver vários setores da comunidade e de fora dela. Uma emissora de TV local desenvolveu duas ações fundamentais para chamar atenção para a questão em BH: o Fórum Reage Minas e uma série de pequenos comerciais de 30 segundos, que mostravam para a sociedade o problema dos homicídios e sugeriam que a comunidade tinha que se organizar e reagir. Não é possível medir o impacto desta campanha, mas acredita-se que ela tenha criado um ambiente propício à colaboração de diversos atores a partir da conscientização do problema. A Câmara de Dirigentes Lojistas e os Correios disponibilizaram vagas de estágio para jovens da comunidade. Escolas e indústrias instaladas na região abriram seus espaços durante os finais de semana para realização de atividades esportivas e culturais por parte da comunidade. E até a campanha de mídia do Fica Vivo! contou com apoio de publicitários, que cederam seu trabalho ao programa, por acreditarem na causa.

Redução dos homicídios e institucionalização do Programa

A primeira avaliação dos resultados do Programa demonstrou que, após seis meses de sua implantação, o número de homicídios na região-piloto, o Aglomerado Morro das Pedras, foi

reduzido em 47%. Em outras regiões violentas de Belo Horizonte, também houve decréscimo de homicídios, mas em nenhuma diminuiu tanto quanto no Morro das Pedras. Buscando uma política que combinasse prevenção e repressão do crime, o governo de Minas Gerais decidiu institucionalizar o Fica Vivo!, tornando-o um programa para todo o Estado. O Fica Vivo! foi incluído no Plano Emergencial de Segurança Pública de 2003. A institucionalização ocorreu com a publicação do Decreto 43.334, de 20/05/2003. Desde então, a condução do programa é responsabilidade da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Defesa Social. Com isso, a metodologia foi sendo disseminada para a região metropolitana e interior do Estado.

Pesquisa realizada em 2007² analisou a performance de nove programas, com vistas a comparar o custo-benefício dos mesmos no tocante à redução da criminalidade. As autoras partiram do pressuposto de que a violência gera uma perda de bem-estar para a sociedade, que se reflete na perda direta de qualidade de vida e no aumento dos recursos alocados para sua prevenção e combate. Segundo a análise, o programa Fica Vivo! apresentou o menor valor por crime evitado, sendo, portanto, aquele que atinge seu objetivo com maior eficiência. Este resultado deve-se não somente às intervenções realizadas, mas também à metodologia de trabalho em rede, de articulação entre vários atores sociais e parcerias pontuais firmadas com o setor privado para a oxigenação do programa. Há três anos, por exemplo, a Secretaria criou as Olimpíadas do Fica Vivo!, que envolvem a participação de todos os Núcleos de Prevenção à Criminalidade. Para esta atividade, empresários locais fornecem transporte, supermercados patrocinam a confecção das camisetas e lojistas fornecem tinta para a pintura das quadras.

A participação dos empresários tem-se ampliado gradualmente. O gargalo da profissionalização dos jovens, por exemplo, não está ainda resolvido, o que abre um caminho interessante de atuação, a partir da qualificação e contratação destes jovens. O programa, cujo principal equipamento de articulação é de base local, os NPCs, procura ao máximo utilizar os recursos à mão, o que significa que o envolvimento dos empresários instalados na comunidade é fundamental. De acordo com os coordenadores do programa, contribuições desta ordem revertem em melhoria da imagem da empresa, possibilitando ações de reciprocidade com a comunidade e tornando a região mais segura.

1. Souza, RSR & Souza, AMDN. Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas. Revista Brasileira de Segurança Pública, n. 06, p. 114-133, 2010.

2. ANDRADE, M.V.; PEIXOTO, B. T. Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007 (Textos para Discussão, 311).

Contato

Robson Sávio Reis Souza – Doutorando em Ciências Sociais na PUC Minas, onde coordena os núcleos de Direitos Humanos (Proex) e de Estudos Sociopolíticos. Pesquisador do Crisp – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, participou da equipe que elaborou a metodologia do programa de controle de homicídios, assim como o projeto de intervenção do Fica Vivo!. Tem experiência nas áreas da sociologia da criminalidade e segurança pública, direitos humanos, políticas públicas e ciência política (robson@crisp.ufmg.br). Tel. (31) 3409-6310.

Instituto São Paulo Contra a Violência

Fundado em 1997, o Instituto São Paulo Contra a Violência – ISPCV é resultado do seminário "São Paulo Sem Medo", realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e Rede Globo de Televisão. A partir do estímulo oferecido pelo evento, lideranças do setor privado, sociedade civil, instituições financeiras e meios de comunicação criaram o Instituto São Paulo Contra a Violência, visando o desenvolvimento de projetos de redução da violência no Estado de São Paulo.

O ISPCV promove parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais para identificação e resolução dos problemas que afetam a segurança dos cidadãos, a qualidade de vida da população e o fortalecimento da organização comunitária. Trata-se hoje de uma associação sem fins lucrativos, que tem por objetivo “a promoção da justiça social, da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio da realização de ações de combate e prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação de projetos culturais e sociais que visem estes objetivos”, pautando suas ações, de forma integrada, em quatro áreas estratégicas: segurança pública, justiça criminal, sistemas correccionais (adultos e jovens) e políticas sociais e urbanas. O Instituto não divulga quais são as instituições que mantêm a entidade, mas mais de 90% do orçamento provém do setor privado. Sempre tendo este foco, o Instituto desenvolve quatro grandes projetos, sendo que o mais conhecido é o Disque-Denúncia, considerado pioneiro em todo o país.

Garantia do direito a viver em segurança nas cidades, grandes ou pequenas, é tarefa na qual todas as instâncias da sociedade podem e devem envolver-se, desempenhando papéis complementares.

Financiador anônimo do Instituto São Paulo contra a Violência

Disque-Denúncia, rompendo a lei do silêncio

Muitas ocorrências não são notificadas porque a população tem medo de fazer uma denúncia e depois sofrer algum tipo de represália. Para não se expor, as testemunhas e as vítimas não falam e a polícia acaba prescindindo de informações que poderiam ser essenciais na investigação e resolução de um crime. Em 2000, uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e o Instituto São Paulo Contra a Violência criou o Disque-Denúncia, um serviço composto por atendentes civis, sob a responsabilidade do ISPCV, que encaminham as denúncias aos analistas das Polícias Civil e Militar para providências. Qualquer pessoa pode ligar para o serviço e fazer uma denúncia anônima, que é encaminhada aos órgãos competentes.

A fim de garantir o engajamento da comunidade e o comprometimento da polícia e do sistema judicial em usar as informações para identificar e processar criminosos, o Disque-Denúncia funciona da seguinte maneira: quando alguém faz uma denúncia, recebe uma senha e não precisa fornecer nenhum dado pessoal. Essa senha, além de assegurar o anonimato, permite a quem denunciou ligar para o serviço outras vezes e acompanhar quais providências foram tomadas ou fornecer novos dados que ajudem na investigação. As ligações são gratuitas e podem ser feitas em qualquer lugar do Estado de São Paulo, 24 horas por dia, inclusive domingos e feriados.

Os atendentes do serviço encaminham as denúncias recebidas para uma equipe de policiais civis e militares, que fazem uma triagem dos casos e acrescentam dados sobre foragidos, placas de veículos e outras informações contidas em boletins de ocorrência. As ocorrências são encaminhadas ao delegado da polícia e ao oficial da PM que coordenam o Disque-Denúncia. Quando não se trata de um caso de polícia, a denúncia é encaminhada a outros órgãos.

Tal serviço não só rompe a barreira do silêncio e aproxima a população da polícia, como também contribui para que a Secretaria da Segurança Pública do Estado possa planejar as ações de combate à criminalidade, com base em dados fornecidos pela população. Assim, o policiamento pode ser direcionado para áreas com maior número de denúncias e ser executado de acordo com as características de crimes e outras ocorrências levantadas. Em 2003, o Disque-Denúncia inscreveu-se no Prêmio Polícia Cidadã e, naquele ano, contabilizava mais de 100 mil denúncias recebidas com resolução de cerca de 3 mil casos. Segundo pesquisa feita pelo governo de São Paulo, é um dos órgãos de maior credibilidade no Estado.

Outros projetos

- Implantação e Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública – FMSP, constituído pelos prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo para favorecer atuação integrada, articulada e multidisciplinar em relação às questões de segurança pública dessa grande área conurbada. É uma ferramenta para o exercício da cidadania de forma coletiva.
- Coordenação do Fórum da Cidadania Contra a Violência – FCCV, movimento social independente, pluralista, suprapartidário, que discute e propõe políticas, programas

e ações contra a violência no Estado de São Paulo. Também constitui ferramenta de exercício da cidadania de forma coletiva.

- Realização de diagnósticos locais, visando uma melhor compreensão das questões da segurança pública para proposição de políticas públicas integradas para prevenção e repressão das situações de violação de direitos. Já foi realizado um diagnóstico no Parque Anhanguera e entorno, na zona oeste de São Paulo, em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, com resultados práticos relevantes para a região.
- Desenvolvimento de planos de ação a partir dos diagnósticos.

Algumas das ações do Instituto São Paulo Contra a Violência, segundo o *Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008*,¹ configuram “um dos eixos explicativos centrais para as quedas sistemáticas nas diversas taxas indicativas de violência na Região Metropolitana de São Paulo”.²

Resultados

Cada um dos projetos desenvolvidos e operados pelo ISPCV gera resultados práticos e acúmulo de conhecimentos. O Disque Denúncia é, atualmente, reconhecido como um importante instrumento para a gestão da segurança pública, não apenas por seus resultados, mas também pelo fato inovador de ser uma ferramenta compartilhada entre sociedade civil e Estado. É importante ressaltar que, com o DD, o ISPCV foi precursor na implementação de um novo parâmetro para gestão da segurança pública, que agora começa a ter espaço no SUSP – Sistema Único de Segurança Pública em nível nacional. A intenção é poder aperfeiçoar essa ferramenta para gerar mais e melhores informações.

1. Estudo lançado em 2008, pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), Instituto Sangari e Ministérios da Saúde e da Justiça.

2. WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008. Brasília: Ritla, 2008.

Tanto a experiência do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, na região de São Paulo, quanto a do Fórum da Cidadania contra a Violência configuram-se como ferramentas coletivas para compreensão da complexidade das questões referentes à segurança pública e possibilitam o desenvolvimento de planos conjuntos, articulados entre as diferentes instâncias da sociedade, visando a superação da violência e a garantia dos direitos individuais e coletivos.

O FMSP é um modelo de gestão do Estado, que enfatiza a importância da participação dos municípios nas questões de segurança pública, sendo passível de replicação em outras regiões metropolitanas, bem como em conjuntos de cidades menores. A ampliação da participação dos municípios na gestão contemporânea dos Estados, atualmente, é considerada fundamental para o avanço das necessárias transformações que devem sofrer as sociedades para caminharem em direção à sustentabilidade.

As experiências com o FMSP e o FCCV indicam que ambos são ferramentas que favorecem a utilização racional de recursos públicos e privados, evitando duplicação de esforços ou omissões. Tais instrumentos levam em conta o fato de que todas as formas de manifestação da violência têm dinâmicas próprias, não estão circunscritas a territórios delimitados e são interconectadas. Regiões metropolitanas das grandes cidades e conjuntos de cidades menores podem beneficiar-se com a implantação dessas tecnologias sociais. Este conjunto de saberes é colocado à disposição das diferentes comunidades mediante celebração de convênios. De acordo com o Instituto, muitas das propostas para a segurança pública gestadas no interior da instituição tornaram-se propostas para o Sistema Único de Segurança Pública – Susp, via processo de conferências livres, municipais, estaduais e nacional.

Contatos

José Roberto Bellintani – Engenheiro, administrador de empresas, superintendente do Instituto São Paulo Contra a Violência, coordenador dos Fóruns Metropolitano de Segurança Pública e da Cidadania Contra a Violência. Membro do Colegiado do Movimento Nossa São Paulo, membro do Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz – Conpaz, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conseg – MJ (jrbellintani@ispcv.org.br).

Célia Cymbalista – Formada em Educação pela Universidade de São Paulo. Desde os anos 1990 participa em entidades e redes que se dedicam a ações de inclusão social e superação da violência, como o Fórum em Defesa da Vida de Campo Limpo e M' Boi Mirim, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. Membro do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Testemunhas – Provita-SP (celia@ispcv.org.br).

Jovem de Expressão

O Grupo Caixa Seguros fez uma escolha desafiadora quando decidiu entrar no mercado social com critérios similares aos que adota para elaborar um novo produto comercial. Com o objetivo de subsidiar a criação de um programa social da Companhia, o Grupo Caixa Seguros encomendou uma pesquisa, em 2006, para identificar os fatores de vulnerabilidade entre jovens e traçar um perfil desta parcela da população.

A pesquisa *Determinantes da violência* interpessoal entre os jovens do DF, que entrevistou 1.067 jovens entre 18 e 24 anos do Distrito Federal, ajudou a nortear a nova política de atuação social do Grupo Caixa Seguros e criou as bases metodológicas para a elaboração do Programa Jovem de Expressão. Eleger a violência, especialmente aquela causada por armas de fogo, para atuar exige coragem e o Grupo não fugiu ao desafio; ao contrário, investe esforços e recursos para fomentar um programa social inovador, que ajuda a reduzir – de maneira comprovada – a exposição dos jovens a agressões físicas.

Os rapazes e moças que ingressam no programa são atraídos pelas oficinas de cultura e comunicação: música, dança, artes plásticas, audiovisual, webdesign, fotografia, produção de eventos e capoeira. As atividades são disponibilizadas por duas das três organizações não-governamentais que firmaram parceria com a seguradora. Ainda são realizadas capacitações em empreendedorismo no mercado cultural, especialmente de serviços e produtos de eventos. Uma das estratégias é a agenda cultural, realizada durante todo o ano nos espaços públicos das cidades, com uma linguagem de grande alcance e adesão do jovem.

O jovem tem altíssimo potencial produtivo. Ele é um agente que pode contribuir em larga escala para seu próprio desenvolvimento, de sua família, comunidade e sociedade. Jovem é oportunidade! Com investimento, o impacto é certo.

Alice Scartezini

Coordenadora do Programa Jovem de Expressão, da Caixa Seguros

O objetivo do programa é criar condições que reduzam a exposição dos jovens a situações que geram a violência. Foge ao padrão assistencialista para investir no desenvolvimento pessoal do jovem em um momento decisivo de sua vida: a escolha pela violência ou pelo caminho do estudo/trabalho.

Fatores que influenciam o envolvimento de jovens com a violência

Uma pesquisa encomendada pela Caixa Seguros mostrou os fatores que influenciam rapazes e moças a cometer, sofrer ou testemunhar atos de violência física. O estudo, inédito no país, contraria o senso comum, pois revela que o indicador que mais expõe o jovem da capital federal à violência não é o ambiente onde ele vive ou a renda familiar, mas sim suas escolhas pessoais, como uso de drogas, consumo de bebidas alcoólicas e porte de armas. Em seguida, aparecem as relações com a mídia, com a família, a escolaridade e o acesso ao trabalho.

A pesquisa mostrou, ainda, outros indicadores: o porte de arma de fogo aumenta em 25,8% as chances de uma pessoa entre 18 e 24 anos agredir fisicamente alguém; mais da metade dos jovens que andaram com armas de fogo (55,7%) utilizaram-na de alguma maneira; para cada ano de reprovação na escola, a taxa de violência entre rapazes e moças aumenta em 2,7%; 50,2% dos jovens que cometem agressões já sofreram algum tipo de violência – ou seja,

reproduzem com os outros as agressões das quais são vítimas; a maior parte das agressões testemunhadas ou sofridas pelos jovens ocorre nas proximidades de suas casas.

Os resultados deixaram claro que a melhor maneira de diminuir a exposição dos jovens à violência seria incentivando-os a tomar boas decisões no dia-a-dia, identificando – por meio da terapia – quais experiências os transformavam em pessoas especiais e capazes de fazer a diferença na vida de outras pessoas. O Programa foi formulado com metodologia inovadora, somando experiências sociais distintas e já legitimadas pela população jovem do Distrito Federal e de Fortaleza (CE).

O Programa

O Programa conta com grande esforço de mobilização social, integração das redes sociais locais e proteção e acesso aos direitos sociais, como saúde, educação e cultura. Os jovens integrados nesses grupos também contam com um espaço para partilhar problemas, angústias e conflitos pessoais, com apoio de terapeutas comunitários, que utilizam uma metodologia chamada “Fala Jovem”. Outra ferramenta importante é a revista Expressão Jovem, que aborda assuntos sobre saúde física e mental deste público, por meio de uma linguagem esclarecedora, simples e atraente.

Uma vez integrados nesses grupos, os jovens descobrem que ali também há espaço para resolverem problemas, angústias e conflitos pessoais com apoio de psicólogos e terapeutas comunitários. O principal objetivo é a transformação social do jovem pela adoção de novos conhecimentos, atitudes e práticas (CAPs) que convirjam ao fortalecimento de sua saúde integral.

Realizado em parceria com o Grupo Cultural Azulim, o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF e a John Snow Brasil Consultoria, o projeto visa promover a saúde entre os jovens e reduzir a exposição do público entre 18 e 24 anos à violência. Atende 300 jovens de Sobradinho II e Ceilândia desde outubro de 2007. Validado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), foi o único projeto criado por uma empresa privada a ser

apresentado na IX Conferência Mundial de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde, realizada no México, em abril de 2008.

Contribuições e lucro social

Para a Caixa Seguros, a principal contribuição do projeto para o desenvolvimento social é oferecer metodologias de intervenção capazes de gerar conhecimento e resultados. Assim, é possível disponibilizar para a sociedade em geral tecnologias criativas que produzem informações objetivas, orientadas para o compromisso com a promoção de políticas públicas.

Além disso, projetos como o Jovem de Expressão não apenas reduzem perdas, como também geram lucro social. Uma investigação estatística foi realizada em três cidades do Distrito Federal, para verificar se a exposição de jovens a programa de investimento social para promoção de saúde mental e segurança produz riqueza econômica. O estudo foi desenvolvido com 300 jovens de 18 a 24 anos que participaram do Programa Jovem de Expressão por 12 meses e 150 jovens de grupo controle.

O modelo mostrou relações estatisticamente significantes para uma das cidades. Para cada R\$ 1,00 investido, gerou-se R\$ 1,87 de riqueza econômica. Descontando-se as perdas futuras, com taxa de 8% ao ano, e considerando período de 45 anos, o Programa gerou R\$ 318.405,42 de riqueza econômica. Ou seja, se pensado a longo prazo, o investimento tem retorno garantido e beneficia tanto o cidadão quanto a cadeia econômica da qual ele faz parte.

Nenhum programa empresarial brasileiro de investimento social privado elaborou uma escala de conhecimento, atitudes e práticas de referência para estudos sobre o impacto dos investimentos em uma causa social e seu possível impacto econômico. Assim, fundamentado nos resultados iniciais da aplicação desta metodologia, o Grupo Caixa Seguro pode:

- demonstrar que investimentos sociais direcionados aos jovens são importantes para fortalecer as políticas públicas e outros estudos direcionados a este segmento;
- sistematizar seu Programa em componentes confiáveis com vistas à ampliação sustentável para outras cidades;

- ✔ fortalecer-se como liderança no apoio a uma causa social;
- ✔ tornar-se uma referência científica para outras organizações empresariais que desejem realizar investimentos sociais,

A propagação dos resultados incentivará outras empresas a buscarem princípios, metodologias e indicadores científicos para orientar a gestão de seus programas sociais, visando gerar não apenas retornos institucionais, mas também impactos econômicos efetivos para toda a sociedade. O jovem tem altíssimo potencial produtivo. Ele é um agente que pode contribuir em larga escala para seu próprio desenvolvimento, de sua família, da comunidade e da sociedade.

Para a Caixa Seguros, o empresariado enfrenta a questão da segurança de forma bastante fragmentada. Parece que ainda impera a ideia de “cada um por si”: o Estado tem a tarefa de manter a ordem, os empresários de pagar os impostos e se protegerem como podem. Mas o que há de novo nessa relação – e que tem sido observado pelos consumidores – é o papel da cidadania empresarial, ou seja, a visão de que os negócios, a geração do lucro, não devem criar ônus para a sociedade. E os critérios da responsabilidade socioambiental orientam o posicionamento. Mais do que isso, as empresas são ambientes propícios para disseminar práticas de respeito e prevenção no que tange às relações de gênero, direitos humanos, meio ambiente, etc.

Contato

Alice Margini Scartezini – Coordenadora de Investimento Social Privado, da Superintendência de Comunicação Corporativa – Supec, do Grupo Caixa Seguros (Alice.Scartezini@caixaseguros.com.br). Tel. (61) 21922367 / (61) 91970338, Fax. (61) 3328 8869.

Programa Juventude e Polícia

Conflitos entre jovens e policiais são frequentes em favelas e bairros de periferia, que infelizmente são os mais afetados pelos efeitos nocivos do tráfico de drogas, como circulação de armas e perda de jovens em confrontos entre grupos rivais e mesmo com a polícia. Os jovens que residem nestas comunidades passam a infância e a adolescência presenciando as ações da polícia nestes espaços e, independente da legitimidade dessas ações, podem desenvolver um sentimento de ódio, revolta e preconceito contra as instituições policiais, já que muitas vezes seus próprios familiares estão entre os alvos da polícia.

Foi pensando nisso que, em 2003, o Grupo Cultural AfroReggae, formado em 1993, depois da chacina que matou 21 pessoas na Favela Vigário Geral, procurou o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, para, em vez de divulgar o repertório “antiPM”, pedir ajuda para uma série de “invasões culturais” nos batalhões do Rio. O projeto foi aprovado pela Fundação Ford, mas não pode ser implementado no Rio, pois as negociações com o governo local falharam. Em 2004, a Secretaria de Defesa Social de Minas aceitou abrir suas portas e o AfroReggae e o CESeC foram convidados a desenvolver o projeto em Minas Gerais, que foi reformulado para ser desenvolvido no formato piloto e realizado em quatro etapas, de agosto a novembro de 2004.

Após as primeiras experiências surpreendentes, em que se constatou que era possível aproximar jovens e policiais por meio de atividades culturais, o projeto vem sendo mantido,

A Cemig, como empresa prestadora de um serviço público essencial à população, entende que é de sua responsabilidade contribuir, sempre que possível, com projetos que revertam em benefícios sociais para a sociedade.

Luiz Henrique Michalick
Superintendente de Comunicação da Cemig

aprimorado e desenvolvido em esquema de parceria entre a PM e o AfroReggae, desde 2004. Recentemente, o governo de Minas alugou um imóvel com 700 m², situado na Rua Goitacazes 1830, Barro Preto, na região central de Belo Horizonte. A sede do Juventude e Polícia é um núcleo sociocultural, com capacidade para atender 700 jovens por mês, oferecendo atividades culturais de percussão, dança, basquete, teatro, grafite, vídeo, foto, DJ e ações educativas (palestras, dinâmicas de prevenção às drogas, educação sexual, higiene pessoal, entre outras). Todos instrutores são policiais militares e as atividades são desenvolvidas em turnos.

O Grupo Cultural Afroreggae desenvolve capacitações pontuais durante o ano com policiais, que, depois de treinados, ficam 15 dias por mês à disposição do projeto, ministrando oficinas em escolas públicas, comunidades e, esporadicamente, em Centros de Internações. Os jovens participam das oficinas de percussão e dança e hoje já multiplicam os conhecimentos adquiridos no projeto. Eles recebem uma bolsa-auxílio, por meio do projeto, e alguns já foram contratados pelas escolas onde estudaram. São jovens oriundos dos aglomerados da Ventosa, Morro das Pedras e Vila Acaba Mundo, com idade entre 13 e 19 anos. A maioria já foi apreendida e é comum que sejam filhos(as) ou parentes de pessoas envolvidas com o crime.

O projeto-piloto de 2004 contou com aporte da Fundação Ford. O Servas (Serviço Voluntário de Assistência Social) iniciou a participação nesse ano, dando apoio na reforma da sede. O projeto de reforma e a elaboração do edital do processo licitatório foram realizados por uma arquiteta e um engenheiro do Servas. O projeto foi aprovado na Lei de Incentivo à

Cultura e recebe patrocínio da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), que dobrou o investimento recentemente.

A integração entre jovens e policiais

Quando o Juventude e Polícia foi implantado em Minas Gerais, uma das preocupações dos idealizadores era a resistência dos policiais militares ao projeto. Temia-se que eles não aderissem, entre outros motivos, por causa da dificuldade de reconhecer o preconceito e da cultura hermética da corporação. Mas a pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, revelou outro retrato. Os especialistas aplicaram questionários a 192 profissionais de dois batalhões de Belo Horizonte, cujos nomes não foram revelados. Pelo menos 86,5% responderam que os moradores de favelas estigmatizam os PMs, mas 65,6% admitiram que o contrário também ocorria. A maioria se mostrou, ainda, aberta à aproximação com a juventude. Em uma das unidades, 71,7% consideraram que o projeto ajudava na integração com a comunidade; em outra, 58,1%. A avaliação negativa, maior temor desde o início, foi pequena: apenas 5,4% dos policiais afirmaram que o projeto ridicularizava a corporação; 4,2% disseram que atrapalhava a escala; e outros 3,1% consideraram que não é papel da PM fazer trabalho assistencial em favelas.

A essência do Programa Juventude e Polícia é a integração entre os atores deste processo – jovens e policiais –, de forma que seja estabelecido um diálogo de reconhecimento e afirmação de seus papéis sociais. O projeto trabalha com jovens a partir dos 13 anos, idade em que normalmente ocorre a transição da infância para a adolescência. Nessa fase, o jovem está iniciando o processo de formação de caráter e percepção social para afirmação de seu papel na comunidade em que vive. Estabelecer o contato entre a cultura policial e a dos jovens produz uma nova imagem da polícia, associada positivamente à cultura e à arte e dissociada dos estereótipos de violência e discriminação, proporcionando com esta intervenção a segurança ativa. O contrário também ocorre: policiais em contato com adolescentes frequentemente expostos à criminalidade e violência passam a compreender a difícil realidade destes jovens e

se solidarizam com seus problemas, em vez de estigmatizar estes jovens. Rompe-se, com isso, um círculo vicioso de estigmatização mútua que só poderia ter efeitos catastróficos, tanto para o Estado quanto para a sociedade.

A oficina de TV e o registro das oficinas com os policiais durante o projeto-piloto geraram o filme Polícia mineira. As muitas cenas de convívio entre jovens e policiais foram registradas em 90 horas de gravação em vídeo digital, que resultaram num documentário de 53 minutos, com direção de Estevão Ciavatta, que hoje é exibido em diversos fóruns pelo mundo. Em 2005, AfroReggae, CESeC, Secretaria de Defesa Social e Polícia Militar de Minas Gerais desenvolveram a segunda fase do projeto, capacitando policiais para trabalharem diretamente com jovens dos aglomerados de Belo Horizonte. O Projeto Juventude e Polícia é um diferencial entre polícia e jovens de periferia, com resultados altamente satisfatórios para ambas as partes.

As atividades executadas são todas registradas audiovisualmente e tanto policiais como adolescentes treinados no âmbito do projeto são valorizados por meio de apresentações públicas. A Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais reconhece que a distância entre sociedade e polícia é um desafio de todos e não apenas um "problema" da polícia; e que os estereótipos que os policiais têm dos jovens de aglomerados são tão presentes quanto os dos jovens e da sociedade em relação à polícia. O projeto passa por um processo de institucionalização e completa seis anos em 2010. Além da convivência pacífica entre jovens e comunidades carentes e policiais, o projeto visa ainda a prevenção da criminalidade, por meio da filosofia de Polícia Comunitária, a mediação preventiva de conflitos e o fortalecimento da identidade organizacional da PMMG.

Mudança nas relações entre policiais e jovens da periferia

O Programa Juventude e Polícia já capacitou 513 militares e atendeu 5.020 jovens de 34 comunidades de Minas Gerais. Desde 2005, 40 jovens oriundos dos aglomerados da Ventosa, Morro das Pedras e Acaba Mundo participam do programa nas oficinas de percussão e dança. O grupo se autodenominou Bloco Show Juventude e Polícia e já realizou

mais de 140 apresentações culturais como forma de divulgação dos resultados positivos obtidos nas localidades onde o projeto foi implantado, promovendo prevenção e integração entre polícia e comunidade. Entre as apresentações, destacam-se participações em eventos como Fantástico, Domingão do Faustão, Palácio das Artes, Abertura do Mundial de Vôlei 2009 e Programa Nota 10 em Segurança Pública no Canal Futura, além de outras realizadas em diversas comunidades de Belo Horizonte.

Pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania –CESeC mostrou que 80,8% dos jovens que passaram pelo Projeto Juventude e Polícia criaram uma imagem positiva dos PMs e vários estabeleceram laços estreitos de amizade com policiais. O estudo foi feito por amostragem, com 245 dos 1,7 mil adolescentes que frequentaram as aulas de percussão, basquete, dança de rua, teatro e grafite em Belo Horizonte. As escolas municipais Oswaldo Cruz, no Jardim América, e Anne Frank, no Confisco, região da Pampulha, foram usadas como referência. Os estudantes responderam a questionários, em que expunham sua opinião sobre os policiais. Além disso, em respostas abertas, usaram palavras para classificá-los. Se antes os adjetivos "odiados", "violentos", "chatos" e "mal educados" eram os mais recorrentes, depois os termos "gente boa", "respeito", "amigos", "legais" e "educados" lideraram a lista.

A parcela que não mudou sua visão ou continuou com uma imagem negativa dos militares é comparativamente baixa, mas não desprezível – 13,8% na primeira escola e 21,3% na outra –, o que os especialistas atribuem a traumas desenvolvidos por parte dos jovens. Para a cientista social do CESeC, Silvia Ramos, coordenadora do programa de avaliação do Juventude e Polícia, os resultados exprimem uma mudança histórica nas relações de hostilidade entre policiais e jovens de periferia, alimentada pelo preconceito mútuo, e sobretudo mostram as imensas possibilidades antes não vislumbradas. Os resultados do Juventude e Polícia abrem caminho para que outros governos invistam em sua replicação. "Testamos um instrumento que se mostrou forte e eficaz para mudar esse cenário. Quando alguém quebra um tabu, dificilmente volta a pensar como antes. O que precisamos, agora, é que essa receita seja usada em larga escala", comentou a coordenadora.

Contatos

Luciene Magalhães de Albuquerque – Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais. (luciene@pmmg.mg.gov.br).

Silvia Ramos – Coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes (CESeC), Rio de Janeiro. (ramos.silvia@uol.com.br).

Londrina Pazeando

Preocupados com a violência e a descrença nos valores humanos de solidariedade e colaboração, um grupo de pessoas em Londrina, no Paraná, decidiu criar, em 2000, um movimento na cidade que entendesse e estudasse caminhos para paz, ou seja, que procurasse disseminar novas formas de convivência, em que conflitos cotidianos pudessem ser resolvidos “sem violência”, por meio de diálogos e acordos. Este grupo propôs à Câmara Municipal de Londrina um projeto de lei que instituía a Semana da Paz em Londrina. A ideia foi bem-sucedida e a proposta virou Lei – a Semana da Paz passou a fazer parte do calendário de comemorações oficiais do município.

Em 2001 foi organizada a 1ª Semana da Paz de Londrina, de uma forma ainda bastante modesta. Já em 2002, uma comissão organizadora foi nomeada e a 2ª. Semana da Paz de Londrina foi realizada com maior intensidade. Neste ano também foi fundada a Unipaz, *campus* Londrina, organização internacional que atua até hoje na cidade, contribuindo com o movimento pela paz. Houve, ainda, um contato com a ONG nacional MovPaz, de Feira de Santana, Bahia, que assessorou um grupo de pessoas na organização da Primeira Caminhada pela Paz no Município. Por meio da experiência do MovPaz, foi proposto ao município um acréscimo à Lei que instituiu a Semana da Paz. Este adendo veio em 10 de setembro de 2002, criando o Dia Municipal da Paz.

A violência é um fato real nos dias atuais e o combate a ela exige a participação de todos: governo, empresas, instituições e população em geral. Não podemos cruzar os braços e deixar a responsabilidade apenas para o poder público.

Ary Sudan

Diretor da Rondopar – Energia Acumulada Ltda.

Colaborador do Londrina Pazeando

O Movimento Pela Paz e Não-Violência de Londrina, inspirado no modelo do MovPaz-BA, acabou ficando mais conhecido como Londrina Pazeando. O “Pazeando” foi criado para desenvolver uma cultura de paz e não-violência, por meio da mobilização das pessoas ligadas às organizações do terceiro setor, às empresas e ao Estado. Em 30 de maio de 2003, tornou-se uma organização não-governamental sem fins lucrativos, visando facilitar a organização das atividades, e, no mesmo ano, obteve a qualificação de Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Tem como focos a valorização dos direitos humanos, o respeito e amor ao próximo, a cultura da não-violência ativa, o diálogo, a educação para valores humanos, ética e transparência nas ações.

Desde então, a ONG Londrina Pazeando realizou várias atividades na cidade, propondo, para o ano de 2003, a 1ª coletânea de textos para produção de um livro com o tema *Ideias dos estudantes de Londrina para construção de uma cultura de paz*, hoje em sua 7ª edição. Este material foi enviado para a Unesco e obteve o apoio institucional desta organização mundial que trabalha para a construção de uma cultura de paz.

O *site* da instituição, que divulga informações sobre ações governamentais e de outras ONGs para a cultura de paz, é financiado por uma série de instituições privadas locais, a maior parte de comércio londrinense. O logotipo destas instituições aparece no *site* e abaixo deles há uma mensagem: “seja uma organização empresarial amiga da Cultura de Paz”.

O que faz o Movimento

O ano de 1999 foi proposto pela ONU como ano internacional da Cultura de Paz, e o período de 2000 a 2010 como a década para a superação da violência, pela Unesco. Na Segunda Semana Municipal da Paz, o Londrina Pazeando estava alinhado com esta proposta. O Estatuto da organização em seu artigo 5º diz:

1. Desenvolvimento de metodologia de difusão de uma Cultura Consciente de Paz.
2. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.
3. Constitui-se um movimento amplo a favor da Paz. Não é um movimento de combate a violência, mas tem como princípio básico o conceito de Mahatma Gandhi que propunha e vivenciava a Não-Violência ativa.
4. Estudo dos pacifistas, seres humanos que propuseram e vivenciaram a Não-Violência ativa em sua conduta pacífica em favor da construção de uma Cultura de Paz.”

Em 2002, foi realizada a Caminhada pela Paz, sendo que as escolas foram incentivadas a fazerem também. Em 2003, a Londrina Pazeando publicou a primeira coletânea de textos e desenhos dos estudantes de Londrina (www.londrinapazeando.org.br/coletanea_capa.htm) e realizou a campanha de desarmamento “infantil”, em que as crianças entregaram seus brinquedos bélicos.

Em 2004, a organização participou da campanha nacional de desarmamento e do debate do referendo, trabalhando pela proibição de venda de armas no país. Em 2004 e 2005, Londrina foi a cidade do Paraná que mais entregou armas, representando 25% do total do Estado, ou seja, o Paraná recolheu 21.000 armas, sendo 5.250 em Londrina. A média de armas entregues por mil habitantes foi de 2,4, no Estado, e 11,50, em Londrina. O Londrina Pazeando fundou, juntamente com outras organizações não-governamentais, a Rede Desarma Brasil, na qual tem atuação intensa nas decisões e ações. A ideia da criação das Empresas Amigas da Cultura da Paz (<http://www.londrinapazeando.org.br/indicadores.php>) veio da necessidade da segunda publicação do livro Londrina Pazeando, em 2004, pois não há repasse de recursos financeiros do município ou do Estado, cuja participação sempre

foi ligada às escolas (municipais, particulares e estaduais) que atuam na coletânea como parceiras, trabalhando com as crianças os temas propostos e convidando os professores para palestras e cursos promovidos pela ONG.

Os empresários, inicialmente, disponibilizaram os recursos financeiros, mas com o tempo, passaram a participar das palestras, eventos e reflexões propostas pelo movimento. Um reconhecimento do trabalho foi surgindo ao longo do tempo e a participação de funcionários destas empresas e seus proprietários se aprofundou. Com o convite/desafio da ONU para contribuir com os ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), foi criado o Movimento Nós Podemos Paraná (www.nospodemosparana.org.br), um convite da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) a empresários, ONGs e governos para a criação de sinergias em relação às ações já desenvolvidas e de novas formas de atuar, a fim de fazer do Estado uma referência na busca para atingir as metas dos ODMs, que são instrumentos para a construção da cultura de paz.

Atualmente com o aquecimento global e a necessidade da sustentabilidade da vida humana no Planeta, o entendimento de cultura de paz e sustentabilidade tem se estreitado. Educar para a Paz, Educar para Cidadania Global, Educar para Sustentabilidade. Hoje, em Londrina, existe um movimento pela paz e não-violência que trabalha com muitas redes de interação.

Reconhecimento público na cidade de Londrina e fora dela

A cidade tem 500.000 habitantes e o Movimento é popular; as pessoas sabem que existe um movimento pela paz, atuante, embora não conheçam profundamente sua atuação. O Movimento é reconhecido fora de Londrina por várias instituições que trabalham com cultura de paz e desarmamento e segurança pública. Em recente publicação importante na área de Cultura de Paz, realizada pelo Senac-SP e de autoria da fundadora do Palas Athena, Lia Diskin, o Movimento consta entre as dez experiências nacionais destacadas.

A cada ano, em parceria com o Ministério da Justiça, a Caravana do Desarmamento percorre o país, passando pela 27 capitais. Londrina é a única cidade não capital que recebe a caravana – um reconhecimento do trabalho realizado pelo Movimento. A Marcha Mundial pela Paz e Não-

Violência passou por 300 cidades de 100 países e, no Brasil, percorreu dez capitais e Londrina, mais um reconhecimento dos organizadores da Marcha no Brasil do trabalho realizado aqui.

Em 2 de abril de 2009, quatro meses antes da 1ª Conseg, o mobilizador estadual do Paraná relatou que Londrina era um dos municípios mais mobilizados para a realização da Conferência no Brasil. Foi a primeira cidade do Paraná a convocar a Etapa Municipal da Conferência e o segundo município do Brasil a realizar uma etapa eletiva da Conferência (o primeiro foi Canoas-RS, onde o secretário municipal de Segurança era o coordenador nacional da Conferência).

O Movimento recebeu, em março de 2010, o 14º Prêmio Destaque Tecnológico – Integra, que tem como objetivo premiar pessoas, instituições ou empresas que, nos últimos cinco anos, tenham desenvolvido um conjunto de obras e/ou projetos relevantes para o processo de inovação e desenvolvimento sustentável do Paraná, a partir de ações de cooperação e/ou transferência de tecnologia entre agentes do setor de pesquisa e desenvolvimento e empresas ofertantes de produtos e serviços.

Contato

Luis Claudio Galhardi – Engenheiro civil, coordenador do Movimento pela Paz e Não-Violência Londrina Pazeando, do Movimento Nós Podemos Paraná região de Londrina, presidente do Compaz – Conselho Municipal de Cultura de Paz de Londrina, funcionário da Fiep/Sesi (luis.galhardi@sesipr.org.br; paz@londrinapazeando.org.br Tel. (43) 3379-5200 / 9996-1283

Instituto Minas Pela Paz

A segurança é fundamental para a sociedade, assim como para um planejamento empresarial. Neste setor a preocupação vai da segurança de informações à segurança física da empresa, de seus colaboradores, além da influência da segurança pública para a sobrevivência da empresa.

Cledorvino Belini
Presidente da Fiat do Brasil

Fundado em 2 de fevereiro de 2007, o Instituto Minas pela Paz é uma iniciativa das dez maiores empresas do Estado – Algar, AngloGold, Arcelor, Cedro Cachoeira, Cenibra, Fiat, Gerdau, Samarco Mineração, Usiminas e V&M – e o Sistema FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). A ideia de criação do Instituto surgiu em 2005 no Conselho Estratégico da FIEMG, em que são discutidos temas como segurança, educação e infraestrutura, entre outras questões de mesma importância. O IMPP foi concebido inicialmente para contribuir com o governo de Minas Gerais na prevenção da violência, por meio do estudo e da apresentação de propostas de ação viáveis e compatíveis com a linha de atuação do governo.

O que movia os empresários mineiros nesta empreitada era a ideia de somar forças ao governo na solução dos problemas inquietantes da sociedade na área da segurança pública. Partiu-se do pressuposto de que a classe empresarial possui visão, espírito empreendedor, inovação e capacidade administrativa. O governo, por sua vez, possui experiência e conhecimento na administração de temas públicos, além do foco no bem-estar social. A sociedade deseja e tem direito à segurança e justiça social. Para o Instituto, a segurança pública exige responsabilidade e comprometimento de todos: governo, empresas e sociedade.

Os empresários mineiros foram, portanto, além da preocupação com a mera segurança de suas empresas e colaboradores, entendendo que a questão da segurança pública pode ter efeitos devastadores ou extremamente positivos no desenvolvimento econômico local e nacional e, conseqüentemente, na sobrevivência mesmo das empresas. Porém, resultados

efetivos requerem um trabalho de fôlego e integrado entre vários atores. Estes empresários acreditaram que utilizar a *expertise* empresarial em favor da segurança pública poderia render bons resultados para toda a coletividade.

Antes de iniciar as atividades do Instituto, foi realizado, em fevereiro de 2006, um *workshop* com especialistas e autoridades de todo o país para conhecer, entender, estudar e, conseqüentemente, propor um projeto de rápida absorção pelo Estado e fácil implantação, que pudesse alcançar resultados o mais rápido possível. Como fruto deste debate, a primeira ação que coube ao IMPP foi a de propor e co-gerir o 181 Disque-Denúncia com o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social, o Corpo de Bombeiros e as Polícias Civil e Militar.

O 181 Disque-Denúncia Unificado

O projeto 181 Disque Denúncia Unificado foi discutido intensamente com especialistas e autoridades mineiras da área da segurança pública. As Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros, que prestavam o serviço de forma independente, foram chamados ao debate. A unificação das centrais de atendimento fez com que o sistema ganhasse sinergia, uma vez que integra o fluxo de informações, potencializa os recursos de inteligência policial e qualifica a prestação de serviços por parte das instituições de prevenção e combate da violência do Estado. O governo de Minas

Gerais ofereceu toda a estrutura física necessária à implementação da Central e coube ao Instituto a divulgação do serviço no Estado, a gestão do software utilizado e a preparação dos boletins e relatórios de desempenho. O serviço foi lançado em 29 de novembro de 2007, abrangendo os 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Disque-Denúncia 181 funciona em uma central de atendimento unificada, formada por mais de 60 profissionais treinados e capacitados, que trabalham em regime de 24 horas para atender à população. Cada denúncia registrada é encaminhada para uma equipe de analistas, composta por integrantes das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. A partir daí, a denúncia é analisada e classificada de acordo com a unidade operacional das três corporações, que adotam as providências necessárias para resolver cada caso.

O sistema oferece segurança e tranquilidade para os cidadãos que utilizam o serviço. A Central de Atendimento recebe as informações por meio de ligações gratuitas e criptografadas, que impedem a identificação da origem da chamada. Além de contarem com a proteção do anonimato, os usuários do 181 podem acompanhar os resultados das denúncias encaminhadas, utilizando uma senha de acesso que é fornecida no momento da ligação.

Graças ao canal que foi aberto com garantia do sigilo absoluto e com o trabalho conjunto das polícias, houve crescimento médio de 151% na produtividade das corporações, entre 2008 e 2009, no que se refere ao número de prisões e apreensões de drogas, armas, veículos, contrabando e animais silvestres, e de 165% na apreensão de pedras de crack. No total, foram mais de dois milhões de chamadas recebidas durante os 26 meses de funcionamento, com mais de 103,5 mil denúncias registradas. Em 2009, o serviço foi lançado em 13 regiões integradas de segurança pública do Estado e, em 2010, abrangerá todo o Estado de Minas Gerais.

Além do 181 Disque-Denúncia, o Instituto Minas pela Paz toca outros projetos, sempre norteado pela viabilidade social e sustentabilidade econômico-financeira. As outras áreas de interesse do IMPP incluem a reintegração social e profissional de egressos do sistema prisional, estudo e criação de oportunidades destinadas a jovens em situação de risco, organização da sociedade civil para projetos conjuntos de prevenção e combate à violência, promoção de seminários sobre o tema, etc. O projeto de maior destaque da instituição, depois do Disque-Denúncia, é o Projeto Regresso.

Projeto Regresso

Outro grave problema enfrentado hoje na área da segurança pública é a reincidência criminal do egresso e sua consequente reentrada no sistema prisional. Por solicitação do governo de Minas, o IMPP realizou estudos e diagnósticos que demonstraram a realidade dos apenados no Estado quanto à formação educacional, profissional, faixa etária, tempo de pena, etc. Pensando nisso, o IMPP elaborou e sugeriu ao governo o Projeto Regresso, uma iniciativa inédita que visa mobilizar os empresários e a sociedade para uma questão social tão grave.

O Instituto promove, por meio das organizações parceiras, ações destinadas à qualificação, com cursos educacionais e profissionais aos recuperandos, e, efetivamente, oferece oportunidades no mercado de trabalho e para geração de emprego e renda ao egresso do sistema prisional de Minas Gerais, por meio de contratação formal pelas empresas credenciadas pelo Instituto Minas Pela Paz. A ideia é criar condições para que o cidadão egresso seja reinserido no mercado profissional em reais condições de trabalho e dignidade para suas famílias. Neste contexto, o Instituto sugeriu um projeto de Lei ao Estado, que foi acatado pelo governador Aécio Neves e votado pela Assembleia Legislativa em tempo recorde.

A Lei 18.401, de 28/09/09, objetiva subvencionar economicamente as empresas que contratarem formalmente egressos – ou pessoas em livramento condicional ou definitivo – do sistema prisional, ou seja, o Estado concede subvenção econômica às empresas que empregarem egressos. O empregador recebe de forma antecipada o valor de dois salários mínimos por mês por egresso contratado nos primeiros 24 meses do contrato de trabalho. As empresas selecionadas poderão ocupar no mínimo um contratado e no máximo 5% da força de trabalho com egressos do sistema prisional. A Usiminas e a Masb Desenvolvimento Imobiliário, mesmo sem a subvenção, já contam nos seus quadros de funcionários com 31 contratados.

Para poder participar, as empresas interessadas na contratação de egressos devem se credenciar junto ao Instituto Minas Pela Paz, informando as vagas disponibilizadas. Uma vez credenciadas, o IMPP informará as vagas ao programa de Reintegração de Egresso do Sistema Prisional da Secretaria de Estado e Defesa Social, que fará a pré-seleção e abordagem dos potenciais candidatos às entrevistas. A seguir, as empresas agendarão as entrevistas com

estes candidatos. Mas a definição dos critérios para seleção dos egressos fica por conta do Departamento de Recursos Humanos de cada empresa. Já o cidadão egresso que deseje se candidatar deve procurar o Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais mais próximo de sua cidade e se cadastrar.

A Seds (Secretaria de Estado de Defesa Social) e o IMPP são responsáveis pela gestão estratégica do projeto, que teve início em junho de 2009. A operacionalização fica a cargo da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, junto à Superintendência de Atendimento ao Preso e à coordenação do Projeto Regresso do IMPP. O Instituto fomenta ações de ressocialização e reinserção produtiva de recuperandos e egressos; o Sistema FIEMG, através do Sesi e do Senai, disponibiliza cursos educacionais e profissionalizantes para algumas unidades prisionais e Núcleos de Prevenção. Vale destacar que as empresas também poderão contribuir para aumentar o nível educacional e profissional do egresso após sua contratação e serão motivadas a fazê-lo.

Atualmente, 31 egressos estão contratados no âmbito do projeto, sendo 16 na Usiminas e 15 na Masb. Em 2010, a meta é reinserir profissionalmente, por meio da lei, mais 300 egressos do sistema prisional mineiro.

Parceria e participação






Hoje o IMPP trabalha reconhecidamente na promoção de iniciativas que aumentem a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiança nas instituições de Segurança Pública e Justiça, reduzindo a criminalidade e recuperando a dignidade dos cidadãos. Além disso, o Instituto divulga boas práticas de prevenção da violência desenvolvidas por outras entidades, promovendo a integração de projetos e a articulação entre organizações da sociedade civil, empresas e governos. Um diferencial importante do IMPP é o foco nas ações preventivas e a valorização da participação social no desenvolvimento dos projetos, que deve ocorrer através de mecanismos que estimulem o diálogo com a comunidade. Em síntese, o Instituto Minas pela Paz propõe constituir um amplo fórum de debates sobre a segurança pública, com espaço para a participação de todos aqueles que tenham contribuições a oferecer, que sempre serão muito bem-vindas.

O Instituto Minas Pela Paz cresceu e hoje é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público estadual, que tem as 35 maiores organizações do Estado de Minas Gerais como sócias-fundadoras, contribuintes e parceiras, capitaneadas pelo Sistema FIEMG.

Sócios-contribuintes

- ✧ AeC Centro de Contatos
- ✧ Alesat Combustíveis
- ✧ Andrade Gutierrez
- ✧ Banco BMG
- ✧ Cemig
- ✧ Fidens Engenharia
- ✧ Petronas Lubrificantes
- ✧ Grupo Rima
- ✧ Hospital Mater Dei
- ✧ Irmãos Bretas e Filhos
- ✧ Líder Táxi Aéreo
- ✧ Localiza e Total Fleet
- ✧ Masb
- ✧ Nextel
- ✧ Santa Bárbara Engenharia
- ✧ Supermix Concreto
- ✧ Unimed BH
- ✧ Vilma Alimentos
- ✧ Vale

Sócios-parceiros

-  Populus Comunicação
-  Estado de Minas
-  Rede Globo
-  Oi (Telemar Norte Leste)
-  Radio Itatiaia

Contato

Luis Flávio Saporì – Ex-secretário adjunto da Secretaria do Estado de Defesa Social (entre 2003 e 2007), doutor em Sociologia, professor e coordenador do Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC Minas. É autor do livro *Segurança Pública no Brasil: Desafios e Perspectivas* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007) (lusapori@uaivip.com.br).

Pátio Legal

O Pátio Legal foi inaugurado em julho de 2005, como resultado de parceria entre o Sindicato das Seguradoras do Rio, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg, a Secretaria de Segurança e o Detran. Trata-se de um espaço para abrigar os veículos roubados ou furtados recuperados pela Polícia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A ideia do Pátio surgiu no mercado segurador (Federação e Sindicato das Seguradoras do Rio) e foi sugerida ao governo do Estado, que encampou o projeto.

Anteriormente, veículos roubados e recuperados pela Polícia permaneciam estacionados de maneira desordenada nas calçadas próximas às Delegacias, que ficavam lotadas. Como não existia um serviço centralizado e informatizado de registro de veículos recuperados, o proprietário não era informado de sua recuperação e geralmente o procurava na Delegacia onde registrou o Boletim de Ocorrência. Porém, os dados revelam que, na maioria dos casos, a Delegacia na qual se registra a queixa raramente é a mesma que recupera o veículo, o que significa que este indivíduo dificilmente reaveria seu veículo, ainda que este viesse a ser recuperado.

Por meio de um convênio não oneroso para o Estado entre Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio, Detran e mercado segurador (Fenaseg e Sindicato), foi criado um sistema que oferece ao cidadão mais conforto e agilidade na busca por seu veículo furtado ou roubado, segurado ou não. Por este convênio, cabe às forças policiais a recuperação e adequada identificação dos veículos – tarefas indelegáveis do Estado –, bem como a permissão de acesso dos funcionários do Pátio aos dados cadastrais da Polícia e do Detran, imprescindíveis para a consecução das rotinas. É importante destacar que há uma extensão da Delegacia de Roubo e Furtos de Veículos

dentro do Pátio. Já o mercado segurador fica responsável, por meio de uma empresa terceirizada, por remover, guardar e restituir ao proprietário o veículo recuperado, custeando reboques, instalações, computadores e funcionários.

A parceria permite ao Estado uma melhor prestação de um serviço público, pois libera os policiais para outras tarefas, elimina custos de remoção e guarda dos veículos recuperados e desobstrui os pátios das delegacias. As seguradoras se beneficiam na medida em que há redução no custo dos sinistros e elevação no custo dos salvados, tornando o valor dos seguros mais acessíveis de maneira geral. Já o cidadão pode contar com um sistema de informações por telefone e Internet sobre os veículos recuperados, com instruções de como retirá-los. Além disso, todos os procedimentos para liberação são efetuados em um único local.

Como funciona

Uma vez comunicada a recuperação do veículo pela Polícia ao Pátio Legal, um reboque é enviado ao local. O reboquista faz o laudo sobre o estado do veículo, tira fotos digitais e lacra o automóvel nas aberturas, como portas, porta-malas, capô e entrada de combustível, para garantir a inviolabilidade. Esta tarefa é realizada na presença do policial. Após assinar o laudo junto com o reboquista, o policial fica dispensado. O reboquista segue para o Pátio onde o laudo será confirmado e passa a aguardar perícia.

Um projeto inteligente, em que só há ganhadores – em especial o cidadão sem seguro!

Júlio Avellar

Diretor da Cevera, empresa que opera o Pátio Legal

A perícia é realizada por peritos do Estado, os lacres são retirados e o veículo é perfeitamente identificado. O Pátio expede comunicação protocolada para o proprietário do veículo, informando os procedimentos para sua retirada, que pode ser feita em três dias úteis sem pagar nenhuma taxa de permanência, nem mesmo as despesas de reboque. No processo de entrega do veículo é realizada uma nova vistoria do seu estado, para comparação com o laudo do recebimento. Caso a permanência do veículo ultrapasse três dias úteis no Pátio, passam a ser cobradas diárias de R\$ 53,00. Os veículos não retirados em 90 dias são leiloados pelo Pátio e aqueles impedidos de leilão são retirados do Pátio em 180 dias.

O Pátio opera a central que identifica e cadastra os veículos recolhidos em sistema operacional próprio, disponibilizando à população, via telefone e web, os dados do sistema para consulta e orientação. Quando o cidadão tem seu carro roubado ou furtado, pode acessar o *site* <www.patiorlegal.com.br> e cadastrar informações do veículo. O sistema possibilita que o dono ou seu corretor de seguros seja informado imediatamente quando houver a recuperação do veículo. As atividades de administração de rede de reboques e operação do Pátio também cabem ao Pátio, que faz balanços de seus movimentos e presta contas regularmente de suas operações.

Desde sua criação, o Pátio já devolveu aos seus proprietários mais de 75 mil veículos, o que representa uma média de 51 veículos por dia. Quase todos os veículos (99%) são retirados dentro do prazo dos três dias úteis e, portanto, sem qualquer custo. Ainda neste período, 1,8 mil veículos foram arrematados em 13 leilões, correspondendo a menos de 1% dos veículos recuperados. O dinheiro arrecadado com os leilões retorna para o Pátio, cujo orçamento é composto, portanto, por recursos liberados pelas empresas de seguros de automóveis (80%), leilões (15%) e pagamento de diárias (5%). Em pesquisa realizada com 4 mil proprietários que retiraram veículos, constatou-se que mais de 90% dos usuários classificaram os serviços do Pátio como “muito bom” ou “bom”.

O local

O Pátio Legal, que até junho de 2007 funcionava na Barra, foi transferido para Deodoro (Vila Militar). O novo espaço é três vezes maior do que o antigo, com 35 mil m² (15 mil m² cobertos)

e capacidade para 3.000 veículos. Sensores e câmeras de monitoramento estão espalhados ao longo de todo o seu perímetro. Antes de se optar por Deodoro, foram examinadas as fichas dos proprietários de 20 mil veículos recuperados e constatou-se que apenas 8% moram na Zona Sul e Centro. Os outros 92% vivem nas zonas Oeste e Norte. Por isso, buscou-se um lugar mais estratégico para as novas instalações, que ficasse mais próximo do público lesado.

O atendimento à Baixada Fluminense iniciou-se em agosto de 2007, compreendendo Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Mesquita, Nilópolis, Magé, Queimados, Belfort Roxo, Japeri, Paracambi, Guapimirim, Seropédica e Itaguaí. Em junho de 2008, o Pátio de Deodoro passou a atender aos municípios da Grande Niterói (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá).

No Pátio Legal trabalham 30 pessoas, que são funcionárias de empresa terceirizada pelo mercado segurador. Na Delegacia de Roubos e Furtos trabalham 18 pessoas, todas envolvidas com o trabalho. O Pátio recebe cerca de 50 veículos por dia e mantém uma média de 1.800 veículos/mês. A entrega ocorre de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Em julho de 2009, foi inaugurado o Pátio de Búzios para atender a Região dos Lagos.

Resultados

O Projeto do Pátio não tem a pretensão de influir diretamente no percentual de recuperação, ainda que possa contribuir para sua melhora a médio prazo, já que, anteriormente, a recuperação de veículos havia deixado de ser atividade prioritária entre as polícias, pois não havia local adequado para armazenamento. O Projeto visa, fundamentalmente, recuperar veículos em melhores condições, ou seja, com menores custos e danos.

Os cálculos das seguradoras mostram que, depois do Pátio, os danos sofridos pelos veículos diminuíram, em média, R\$ 3.200,00. Antes, os veículos não eram prontamente recuperados/removidos e ficavam por longo tempo na rua (ou acautelados em locais impróprios), o que acarretava inúmeros danos, reduzindo ainda mais o valor do bem. Ou seja, os veículos recuperados após o Pátio são, pelo menos, R\$ 3.200,00 “melhores” do que os anteriores. Este valor constitui uma menor despesa das seguradoras nas indeniza-

ções parciais (reparos dos veículos) ou uma valorização dos salvados que vendem (caso já tenham sido pagas as indenizações aos segurados).

Com a recuperação mais rápida e sem “intermediários”, as seguradoras deixam de pagar indenizações porque os veículos já foram recuperados (muitas vezes, as companhias pagavam indenizações sem saber que os veículos já estavam recuperados). Não precisar de “intermediários” significa não mais usar empresas recuperadoras para encontrar os veículos, uma vez que todos os recuperados são levados para o Pátio. Toda esta economia se reflete num “ciclo virtuoso” que o projeto fomenta. À medida que os custos se reduzem, as seguradoras diminuem o preço do seguro de automóveis. Como somente 1/3 da frota circulante é segurada, a redução no preço possibilita aos 2/3 restantes a contratação do seguro de auto.

O gerenciamento do Pátio por uma equipe de funcionários civis liberou as Forças Policiais para se dedicarem mais à inteligência e ao policiamento ostensivo e preventivo. Ou seja, houve o comprometimento do governo, pois o projeto só foi possível mediante a colaboração dos órgãos públicos, sobretudo no tocante ao fornecimento de informações, mas não houve alocação de recursos por parte do Estado. Aliás, é possível mesmo falar em economia para o Estado: somente o custo de reboque e armazenamento destes veículos está hoje em torno de R\$ 200. Como já foram mais de 75 mil veículos, o Estado economizou cerca de R\$ 15 milhões com um serviço para o qual estava sem condições de prestar de maneira satisfatória.

Replicabilidade

Seguindo exatamente o mesmo modelo do Pátio Legal, foi inaugurado, em Belo Horizonte, o Pátio Seguro. Em funcionamento desde maio de 2008, o Pátio Seguro resulta de convênio entre o Sindicato das Seguradoras do Estado de Minas Gerais, a Fenaseg, Detran-MG e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. O Pátio Seguro tem 22 mil m² de dimensão (5 mil m² cobertos) e capacidade para 2.000 veículos, onde trabalham 16 funcionários terceirizados e custeados pelo

mercado segurador e, tal qual no Pátio Legal, há uma extensão da Delegacia de Roubos e Furtos no local, na qual trabalham cinco pessoas, de modo a agilizar diversos procedimentos e facilitar a vida do cidadão, que pode resolver todas as questões burocráticas relacionadas à recuperação de seu veículo num único local.

O Pátio recebe cerca de 20 veículos/dia e a permanência é em média de 400 veículos/mês. A entrega acontece de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. O tempo estimado de permanência por veículo é de cinco dias corridos. De maio de 2008 (início de funcionamento do Pátio) até dezembro de 2009, 8,2 mil veículos foram recolhidos, 7,7 mil foram restituídos e 181 foram arrematados em um leilão. A área de atuação do Pátio Seguro de Belo Horizonte é a própria capital, Contagem, Betim, Nova Lima, Vespasiano, Sabará, Santa Luzia e Ribeirão das Neves. O Projeto é totalmente replicável em qualquer capital e cidade de porte médio, desde que haja o pleno entendimento do que é e como funciona o Pátio, além de interesse do poder público em implantá-lo.

Contato

Julio de Souza Avellar – Administrador público pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas/RJ. Trabalhou por 27 anos na SulAmerica Seguros e por mais de 20 anos atuou como dirigente sindical, tendo sido diretor nos Sindicatos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. De 1992 a 2004, foi vice-presidente da Fenaseg, responsável pela criação da Tabela Fipe, introdução do Valor de Mercado, Questionário de Avaliação de Risco – Perfil e adaptações ao Código de Defesa do Consumidor e pela liberdade tarifária no ramo automóveis. Criador do Plano de Prevenção e Combate a Fraude. Desde 2004, dedica-se aos projetos Pátio Legal e Pátio Seguro (julio@cevera.com.br). Tel. (21) 2505 9958 / (21) 7837 8177

Praças da Paz

O Praças da Paz SulAmérica constitui um projeto de revitalização participativa de praças públicas em locais de alta vulnerabilidade social na cidade de São Paulo, com vistas à redução dos fatores de risco relacionados à violência nestes espaços. Fruto de parceria entre o Instituto Sou da Paz e a SulAmérica Seguros e Previdência, o projeto foi elaborado a partir do diagnóstico de que o medo e a violência têm esvaziado os espaços públicos da cidade, especialmente na periferia, onde são escassos e precários e, paradoxalmente, figuram entre os poucos locais de interação entre os membros da comunidade.

Por outro lado, sabe-se que o convívio cria os laços comunitários necessários à prevenção da violência. Nas regiões mais vulneráveis, existe uma descrença por parte dos moradores em ações coletivas, o que tem uma influência direta na forma como as pessoas resolvem seus conflitos e acessam seus direitos. Ou seja, é preciso ocupar os espaços públicos e estimular a participação da comunidade, fomentando a criação de relações de confiança entre os moradores e favorecendo a organização entre eles.

A praça é o espaço público por excelência, onde as diferenças se encontram e grupos diversos podem construir coletivamente, por meio do diálogo e da negociação, suas regras de convivência. Por isso, a metodologia do projeto foi desenhada para que os moradores se unissem em torno de um objetivo comum, proporcionando um rico processo de aprendizagem do “praticar cidadania”. A equipe do projeto tem presença intensiva na comunidade e é responsável por estabelecer vínculos e mobilizar os moradores do entorno, mediar encontros,

Retirar um jovem do caminho da violência e da criminalidade não é importante apenas para a SulAmérica. A preocupação de qualquer empresa hoje passa pela questão segurança. Temos que servir de exemplo, disseminar a experiência do Praças da Paz.

Zeca Vieira

Diretor de Marketing Corporativo da SulAmérica Seguros e Previdência

coorganizar atividades de esporte e cultura e realizar a articulação entre poder público, associações comunitárias e população. A consolidação de um espaço seguro de convivência, gerido e ocupado democraticamente, depende do envolvimento da comunidade, que é estimulada a participar de todas as ações de revitalização da praça.

O Projeto Praças da Paz foi concebido a partir do projeto-piloto Polos da Paz, desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz, entre 2003 e 2006, em duas praças da zona sul de São Paulo (Jardim Ângela e Campo Limpo). Em 2006, a SulAmérica procurou o Sou da Paz com interesse em patrocinar o projeto. A segurança – ou melhor dizendo, a falta dela – tem reflexos importantes nos negócios da Seguradora. Apesar de estar claro que o Praças da Paz não tem retorno direto sobre os lucros da empresa, a SulAmérica crê na importância de investir em projetos que sirvam de exemplo para outras empresas e organizações. O Projeto Praças da Paz SulAmérica vem sendo desenvolvido desde 2007 e contempla a revitalização das praças, as atividades de ocupação do espaço, o fortalecimento dos grupos e a avaliação e disseminação do projeto.

Espaços públicos revitalizados com a participação da comunidade

A primeira etapa do projeto Praças da Paz SulAmérica consistiu na escolha das três praças a serem revitalizadas. Para isso, foram estabelecidos alguns critérios, como índices

de violência elevados, ausência de espaços de convivência e proximidade de outros equipamentos públicos. Foram visitados mais de 40 espaços públicos nos distritos do Jardim Ângela, Capão Redondo, Grajaú, Guaianases, Lajeado e Brasilândia e, após análise conjunta entre a SulAmérica e o Instituto Sou da Paz, foram escolhidas as praças Vila Iolanda, no Lajeado, Chácara Sonho Azul, no Jardim Ângela, e Jardim Elisa Maria/Jardim Teresa, na Brasilândia. Estas praças constituíam espaços precários, mas que já possuíam histórico de ocupação na região (eram utilizados como quadra ou área para eventos públicos, por exemplo), o que facilitou o processo de mobilização dos moradores em torno da reforma, que já tinham interesse em revitalizar o local.

A partir da escolha do espaço, o educador do projeto passou a ser presença constante na praça, procurando conhecer a realidade local e construir vínculo com os moradores, lideranças e equipamentos públicos do entorno. Várias atividades culturais e esportivas foram realizadas no intuito de divulgar a revitalização do espaço e envolver a comunidade. Os moradores então foram convidados a visitar outras praças da cidade e discutir seus aspectos. A seguir, a comunidade foi chamada a participar das reuniões com os arquitetos encarregados de projetar a nova praça (as assembleias comunitárias), para dar opiniões e sugestões sobre o desenho do espaço, de acordo com aquilo que consideravam a melhor forma de ocupação pela comunidade. Tratou-se de um exercício genuíno de participação democrática, em que os diversos interesses e opiniões puderam ser debatidos e negociados. Uma vez desenhada a praça, os moradores foram convidados a acompanhar e fiscalizar o trabalho de reforma realizado pela construtora que apresentou o melhor orçamento para execução da obra.

Por se tratar de uma população que carece de ações simbólicas positivas, todo o processo foi intensamente ritualizado. O início das obras foi marcado pela colocação da Pedra Fundamental. Já a sua finalização foi feita pela população, que realizou um mutirão de paisagismo com as mudas doadas pela Prefeitura. Em 2008, a SulAmérica Seguros e Previdência entregou as três praças revitalizadas, com festas de inauguração que contaram com diversas atrações, como *shows* de artistas consagrados – Leci Brandão, Rappin’Hood e Afro Reggae –, apresentações de grupos locais, atividades esportivas e recreação para crianças. A praça era uma conquista para essas comunidades e deveria ser comemorada enquanto tal.

Vale lembrar que o projeto contempla, para além da reforma, um plano de ocupação esportiva e cultural, de modo a mobilizar os moradores, sobretudo os jovens. As atividades são organizadas nas reuniões comunitárias e procuram contemplar os diferentes grupos e interesses presentes na comunidade, estimulando o diálogo e o respeito à diferença. Trata-se de uma importante maneira de ampliar o repertório deste público, no sentido de desenvolver instrumentos de resolução de conflitos que sejam alternativos à violência. Além disso, é essencial estimular o protagonismo juvenil e a formação de lideranças positivas que se engajem na transformação de suas comunidades.

Aproximar funcionários da SulAmérica e a comunidades do entorno das praças é também um dos objetivos do projeto. Em 2008, mais de 100 voluntários da empresa realizaram várias ações que causaram impacto positivo nas comunidades, desenvolvendo atividades de recreação, suporte em eventos e promoção da saúde. A Coordenação de Voluntariado do Sou da Paz planejou e acompanhou todas as ações dos voluntários da SulAmérica.

O projeto aposta também nas parcerias e na corresponsabilização de cada parte envolvida em todas as suas fases de execução. As subprefeituras dos distritos onde estão as praças são envolvidas em todas as etapas: precisam autorizar a realização do projeto naquele espaço; são convidadas a participar dos eventos; recebem e atendem solicitações de máquinas e serviços para apoiar a reforma e as atividades. A aproximação com a polícia também é estimulada, assim como a participação da comunidade em fóruns locais como o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança). Os moradores gradativamente assumem esta articulação e começam a estabelecer parcerias para viabilizar as atividades e acessar seus direitos junto aos serviços públicos. De um local abandonado e pouco convidativo, a praça passa a ser um espaço seguro, de mobilização e conquistas da comunidade.

Mais segurança nos novos espaços e em seu entorno

As pesquisas realizadas com a comunidade após a entrega das praças mostram que praticamente todos os moradores ficaram satisfeitos com a nova área. Além disso, os moradores entendem que o espaço está mais ocupado, mais bonito e mais seguro – a sensação de segurança

aumentou inclusive nas localidades do entorno das praças. Um dado interessante constatado foi que quase a metade dos moradores se disponibilizou em contribuir para a manutenção da praça e organização de atividades comunitárias.

O fortalecimento do associativismo e do diálogo como forma de resolução de conflitos é um fator de prevenção da violência, tendo em vista que grande parte dos homicídios acontece por motivos banais, quando a violência se coloca como a única resposta possível. A reunião de gestão da praça – que acontece semanalmente – funciona como um espaço onde os diferentes interesses podem ser discutidos e onde se procura fortalecer a atuação coletiva da comunidade, estimulando, sempre, a ampliação da sua rede de articulação, incluindo o poder público, organizações locais, bens e serviços disponíveis na região.

O projeto busca envolver os jovens da comunidade nas discussões sobre a praça e na ocupação desses espaços. Uma das estratégias para isso é o Edital Praças da Paz SulAmérica, que facilita o acesso a recursos para realização de atividades esportivas e culturais nas praças. O edital é uma oportunidade de formação para que os jovens aprendam a trabalhar com este formato de financiamento, que exige planejamento das ações e prestação de contas. O apoio aos grupos juvenis é fundamental para criar e fortalecer referências positivas entre a juventude.

Para além da intervenção física, o projeto possibilita aos moradores vivenciarem uma experiência pedagógica de mobilização, que fomenta e qualifica a participação dos atores locais nas questões de ordem coletiva. O extraordinário no projeto é que o processo de construção da praça, em cada um destes locais, é tão importante quanto a praça construída propriamente dita, já que propicia o aprendizado do “praticar cidadania”.

Parceria com o poder público para ampliar o projeto

Um aspecto essencial da metodologia do Projeto Praças da Paz SulAmérica é sua possibilidade de replicação em outros espaços. Dessa forma, com a perspectiva de ampliar o alcance da iniciativa, o Instituto Sou da Paz e a SulAmérica iniciaram, em abril de 2010, um projeto de disseminação da metodologia para a Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo (Sehab).

A principal queixa apresentada pela Sehab é de que muitos dos espaços construídos ou reformados nas comunidades onde atua sofrem com questões ligadas ao abandono dos equipamentos ou utilização violenta. Diante do fato que a metodologia Praças da Paz SulAmérica é capaz de contribuir para a superação de parte significativa destes desafios, o projeto pretende empoderar os técnicos da Secretaria, formando-os para aplicar os princípios e práticas da metodologia, bem como apoiando *in loco* a execução da revitalização de espaços públicos nas áreas mais vulneráveis da cidade.

A transferência da tecnologia do Projeto Praças da Paz SulAmérica para a Sehab configura-se como uma parceria inovadora entre poder público, iniciativa privada e organização não-governamental. Com benefícios para todos os envolvidos, esta é uma maneira de incidir diretamente nas políticas públicas, alterando a maneira como elas são implementadas e ao mesmo tempo multiplicando o impacto do investimento realizado.

Contato

Ricardo Mello – Formado em Psicologia pela PUC-SP. Trabalha no Instituto Sou da Paz desde 2003. Foi educador do Projeto Polos da Paz durante três anos e coordena o Projeto Praças da Paz SulAmérica desde 2007 (ricardo@soudapaz.org).

Prêmio Polícia Cidadã

O Banco do Brasil, ao apoiar, por meio da Nossa Caixa, projetos sociais como o Prêmio Polícia Cidadã, além de reforçar sua atuação socialmente responsável junto aos públicos com os quais se relaciona, sente-se extremamente honrado em poder colaborar e incentivar a busca de soluções para questões tão relevantes para toda a sociedade.

**Diretoria de Distribuição de São Paulo – Disap
Banco do Brasil**

Criado em 2003 pelo Instituto Sou da Paz, o Prêmio Polícia Cidadã tem como objetivo divulgar práticas policiais exemplares, que contribuíram para melhorar a segurança pública. Trata-se de uma iniciativa inédita de avaliação e premiação do trabalho da polícia realizada por uma organização externa à corporação.

O projeto visa reconhecer, publicamente, o trabalho do policial comprometido e engajado. Até a presente data, aconteceram quatro edições do Prêmio: em 2003/início de 2004; 2005; 2006; e 2008. Nas duas primeiras edições, puderam concorrer somente policiais militares, civis e técnico-científicos do município de São Paulo. Na terceira edição, as inscrições foram estendidas aos policiais das três corporações que atuam nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Já em 2008, além destes, puderam participar policiais das regiões de Campinas, Baixada Santistas e Vale do Paraíba.

Nas quatro edições do Prêmio, mais de 200 policiais foram premiados. Em 2007, todas as boas práticas identificadas pelo Prêmio Polícia Cidadã foram reunidas pelo Sou da Paz na publicação *A Polícia que dá certo*, que foi distribuída para centros de formação, batalhões e delegacias de todo o país. Em 2009, a publicação e o folder dos vencedores da 4ª edição foram enviados para os Comandos, Chefias e Diretorias das polícias estaduais e para os secretários de segurança de todos os Estados brasileiros. Com esta iniciativa, aumentaram a difusão e o potencial de multiplicação destas ações.

O que levou à criação de um Prêmio nesses moldes foi a percepção de que, a despeito dos inúmeros desafios enfrentados pelas Polícias para melhorar o trabalho da instituição, tornando-a mais democrática, eficiente e próxima dos cidadãos, já existem policiais realizando um trabalho

seguindo estes valores. No entanto, muitas vezes ele é ofuscado pelas denúncias de policiais que cometem abusos, agem com truculência e desrespeitam a lei. Isso certamente afeta a autoestima e a motivação destes policiais para seguir com seu trabalho, além de contribuir para consolidar uma imagem generalizada de que a Polícia é corrupta, violenta e discriminatória, dificultando o debate sobre que tipo de Polícia desejamos e que mudanças queremos ver na corporação.

Para concorrer, o policial (ou um grupo de policiais) inscreve uma ação que desenvolveu e que contribuiu para reduzir a criminalidade. Pode ser uma ação em uma região específica ou algo que tenha melhorado a capacidade de gestão ou de investigação das Polícias. As ações são avaliadas por especialistas em segurança de dentro e fora da Polícia, a partir de critérios desenvolvidos pelo Instituto Sou da Paz e a Secretaria de Segurança Pública. Os policiais vencedores recebem um prêmio em dinheiro, em uma cerimônia onde suas famílias, as autoridades da área de segurança pública e representantes de todos os setores da sociedade civil conhecem e aplaudem as boas práticas de policiamento. Durante e após a cerimônia de premiação, há um trabalho de divulgação destas experiências para que inspirem outras iniciativas.

Tanto a organização do projeto como os prêmios em dinheiro entregues aos policiais contemplados são provenientes dos parceiros privados do Prêmio Polícia Cidadã, que podem variar entre uma edição e outra. No caso da quarta edição do projeto, o Instituto Sou da Paz contou com o apoio da Nossa Caixa, Sabesp e Faculdades IBTA. Os parceiros que apostam na iniciativa concordam que agir preventivamente torna os resultados muito mais eficazes e os custos infinitamente menores do que tratar as questões de

forma remediada, sobretudo no que se refere à violência. Assim, o envolvimento de todos os setores da sociedade na busca por soluções para questões dessa natureza torna o esforço mais profícuo.

As quatro edições do projeto

I Prêmio Polícia Cidadã

Foram inscritas 124 ações, que englobavam 371 policiais (civis, militares e técnico-científicos). O evento de premiação ocorreu em 12 de fevereiro de 2003, na Sala São Paulo. O Instituto Sou da Paz premiou 38 policiais e entregou menções honrosas a outros 27.

II Prêmio Polícia Cidadã

A cerimônia de premiação da segunda edição do Prêmio Polícia Cidadã foi realizada no dia 5 de junho de 2005, na Sala São Paulo. O Sou da Paz premiou oito ações, envolvendo 26 policiais, e fez menção honrosa a sete ações.

III Prêmio Polícia Cidadã

Do total de 145 ações inscritas, envolvendo 581 policiais (civis, militares e técnico-científicos), oito foram premiadas: seis desenvolvidas na cidade de São Paulo; uma em Mogi das Cruzes; e outra em Santo André. Além disso, cinco ações policiais receberam menção honrosa e a ação policial Relacionamento, desenvolvida em Biritiba Mirim e vencedora da categoria Escolha Popular, também recebeu reconhecimento. A cerimônia de premiação foi realizada em 20 de novembro de 2006, na Sala São Paulo, com a participação de mais de 800 pessoas.

IV Prêmio Polícia Cidadã

Em 2008 puderam concorrer policiais da Região Metropolitana de São Paulo e das regiões de Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba. Das 187 ações inscritas, totalizando 753 policiais (civis, militares e técnico-científicos), o Sou da Paz premiou nove: seis de São Paulo, duas de Campinas e uma de Santo André. Outras seis ações receberam menção honrosa e a ação

policiais Método Giraldi foi vencedora da categoria Escolha Popular. A cerimônia de premiação do IV Prêmio Polícia Cidadã aconteceu no dia 04 de abril de 2009, na Sala São Paulo, e contou com a presença de mais de 1.000 pessoas.

Replicabilidade – Prêmio Polícia – Rio

O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC) realizou, em 2009, a primeira edição do Prêmio Polícia Cidadã do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa baseou-se nos moldes no Prêmio Polícia Cidadã realizado há quatro anos em São Paulo pelo Instituto Sou da Paz e que tem como proposta valorizar as ações policiais voltadas para a redução da violência e as práticas cotidianas criativas realizadas pelos profissionais das Polícias. A primeira etapa da seleção teve 183 ações inscritas, envolvendo 500 policiais, cujas atuações foram analisadas por um júri misto, formado por três coronéis da Polícia Militar, dois delegados da Polícia Civil e cinco pesquisadores e ativistas da sociedade civil. Eles analisaram desde o histórico dos policiais e das ações, até o material de apoio que os competidores enviaram para avaliação. No caso da edição carioca do prêmio, o CESeC contou com o patrocínio da Fundação Ford.

Contatos

Denis Mizne – Fundador e diretor executivo do Instituto Sou da Paz. É formado em Direito pela Universidade de São Paulo, especializado em direito internacional dos direitos humanos pela Universidade de Columbia (NY) e foi *World Fellow* da Universidade de Yale em 2007 (denis@soudapaz.org).

Melina Rizzo – Diretora de desenvolvimento institucional do Instituto Sou da Paz e atua na área desde 2003. É formada em Comunicação Social pela ESPM e pós-graduada em Ecoturismo com foco em desenvolvimento sustentável. Atualmente faz mestrado em gestão e políticas públicas na Fundação Getúlio Vargas (melina@soudapaz.org).

Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga

A parceria entre Fetcesp/Setcesp e SSP-SP possibilita, hoje, uma completa radiografia dos delitos de carga no Estado de São Paulo, permitindo racionalizar e otimizar a aplicação dos meios de resposta, quer preventivos, quer repressivos.

Cel. Paulo Roberto de Souza
Assessor de Segurança – FETCESP/SETCESP

Nos últimos anos, os crimes envolvendo a subtração de cargas têm figurado entre aqueles com maior crescimento no país, juntamente com outras ações conduzidas por quadrilhas e organizações criminosas. Esta modalidade de roubo tem sido praticada por grupos cada vez mais especializados no que diz respeito tanto à parte operacional, com sofisticação de equipamentos e estratégias de abordagem, quanto à parte organizacional, o que pode ser constatado pela ampla rede das ligações ilícitas que se estabelecem para viabilizar a ação.

O roubo de carga acaba influenciando indiretamente diversos tipos de crimes. Exemplo disso são as armas pertencentes aos grupos traficantes de drogas (em São Paulo, quase que completamente dominado pelo PCC), que são alugadas para ladrões de bancos e de cargas nos períodos em que não estão sendo utilizadas pelos traficantes. Assim, indiretamente, os ladrões de cargas estão também ajudando a sustentar outras organizações criminosas. O processo com que o crime se desenvolve é frequentemente o mesmo: a cadeia se inicia no receptor, que orienta sua rotina de negócios segundo um fluxo constante de suprimentos subtraídos, o que faz com que os crimes tenham, cada vez mais, um caráter seletivo, programado, em busca de mercadorias mais lucrativas. A partir disso, estabelece-se uma estrutura de negócios que têm sua origem nos crimes encomendados, direcionados à subtração de cargas específicas, pré-selecionadas.

Considerando-se que o modal rodoviário representa 61,1% dos segmentos de transporte de cargas no país (CNT-2005) e responde por um valor adicionado ao PIB nacional da ordem de 42 bilhões de reais (4,4%) (CNT-2002), torna-se nítida a dimensão que o setor tem para a economia brasileira e

as razões para a preocupação com o crime pelas empresas diretamente atingidas, bem como pelos órgãos responsáveis por sua prevenção e controle. A necessidade de ampliação das estratégias de controle deste problema se faz eminente.

O uso da inteligência nas ações de controle e prevenção do roubo de cargas e o trabalho conjunto, estrategicamente planejado, unindo os órgãos públicos e as empresas do setor podem ajudar a melhorar este quadro. Esta foi a ideia inicial para a criação do Projeto Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga, realizado por meio de convênio entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) e a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo (Fetcesp), iniciado na segunda metade de 2005.

O convênio

Apesar de existirem importantes fontes de organização e tratamento das informações sobre os crimes de carga, as diferenças de metodologia têm dificultado o conhecimento sobre as tendências das ocorrências e a otimização dos dados. Assim, em um primeiro momento, o convênio entre a Fetcesp e a SSP-SP, iniciado em novembro de 2005, teve como objetivo central unificar os dados provenientes das duas principais fontes disponíveis sobre o crime de carga – a SSP-SP e o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo e Região (Setcesp).

O Setcesp realizava um levantamento pautado em uma metodologia diferenciada, coletando dados que não eram diagnosticados pela Secretaria de Segurança, tais como tipo de carga e valores subtraídos. No entanto, cobria apenas uma parte do universo desses crimes, com informações das ocorrências fornecidas pelas transportadoras, seguradoras e outros registros existentes sobre os eventos. Assim, o primeiro objetivo foi fazer com que a informação sobre os crimes de carga em todo o Estado fosse construída em parâmetros comuns e de maneira detalhada, permitindo uma análise substantiva sobre suas peculiaridades.

Dessa maneira, foi possível reunir o melhor de dois trabalhos: a abrangência territorial dos dados disponibilizados pela SSP-SP, por meio do Sistema de Informações Criminais (Infocrim), que possibilita também o georreferenciamento dos crimes ocorridos no Estado; e a metodologia que já vinha sendo utilizada pelo Setcesp. O resultado foi a criação de uma base de dados unificada, com apuração detalhada de cada um dos eventos, o que permite aferir informações sobre os tipos de carga mais visados, impacto financeiro dos crimes, modo de operação dos criminosos, locais com maior incidência do crime e estradas mais visadas.

O Projeto Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga tem como estrutura física a própria Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, na Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP). Cabe à Fetcesp financiar os profissionais que trabalham com o projeto (um coordenador e dois assistentes de pesquisa), bem como a participação destes em congressos e encontros relativos ao tema. Ao todo, o projeto é desenvolvido por seis profissionais dentro da SSP-SP, sendo cinco civis e um policial militar.

Desafios e resultados

A maior dificuldade encontrada para a produção dessa fonte de dados foi a consolidação das estratégias e informações a serem consideradas relevantes, que necessitaram de um trabalho

constante de adequação e compreensão entre as partes envolvidas (Setcesp e SSP-SP) para fomentar um consenso entre os objetivos e conhecimentos diferenciados das duas instâncias.

A partir da padronização dos dados, foi elaborado um quadro das dinâmicas do roubo de carga e a criação de um segundo produto – um aplicativo específico para a coleta de informações importantes para o planejamento e gestão de ações preventivas sobre os crimes de carga e a análise desses dados segundo metodologia estatística e georreferenciamento. Isso possibilitou, durante esses pouco mais de quatro anos de projeto, grande aprendizado sobre o perfil dos crimes de carga de São Paulo, por meio do monitoramento dos fatores que aumentam ou diminuem o risco de crime de carga, dos locais em que a incidência é maior e das formas que o crime tem tomado durante o período.

O impacto dos delitos de carga em São Paulo é significativo: o Estado responde atualmente por cerca de 50% dos crimes de carga no Brasil (aproximadamente 6,2 mil casos por ano), apesar de sua população não ultrapassar 20% do total nacional. Os valores das cargas subtraídas também são surpreendentes – os crimes de carga do Estado chegam a atingir, em um ano, cerca de 300 milhões de reais,¹ sendo que, para o Brasil, tais prejuízos são estimados em aproximadamente 700 milhões de reais. Esse impacto não se reflete apenas nas perdas diretas, mas também no grande aumento dos custos do transporte decorrente do encarecimento do seguro das cargas. Os crimes de carga representam, portanto, um grande risco para as empresas assim como para o Estado e para o consumidor, que tem que arcar com as consequências indiretas do crime, geradas principalmente pelo aumento de preços das mercadorias, referentes à ampliação dos custos empresariais pelos riscos econômicos envolvidos.

O convênio possibilitou a formação de um grupo de pesquisadores voltado à produção de relatórios sistemáticos sobre a evolução do crime e à disseminação dessas informações, de forma a incentivar e pautar a realização de políticas públicas preventivas e de controle desta prática criminosa, ampliando a capacidade dos órgãos públicos de reduzirem as ocorrências e auxiliando as companhias a diminuírem suas perdas – o que, no longo prazo, se converte em benefícios para todos: Estado, sociedade e empresas.

1. Em 2008, foi registrado um total de 6.487 crimes de carga, que resultaram em um prejuízo de R\$ 282.263.532,36.

Sindicatos e Federações de Transporte de Carga de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, assim como algumas empresas privadas paulistas de logística e gerenciamento de riscos no transporte rodoviário, usam os dados para subsidiar o desenvolvimento de suas próprias estratégias de prevenção e gerenciamento de riscos e também como auxílio para negociação das empresas com suas seguradoras de carga. Esses órgãos privados têm acesso ao Projeto de duas maneiras: recebendo os estudos que mostram indicações gerais de como o crime se configura no Estado; e por meio dos dados divulgados pelo Setcesp no *site* da Federação de Transporte de Carga do Estado de São Paulo (Fetcesp).²

O projeto consiste em uma experiência que pode ser usada como modelo para aprofundamento no trabalho de produção, sistematização e análise da informação, com o enfoque em outras categorias criminais, replicando-se a mesma metodologia. O projeto Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga funciona como um exemplo concreto de projeto de interesse público, que pode ser realizado com a obtenção de recursos não-governamentais; atendo-se às necessidades não apenas das polícias e das empresas transportadoras, mas também dos diferentes grupos da sociedade.

Contato

André Zanetic – Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Tem desenvolvido, nos últimos anos, diversos estudos nas áreas de segurança pública, crime e violência, através de consultorias para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e outras instituições. Foi pesquisador associado ao Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent – Ilanud e gerente de pesquisa e referência do Instituto Sou da Paz (2000-2002) (andrezanetic@gmail.com). Tel. (11) 3291 6750 / 9904 1985

2. Site da Fetcesp: <<http://www.fetcesp.com.br>>. Site com as informações sobre roubo de carga, produzidas pelo projeto: <http://www.fetcesp.com.br/estatisticas_roubocargas.htm>.

Ser Parte

Fundada em 1925, por um casal de imigrantes italianos, a fábrica Vilma Alimentos está localizada em Contagem-MG, Região Metropolitana de Belo Horizonte, e dedica-se principalmente à produção de massas.

A fábrica está situada numa região industrial e periférica de alta vulnerabilidade social. Pensando na redução dos fatores de risco para o comportamento violento nos bairros próximos às instalações da fábrica – onde reside grande parte dos funcionários da empresa –, a Vilma Alimentos criou, em 2004, o Programa Ser Parte, que oferece atividades de cunho social, esportivo, artístico, cultural, educacional, musical, inclusão digital e iniciação profissional. Desde a sua criação, o Programa já beneficiou mais de 4.000 pessoas das comunidades do entorno e da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No início, o Programa atingia cerca de 160 pessoas em quatro projetos que operacionalizava. Hoje, o Ser Parte é composto por dez projetos que beneficiam as comunidades que ficam no entorno. Conta com uma equipe multidisciplinar, formada por assistente social, psicólogos, professor de educação física, além de professores especializados em diversas áreas (panificação, informática, música, dança, português, matemática, artesanato e artes plásticas), e estagiários de psicologia e educação física, totalizando uma equipe de 20 profissionais.

A nova sede do Ser Parte foi inaugurada em 4 de setembro de 2007, na Avenida Presidente Castelo Branco, 105, em Contagem. Em 2008, foram atendidas 1.935 pessoas, entre crianças, adultos e adolescentes de comunidades de seu entorno, além de funcionários e seus familiares.

Este é um desafio em que todos ganham: o poder público, que ganha retaguarda; nossas crianças e jovens, que vislumbram o futuro; e a empresa Vilma Alimentos, que cumpre o seu papel social.

Ana Maria Pimentel
Ex-coordenadora do Programa Ser Parte

A Vilma Alimentos investiu R\$ 600 mil na reforma e ampliação do prédio que abriga o Programa, além de investimentos para a instalação de todos os Projetos.

O Programa firmou parceria com algumas instituições, para fortalecer suas ações. “O Ser Parte nasceu de nosso desejo de devolver à sociedade o que ela fez pela Vilma Alimentos. Não se trata de obrigação social, mas da nossa certeza de que construir uma sociedade melhor, ajudar as pessoas a crescerem, sermos solidários, são as melhores formas de contribuir para um mundo mais humano e melhor para todos”, afirma o presidente da empresa e idealizador do Programa, Domingos Costa.

O Programa

O Ser Parte tem como principal proposta formar cidadãos protagonistas, por isso o foco em ensinamentos de valores úteis para toda a vida, de forma que os participantes possam perceber-se como agentes de transformação social, responsáveis e conscientes dos seus próprios limites e possibilidades. Cada aluno escolhe um projeto, de acordo com sua identificação ou disponibilidade de vagas.

A metodologia utilizada é focada no desenvolvimento das potencialidades dos alunos através de vivências participativas e valorização das experiências pessoais, buscando a construção de novos saberes e a promoção de mudanças. Parte-se do pressuposto de que o aumento da autoestima

e o sentimento de pertencimento levam o indivíduo a ter condutas baseadas no bem-estar da comunidade, na solidariedade. Trabalhar em prol da comunidade, neste caso, passa a ser uma alternativa para aquela pessoa que, de outra forma, poderia vir a seguir uma carreira criminosa.

O Programa atua em quatro frentes, de modo a contemplar todas as faixas etárias dos moradores das comunidades, com especial atenção à criança e ao jovem:

✎ *criar canais de comunicação e expressão por meio da arte e do esporte*: despertar a criatividade, contribuindo para a elevação da autoestima e estimulando a convivência e a cooperação, além da formação de valores éticos. Estes são os objetivos dos projetos Viver com Arte, Sopro de Vida, Dança Contemporânea e Bom de Bola, Bom de Escola;

✎ *reforçar conhecimentos e preparar para o futuro*: reforço escolar para alunos de 7 a 17 anos, para ampliação e consolidação de conhecimentos no caso de alunos com dificuldades de aprendizagem e iniciação de crianças, jovens e adultos no universo da informática. Trata-se de atividades de inclusão, pois sabe-se que um aluno com dificuldades desenvolve baixa autoestima e, muitas vezes, desiste dos estudos. Da mesma forma, o cidadão que entra no mercado de trabalho sem ter tido acesso ao ensino da informática se sente excluído e desestimulado. Os projetos dentro desta frente são Apoio Escolar e Inclusão Digital;

✎ *iniciação profissional*: os dois projetos desta frente procuram iniciar o jovem profissionalmente, a partir do desenvolvimento de uma atividade geradora de renda, permitindo a digna inserção do mesmo no mercado de trabalho. Estes projetos são o Padaria Escola e o Cidadão do Futuro. No primeiro, após a conclusão dos cursos, os alunos já são encaminhados ao mercado de trabalho, por meio de parceria com o Sine e Amipão;

✎ *desenvolvimento pessoal e social dos participantes*: estímulo às atividades comunitárias e participação em oficinas que trabalham temas como integração, comunicação e cidadania. A intenção é conscientizar o morador e a comunidade quanto às suas capacidades transformadoras e de multiplicação. Projetos: Alba Bruna e Aprendendo a Ser Parte.

As inscrições podem ser feitas na secretaria do Programa, durante todo o ano. No caso do projeto Padaria Escola, a participação nos cursos é aberta a pessoas de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Crianças e adolescentes podem ser encaminhados por meio de escolas parceiras e associações comunitárias dos bairros situados no entorno do Programa. Após a inscrição dos alunos, o serviço social realiza entrevistas sociofamiliares com os responsáveis pelas crianças e adolescentes, para identificar em qual projeto poderiam ser inseridos, bem como para identificar o grau de vulnerabilidade social das famílias, para que orientações e encaminhamentos sejam dados.

Resultados

O trabalho de desenvolvimento pessoal e social está alinhado com os quatro pilares da educação, definidos pela Unesco (aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender), bem como com os oito Objetivos do Milênio definidos pela ONU (www.odmbrasil.com.br).

Entre 2007 e 2009, ampliou-se o número de pessoas atendidas – de 336 para 1.186. A maior parte dos beneficiados, em 2009, participou do Programa Padaria Escola. Em termos de dados de qualitativos, pesquisas informais apontam redução da agressividade dos alunos com relação às figuras parentais, aumento do interesse pelas atividades escolares, crescimento da socialização e do senso de responsabilidade, projeto de vida e visão de futuro.

Além disso, nota-se o respeito e mesmo o cuidado dos moradores para com a fábrica – eles entendem aquele espaço como se fizesse parte da comunidade e não como se estivesse simplesmente “encravado” ali. Existe uma relação de troca entre a empresa e as comunidades do entorno, o que faz com que elas exerçam um papel de vigilância sobre as instalações da fábrica.

Contato

Programa Ser Parte. Tel. (31) 3331.1789.

Ficha técnica

COORDENAÇÃO GERAL

✧ Renato Sérgio de Lima

TEXTOS

✧ Ana Maura Tomesani

✧ Florencia Fontan Balestra

CONSULTORES

✧ Denis Mizne

✧ Elizabeth Leeds

✧ José Marcelo Zacchi

REVISÃO

✧ Vânia Regina Fontanesi

EDIÇÃO DE ARTE

✧ Urbania

PARCERIA



PATROCÍNIO





**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

Rua Teodoro Sampaio, 1020, cj 1409
Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil
CEP: 05406-050
Tel: 55 11 3081-0925